



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

Mensagem à Assembleia Legislativa

José Ivo Sartori
Governador

2018

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO

José Ivo Sartori

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

José Paulo Cairolí

PRIMEIRA-DAMA

Maria Helena Sartori

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL

Fábio de Oliveira Branco

SECRETARIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Carlos Antônio Búrigo

CHEFE DA CASA MILITAR

Cel. Alexandre Martins

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Euzébio Fernando Ruschel

SECRETARIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

Cezar Schirmer

SECRETARIO DE ESTADO DA FAZENDA

Giovani Feltes

SECRETARIO DE ESTADO DE OBRAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

Fabiano Pereira

SECRETARIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

Ernani Polo

SECRETARIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E

TECNOLOGIA

Márcio Biolchi

SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Ronald Krummenauer

SECRETARIO DE ESTADO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

E DOS RECURSOS HUMANOS

Raffaele Marsiaj Quinto Di Camelli

SECRETARIO DE ESTADO DA SAÚDE
João Gabbardo dos Reis

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DOS
DIREITOS HUMANOS
Maria Helena Sartori

SECRETARIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
Pedro Bandarra Westphalen

SECRETARIO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA
Artur Lemos Junior

SECRETARIO DE ESTADO DA CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER
Victor Hugo Alves da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ana Maria Pellini

SECRETARIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA
E COOPERATIVISMO
Tarcísio José Minetto

SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO
Cleber Benvegnú

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL.....	17
1.1. SITUAÇÃO ECONÔMICA	17
1.2. SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ESTADUAIS	29
2. PLANOS PARA O FUTURO.....	41
2.1 ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO	41
2.2 ALTERNATIVAS PARA A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	47
2.3 ALTERNATIVAS PARA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA.....	49
2.4 PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E EQUILÍBRIO TERRITORIAL.....	53
2.5 ALTERNATIVAS PARA AS FINANÇAS PÚBLICAS: A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA	58
4. REALIZAÇÕES DE GOVERNO EM 2017 E AÇÕES PROGRAMADAS PARA 2018	63
4.1. EIXO ECONÔMICO	68
4.2. EIXO SOCIAL.....	78
4.3. EIXO INFRAESTRUTURA E AMBIENTE.....	117
4.4. EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO.....	134

APRESENTAÇÃO

A presente Mensagem à Assembleia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX, da Constituição Estadual. Encaminhada ao Poder Legislativo por ocasião da abertura da sessão anual, ela contém informações sobre o desempenho econômico do Estado, a situação das finanças públicas e as principais ações e planos governamentais. Gostaria de transmitir à Mesa Diretora dessa Instituição, aos Deputados e Deputadas estaduais e a todos os gaúchos uma mensagem de otimismo, considerando o momento atual de travessia pelo qual passamos.

Ao assumirmos o Governo do Estado em 2015, nos deparamos com uma situação insustentável no que tange às contas públicas que apresentavam déficits recorrentes ao longo das últimas quatro décadas. A previsão era de R\$ 25,5 bilhões de déficits nos 4 anos da administração o que, após um conjunto de medidas saneadoras, deveremos reduzir para R\$ 9 bilhões até o final de 2018.

O resultado ocorre porque atuamos fortemente no sentido de reverter esse quadro com ações estruturais de ajuste e de modernização do Estado. O planejamento foi construído garantindo integração entre a estratégia, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

A execução do Modelo de Governança e Gestão, através do monitoramento de ações pelo Acordo de Resultados constituiu-se num instrumento fundamental de gestão, baseado em diagnóstico e mensuração das entregas estruturais e sociais, implantado em todos os órgãos do Estado. Promovemos e estimulamos avaliação de impacto das políticas públicas, para que os resultados sejam avaliados e as ações qualificadas, visando entregar melhores serviços para a sociedade gaúcha.

Pelo lado das receitas atuamos fortemente na atração de investimentos para o Estado, além de investir na modernização da máquina pública e no combate à sonegação, este representado por uma marca histórica que superou os R\$ 3 bilhões em lançamentos de créditos tributários.

Passos decisivos estão sendo dados na recuperação financeira do Rio Grande do Sul. Para tanto é fundamental a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), já aprovado pela Lei Complementar Federal nº 159/2017. O RRF foi criado para fornecer aos Estados com desequilíbrio financeiro grave os instrumentos necessários para o ajuste de suas contas. O acordo entre o Estado e a União devolverá ao Estado do Rio Grande do Sul a possibilidade de vencer a crise e prover os recursos para investir em saúde, educação, segurança, infraestrutura e área social. A adesão ao RRF complementa uma série de ações já tomadas desde o início de Governo como a Lei de

Responsabilidade Fiscal Estadual, a Lei de Previdência Complementar, a renegociação da dívida e o orçamento realista; e deverá reorganizar a situação das finanças públicas estaduais.

Pelo lado das despesas foram implementadas ações para reorganização da estrutura do Estado e para sua modernização com foco nas obrigações primordiais de atuação. Para tanto buscamos a melhor utilização das tecnologias digitais a serviço das pessoas a exemplo do Diário Oficial, Registro Empresarial e licenciamentos com maior agilidade e confiabilidade aos processos. Essas mudanças também fazem parte do processo de travessia para um Estado mais ágil, um Estado mais eficiente, um Estado que enfrenta os desafios do presente com os olhos voltados para o futuro.

Ainda estamos sob impacto da crise econômica nacional, cujos efeitos se fazem sentir fortemente em nosso Estado. A economia mundial apresenta um quadro de crescimento moderado. Organismos como a OCDE e FMI apontam um cenário otimista de crescimento mundial para 2018, mas os próximos anos ainda devem sofrer consequências da crise internacional iniciada no final da primeira década deste século.

Em 2017, o País apresentou sinais de recuperação, revertendo o desempenho negativo do PIB. O consumo das famílias interrompeu, no segundo trimestre de 2017, uma série de taxas negativas, havendo registrado discreto crescimento de 0,6% e, na sequência, de 2,2%. Não obstante essa reversão, os indicadores ainda não possibilitam vislumbrar uma retomada cíclica da economia. As análises disponíveis sobre o comportamento do consumo das famílias sugerem cautela na avaliação de tendência.

A economia gaúcha tem sofrido com essa conjuntura. Entretanto, alterando uma tendência de desaceleração, que vinha sendo observada desde 2014, no primeiro semestre de 2017 a economia do Rio Grande do Sul registrou recuperação, apresentando taxas de crescimento positivas nos dois primeiros trimestres (respectivamente, 1,5% e 1,9%). O cenário do primeiro semestre pode ser explicado principalmente pela recuperação da indústria de transformação e o forte desempenho do comércio, assim como por uma boa safra agrícola, o que resultou também em um crescimento de 2,1% do Valor Adicionado Bruto (VAB) e de 0,9% dos impostos líquidos. Já no terceiro trimestre, se comparada à taxa de crescimento com a do trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal), ela foi positiva apenas para o Comércio e Serviços, com um crescimento de 0,7%. Os dados do mercado de trabalho também foram positivos, com desempenho superior à média nacional, mas ainda longe da recuperação desejada.

Considerando esse quadro, temos concentrado esforços no sentido de fomentar a retomada do crescimento econômico. Nesse sentido, a atenção à situação

da nossa infraestrutura tem sido prioritária. Entre as várias ações empreendidas, podemos destacar a recuperação de grande parte de nosso sistema rodoviário, melhorando as condições de tráfego e segurança. A RS-118, considerada uma das obras mais importantes da Região Metropolitana de Porto Alegre, teve seu último lote licitado. O Porto do Rio Grande atingiu o recorde histórico de 38 milhões de toneladas de cargas movimentadas em 2016. O Porto de Pelotas aumentou o volume transportado pela hidrovía, e foi reativado o terminal de contêineres Santa Clara. O Governo do Estado elaborou o Plano Energético do RS, que explicita o potencial para geração de energia e elege as fontes que podem ser exploradas no Rio Grande do Sul.

Paralelamente, mantemos o foco na atração de investimentos, sendo que, desde 2015, foram investidos R\$8,7 bilhões na economia gaúcha, tanto na instalação de novas empresas quanto na ampliação das já existentes. Por meio do Programa de Incentivo às Pequenas Centrais Hidrelétricas fomentamos um potencial de investimentos de R\$ 3 bilhões, com geração de 12 mil novos postos de trabalho em 91 projetos.

Atuamos na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, promovendo os 12 parques tecnológicos, 12 incubadoras e 27 polos tecnológicos. Até 2018, o Governo do Estado repassará R\$61 milhões para as universidades e parceiros dedicados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

O Programa Gaúcho de Microcrédito com o seu Fundo Garantidor – o Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte (FUNAMEP) – avalizou 1.639 contratos, em um total de R\$3 milhões.

A importância do setor agropecuário requer atenção redobrada. A busca de um maior rigor na inspeção sanitária faz com que o Estado disponha de certificado de área livre de peste suína clássica. Estamos atuando no sentido de evoluir o *status* sanitário estadual em febre aftosa, visando consolidar o Estado como zona livre da febre aftosa sem vacinação. O amplo sistema de apoio à agricultura familiar, da EMATER/RS-ASCAR, permitiu o atendimento de 218 mil famílias por ano no Estado. Por meio do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), foram financiados 4.842 projetos, beneficiando 40.458 famílias, com aplicação de R\$37 milhões. O já consagrado Programa Troca-Troca de Sementes beneficiou 356 mil produtores. Essas são algumas das ações que buscam aumentar a produtividade agropecuária.

O desenvolvimento sustentável requer uma constante atenção e cuidado com o meio ambiente. Nesse sentido, entre as diversas ações, podemos destacar a implantação do Sistema *On-line* de Licenciamento Ambiental – SOL, o qual facilita a

obtenção do licenciamento ambiental e contribui para melhorar os negócios no Rio Grande do Sul. Outra ação que pode ser destacada é a implantação do Programa SUSTENTARE, que trata da destinação e do descarte de ativos eletroeletrônicos de órgãos e de entidades do Estado do Rio Grande do Sul. O Programa também possibilitará novas alternativas de trabalho e de criação para as comunidades envolvidas, principalmente nas questões relativas aos processos de reciclagem de equipamentos e aos processos de descaracterização.

Todas essas ações ganham sentido quando pensamos em melhorar a vida das pessoas, especialmente das que mais precisam. Com esse intuito, o Eixo Social assume uma atenção central.

Nesse sentido, entre as diversas ações da área do desenvolvimento social, trabalho e direitos humanos, podemos destacar o Programa de Oportunidades e Direitos (POD), com a implantação de 6 Centros da Juventude, que deverão beneficiar 3.600 jovens por ano. Além disso, o POD está construindo e implantando bases comunitárias que permitem a ação integrada da Brigada Militar, Polícia Civil e Guardas Municipais. Ainda, a reforma e ampliação do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) de Novo Hamburgo garantiu o aumento de 50% das vagas da unidade. No âmbito do POD Socioeducativo, foram atendidos 300 adolescentes.

Devido ao Programa Escolha o Destino, foram firmados 56 convênios e termos de parcerias e repassados aproximadamente R\$ 3 milhões. O Programa Nota Fiscal Gaúcha repassou R\$ 4,5 milhões para entidades que atuam na área de Assistência Social. Além disso, a Lei da Solidariedade destinou aproximadamente R\$ 350 mil a projetos sociais. O Fundo Estadual da Assistência Social repassou R\$ 2 milhões, beneficiando 436 Fundos Municipais de Assistência Social. Por meio do cofinanciamento de recurso da União, foram repassados aos CREAS regionais R\$ 710 mil.

A esses programas somam-se a implantação do Programa Criança Feliz, Drogas Tô Fora, a instalação de 19 novos balcões do consumidor, a capacitação de agentes para atuar nos direitos humanos, a elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos e do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, o fornecimento de 52.500 refeições na ação de implantação e implementação do Restaurante Popular, dentre outras ações desenvolvidas na área.

Na educação, foram implantadas as Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar – CIPAVE onde foram fortalecidas 2.383 escolas estaduais, que representam mais de 93% do total de escolas. As CIPAVES reúnem pais, professores, comunidade escolar, Brigada Militar, Polícia Civil, Ministério Público e

entidades comunitárias para debater e incentivar a cultura da paz nas escolas e na comunidade.

A implantação da gestão para boa educação fez com que o processo de abertura de turmas nas escolas fosse reorganizado, fixando o número mínimo de alunos em 16 estudantes por turma. O processo observou a necessidade de socialização das crianças, adolescentes e jovens, a fim de garantir o convívio e a troca de experiências e conhecimentos entre os alunos, de acordo com o Conselho Estadual e Educação.

O Governo investiu R\$5,5 milhões para retomar o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), e a avaliação de 152 mil estudantes está orientando a elaboração de ações pedagógicas para elevar os níveis de aprendizagem. As escolas situadas no campo e que atendem áreas indígenas e quilombolas receberam tratamento diferenciado, assim como as regiões onde a oferta de outras redes era insuficiente ou inexistente. Em 2016, o número de escolas com turno de educação integral foi ampliado de 46 para 105 estabelecimentos de ensino, e o número de estudantes atendidos passou de 9,9 mil para 18,7 mil.

A preocupação com a estrutura física e com os recursos humanos também é um fator sempre presente. As construções, reformas e ampliações de escolas já chegaram a 155 estabelecimentos. Foram feitos, ainda, 38 atendimentos emergenciais e 10 coberturas de quadras esportivas. O investimento foi de R\$97 milhões, e a expectativa é de que, em 2018, sejam entregues mais 600 escolas reformadas em 169 municípios. Além disso, foram quase 80 mil conjuntos de mesas e cadeiras para alunos e professores, com recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação. Apesar das dificuldades financeiras, no atual Governo já foram nomeados mais de 1.500 professores, para garantir que todas as disciplinas sejam plenamente atendidas. Pelo Projeto de Qualificação da Educação Básica – Formação Continuada, já foram qualificados 51 mil professores e servidores.

Na área de segurança, tivemos a ampliação do Orçamento, permitindo que mais e melhores ações fossem desenvolvidas. O Governo do Estado autorizou a realização do maior concurso público para a segurança pública. No total, serão 6.100 profissionais, dentre eles 4.100 soldados e 200 oficiais para o Corpo de Bombeiros. Para a Polícia Civil, foi autorizado concurso para 1.200 escrivães e 100 delegados. Já estão sendo chamados 1.448 soldados e 24 oficiais para a Brigada Militar, 436 soldados para o Corpo de Bombeiros e 557 inspetores e escrivães para a Polícia Civil.

Entre 2015 e 2017, a Polícia Civil e a Brigada Militar apreenderam mais de 400 toneladas de drogas, 47.268 armas brancas e de fogo e recuperaram 111.971 veículos

roubados. No período, foram realizadas 320 mil prisões. A Operação Desmanche combate a receptação e o desmanche de veículos roubados ao coibir o funcionamento de estabelecimentos irregulares. Desde fevereiro de 2016, a operação já resultou na prisão de mais de 60 pessoas, além de 85 locais interditados em 27 municípios. Também foram criadas delegacias especializadas na repressão de crimes rurais e de abigeato com sedes em Bagé, Camaquã e Santiago. Os municípios de Cruz Alta e Rosário do Sul terão unidades complementares. O Programa de Segurança Integrada com os Municípios – SIM/RS, implantado em abril de 2017, busca promover a integração institucional para a criação de ações no combate à criminalidade e, atualmente, já conta com 77 municípios em processo de adesão.

Em 2017, a Brigada Militar (BM) passou a contar com 118 novas viaturas para o policiamento ostensivo e patrulha ambiental. Em fevereiro de 2018, outros 120 veículos serão entregues, totalizando um investimento de R\$25 milhões. São R\$14,4 milhões aportados pelo Governo do Estado e R\$10,6 milhões oriundos do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal (PROINVESTE).

A preocupação com o sistema prisional é também prioridade. Em outubro de 2017, foi aberto o Complexo Penitenciário de Canoas 2, que tem capacidade para 805 vagas em regime fechado – destas, cerca de 350 já estão ocupadas. Já opera também o Complexo Penitenciário 1, de Canoas, com capacidade para 393 vagas. No total, serão abertas 2.808 vagas. Em Lajeado, foi inaugurado um presídio feminino, com capacidade para 84 mulheres, construído em parceria com a comunidade local, Poder Judiciário e Prefeitura. Em Porto Alegre, dois novos centros de triagem já estão em operação, e o terceiro está pronto para ser inaugurado. No total, são 292 vagas para presos provisórios. As cidades de Viamão e Alegrete também receberão presídios, sendo o primeiro orçado em R\$24 milhões para 460 apenados do regime fechado, e o segundo, na ordem de R\$16,5 milhões, com capacidade para 286 apenados em regime fechado. Está em andamento projeto para a construção de um presídio federal de segurança máxima em Charqueadas, com capacidade para 208 detentos. A permuta de áreas do Estado por obras também irá beneficiar o setor, com a troca do terreno da Fundação de Recursos Humanos do Estado para a construção de um presídio de 400 vagas, em Porto Alegre, e uma área do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) para o presídio de Bento Gonçalves.

Na área da saúde, em 2017, o Rio Grande do Sul registrou a menor taxa de mortalidade infantil da história: 9,76 para cada mil nascimentos. Entre as causas apontadas para essa importante redução estão a ampliação do acesso aos serviços de saúde, qualificação da atenção ao pré-natal e regionalização do parto.

Por meio do projeto Planificação da Atenção à Saúde, iniciado em 2015, pode-se ampliar a resolução de atendimentos na própria Unidade Básica de Saúde. Já foram capacitados 2,5 mil profissionais que atuam nos municípios envolvidos. O projeto já beneficia 100% dos municípios da 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (Santa Maria) e na 18ª Coordenadoria Regional de Saúde (Osório) e, em 2018, deve chegar a todos os municípios gaúchos.

A mobilização do Governo, coordenada pela Secretaria Estadual da Saúde, juntamente às prefeituras e comunidades, trouxe resultados positivos na prevenção e controle do *Aedes aegypti*. O quadro é o mesmo em relação ao *zika* vírus e *chikungunya* que também são transmitidos pelo *Aedes*.

O Rio Grande do Sul bateu o recorde de transplantes de órgãos em 2015. Foram 2.274 procedimentos, um aumento de quase 10% em relação ao ano anterior. Um dos principais motivos foi a queda no percentual de negativas familiares, que passou de 44 para 40%. Em 2017, outro fato pouco usual chamou a atenção: em uma semana, foram feitos quatro transplantes de coração no Estado. No ano anterior, os transplantes cardíacos atingiram um número inédito, foram 25 cirurgias.

Desde 2003, o Programa Primeira Infância Melhor (PIM) serve de inspiração para governos e sociedade na execução de iniciativas voltadas às necessidades da primeira infância. O programa do Governo Federal Criança Feliz teve o PIM como principal referência. Em outubro de 2017, a situação do programa era a seguinte: 249 municípios habilitados, 2.693 visitantes, 53.860 famílias atendidas, 8.097 gestantes atendidas e 59.378 crianças atendidas.

Com o projeto Telessaúde, foi possível reduzir em mais de 50% a fila de espera por consultas especializadas. Em 2015, 150 mil pacientes aguardavam por uma consulta especializada. Hoje, são 70 mil pacientes. O Projeto Teleoftalmo, a serviço da saúde ocular, realizou a implantação de oito consultórios remotos. Além disso, foi instalada a ferramenta de georreferenciamento na vigilância em saúde e descentralizada a vigilância sanitária de baixa complexidade em 184 municípios. Mais de 16 mil atendimentos foram prestados nos Centros Estaduais de Saúde em 2017.

Entre as diversas ações na área da cultura, pode-se destacar a inauguração da primeira sede própria na história dos 67 anos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA), no Centro Administrativo do Estado, com reformas financiadas pela Fundação da Sinfônica. O Programa Pró-Esporte, mantido com incentivo fiscal, destinou R\$20 milhões a diversas modalidades esportivas, contemplando projetos educacionais, de participação (campeonatos) e apoio a atletas de alto rendimento.

Cerca de 4.900 unidades de habitação popular estão em construção ou em processo de chamamento público. Essas ações deverão beneficiar famílias em vários municípios do Estado.

O governo do Estado reorganizou o sistema que irá gerenciar os projetos de concessões e parcerias público-privadas no RS. Além da PPP da CORSAN, a qual se encontra na etapa de audiência pública e lançamento de edital, o governo examina a possibilidade de novas parcerias.

O Portal de Convênios é uma ferramenta de gestão que sistematiza as informações sobre convênios e parcerias entre os diversos órgãos do governo Estadual, e destes com as demais instâncias públicas – União e Municípios e instituições privadas.

A Consulta Popular passou a ser 100% digital. Na edição de 2017, participaram 705 mil eleitores, que escolheram as prioridades de cada uma das 28 regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

No caminho da modernização, o governo lançou o DOE em versão inteiramente digital, eliminando o formato em papel. Essa ação soma-se a melhorias na gestão de ativos, de pessoas e preços e compras, permitindo um gerenciamento mais eficaz do patrimônio público, das pessoas e mais agilidade e transparência na aquisição de bens, materiais e contratação de obras e serviços.

Além disso, o Governo do Estado tem atuado no sentido de elaborar estratégias e alternativas para os desafios que se colocam para o futuro. Por meio do Projeto Futuro RS buscamos elaborar uma agenda de desenvolvimento propositiva, construindo alternativas para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul no longo prazo. O objetivo primordial é encontrar soluções e elaborar propostas, para que possamos ter uma direção certa para o futuro.

O envelhecimento da população gaúcha deverá gerar importantes consequências e desafios para a saúde e para a educação. Esse foi o primeiro tema discutido no âmbito do Futuro RS. A mudança no perfil demográfico deverá levar, entre outros aspectos, a um aumento da população nas faixas etárias mais avançadas. Temos que nos preparar para um Estado mais envelhecido e com um perfil de doenças característico de pessoas mais idosas, cujos custos de tratamento serão maiores. A rede de ensino deve ser repensada, uma vez que o número de crianças matriculadas deverá diminuir com o passar dos anos. Ainda, os impactos no sistema de previdência pública devem ser avaliados.

No que tange ao desenvolvimento industrial, devemos considerar que a indústria de transformação tem maior peso na economia do Rio Grande do Sul do que na brasileira e tem sentido os fortes impactos da crise econômica recente. Mesmo que a taxa de inovação do Rio Grande do Sul (42,24%) seja superior à do Brasil (35,56%), ainda é muito inferior do que a média da União Europeia (60,90%). Em um Estado industrializado como o gaúcho, temos que empreender esforços no sentido de inovar, melhorando o desempenho industrial e a competitividade das empresas.

É inegável a importância da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul. Embora a agropecuária tenha participação de cerca de 10,3% no Valor Adicionado Bruto (VAB), a agroindústria, de acordo com estudos, mobiliza 1/3 da economia gaúcha. Assim, aumentar a produtividade dos cultivos e qualificar e ampliar a produtividade do leite, bem como dos demais produtos, deverá gerar reflexos significativos na economia e, também, beneficiar milhares de produtores, que podem melhorar sua renda.

Outra questão fundamental para o futuro do Estado é atenção para a redução das desigualdades regionais. A histórica concentração do desenvolvimento no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul deve ser acompanhada com atenção, evitando que se criem problemas que acompanham a excessiva concentração de população e atividades econômicas. Além disso, deve ser dada especial atenção às áreas mais afastadas, como é o caso da fronteira com o Uruguai, já bastante esvaziada, mas também em toda bacia do Rio Uruguai, onde ainda temos muitas pessoas residindo em áreas rurais. Mobilizar os atores locais para o desenvolvimento, considerando as redes territoriais, identificar e valorizar os potenciais culturais e produtivos das regiões, fortalecer as relações das empresas com universidades e promover o desenvolvimento das cidades médias são ações estratégicas para a promoção da equidade regional e para o futuro do Estado.

Considerando todos esses elementos, o Governo do Estado baseia-se na ideia de que a retomada do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul somente terá sucesso se levar em conta o conjunto da sociedade. O Estado que queremos é o Estado forte, focado nas necessidades essenciais da sociedade. Um Estado que, como já foi dito anteriormente, enfrenta os desafios do presente com os olhos voltados para o futuro. Modernizar o Estado, promover o crescimento e servir às pessoas são nossos grandes objetivos.

OSÉ IVO SARTORI
Governador do Estado

1. SITUAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

1.1. SITUAÇÃO ECONÔMICA

CENÁRIO INTERNACIONAL

A economia mundial apresenta um quadro de crescimento médio moderado, embora em trajetória discretamente ascendente, vivendo ainda os reflexos da crise internacional deflagrada no final da primeira década deste século. Algumas das principais organizações internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e o Fundo Monetário Internacional – FMI, projetam uma taxa de crescimento econômico global de 3,6% para o ano de 2017.

As duas organizações compartilham de um discreto otimismo para os anos de 2017 e 2018, embora divergindo quanto aos fatores propulsores. A OCDE apresenta uma visão definida por ela mesma como otimista no curto prazo e desafiadora no médio prazo. Isso fica ilustrado na sua estimativa de trajetória ascendente do desempenho econômico, embora em níveis baixos, no biênio 2017-2018, e arrefecimento em 2019. Suas estimativas baseiam-se na verificação de baixos indicadores de investimento, comércio e produtividade privados, embora contrastados com uma ainda baixa recuperação do nível de emprego. A impressão mais conservadora com relação ao médio prazo assenta-se na identificação de riscos associados aos mercados financeiros, ainda na esteira da crise de 2008-2009, bem como nos elevados níveis de endividamento de famílias e empresas.

O FMI, por sua vez, vê em um ambiente financeiro global positivo, centrado na recuperação de algumas economias avançadas – Japão, Canadá e países da zona do Euro – resultando em um discreto movimento ascendente do PIB mundial. Esse quadro é composto por um baixo ritmo de recuperação da demanda, um igualmente baixo nível dos preços das *commodities* e níveis moderados de inflação – abaixo das metas, nas economias avançadas. Contudo, registra riscos de reversão desse quadro no médio prazo, como decorrência do aperto das condições financeiras globais, fruto de fatores macroeconômicos, regulatórios e de mercado.¹

¹ Entre os primeiros, está a elevação dos juros nos Estados Unidos, a austeridade monetária europeia e a baixa inflação nas economias avançadas. Os fatores regulatórios são a crise financeira na China e a regressão dos processos regulatórios pós-crise de 2008-2009. Entre os últimos, está a reversão da disposição para aceitação de riscos e a "desglobalização".

A tendência do crescimento atual é seguir o padrão recente, em que as economias emergentes e em desenvolvimento tem alavancado o processo de crescimento. Isso porque as economias avançadas apresentam taxas ainda modestas. FMI e OCDE calculam que as economias avançadas apresentarão crescimento de 2,2%, ao passo que o grupo das demais crescerá 4,6%.²

Tabela 1: Taxas de crescimento da produção projetadas para os anos de 2017 e 2018 de regiões, grupos de países e países selecionados (em %)

Grupos/regiões/países	2017	2018
Mundo	3,6	3,7
Economias avançadas	2,2	2,0
Estados Unidos	2,2	2,3
Área do Euro	2,1	1,9
Japão	1,5	0,7
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4,6	4,9
Emergentes e em Desenvolvimento da Ásia	6,5	6,5
China	6,8	6,5
Índia	6,7	7,4
Emergentes e em Desenvolvimento da Europa	4,5	3,5
América Latina e Caribe	1,2	1,9
Brasil	0,7	1,5

Fonte: IMF World Economic Outlook - Sept./2017

As análises da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL descrevem o cenário latino-americano com mais cautela. A projeção é de um crescimento de 1,1% para a região, sendo puxado pelas economias mexicana e da América Central (2,5%) e contrabalançado pelo fraco desempenho sul-americano, previsto para alcançar apenas 0,6% em 2017. Tal desempenho é fruto de um setor externo que ainda sofre os desdobramentos da crise internacional, bem como de um setor interno que não encontra fatores capazes de impulsionar novo ciclo expansivo.

A CEPAL identifica no consumo privado e no gasto do governo os fatores de dinamização do ciclo econômico atual da América Latina. Por outro lado, vê baixo dinamismo no comércio exterior e no investimento, que são as tradicionais variáveis propulsoras das economias da Região. Esse baixo dinamismo se explica em virtude do quadro internacional e do elevado nível de endividamento privado. As análises da CEPAL destacam ainda os fatores políticos como amplificadores da incerteza que impera na economia mundial, e que sobrepesam na retomada de um ritmo de crescimento mais robusto. O quadro latino-americano se completa com uma projeção

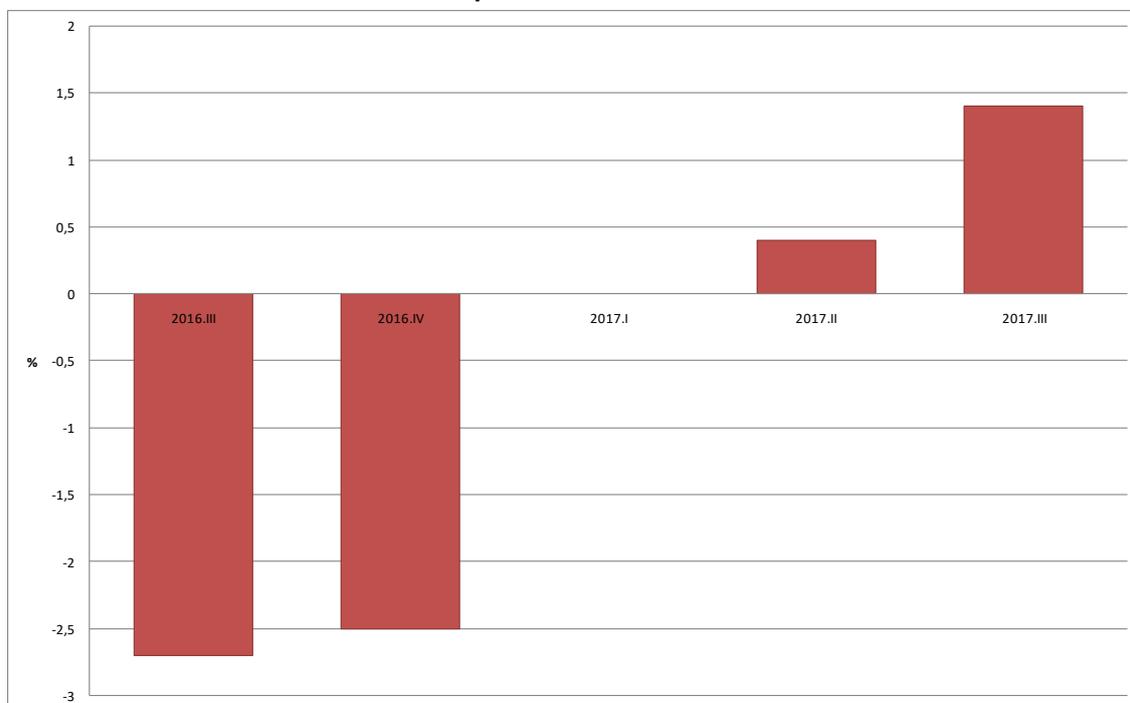
² O FMI e a OCDE agrupam os países de modo não perfeitamente coincidente. O primeiro trabalha com "economias avançadas" e "economias emergentes e em desenvolvimento". A OCDE trata os seus países membros e o grande grupo dos demais países não membros. Inobstante tratar-se de grupamentos distintos, eles apresentam semelhanças.

de níveis inflacionários mais baixos (5,7% no período janeiro-maio de 2017 em relação a 7,3% no mesmo período do ano anterior), bem como uma redução no ritmo de contração do emprego, cuja taxa de desocupação para o ano de 2017, inicialmente estimada em 9,8%, foi revista para 9,4%.

CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira vive, a exemplo da economia mundial, um quadro de incertezas a respeito da retomada do crescimento. Após registrar em 2016 uma retração de 3,6%, a maior queda do PIB desde 1990, o nível de atividade tem apresentado taxas trimestrais positivas no ano de 2017, ainda que baixas. No terceiro trimestre, a economia manteve-se estável (0,1%), havendo acumulado no ano um crescimento de 0,6%, na comparação com igual período do ano anterior. Não obstante a reversão no último ano do desempenho negativo de 2016, ainda persistem muitas incertezas tal que não se pode vislumbrar uma retomada cíclica da economia, como se verá a seguir.

Gráfico 1: Taxa de variação do PIB trimestral brasileiro, a preços correntes, em relação ao mesmo período do ano anterior



Fonte: IBGE (dados preliminares, atualizados até 01/12/2017)

No contexto sul-americano, em 2016, o País apresentou o terceiro pior desempenho, ficando à frente apenas da Venezuela e do Suriname, cujas economias se retraíram em 9,7% e 10,4%, respectivamente. A retração brasileira, juntamente com a argentina e a equatoriana, foi responsável pelo decréscimo do PIB sul-americano em 1%, muito embora os demais países do subcontinente tenham apresentado resultados positivos.

No Brasil, as análises preliminares apontam para um crescimento explicado pelo desempenho agrícola, cuja safra foi 27,9% superior à anterior, associado ao comércio exterior, bem como pelo consumo das famílias. A esses fatores propulsores se contrapuseram os gastos do governo, que tiveram desempenho negativo em todos os trimestres do ano, e o investimento privado, que mantém forte retração desde 2016.

A expressiva safra 2016/2017 impulsionou o PIB agropecuário, que cresceu 18,5%, 14,8% e 9,1% em cada um dos trimestres de 2017, impactando também o PIB industrial, em face do encadeamento do agronegócio, muito embora não seja possível avaliar em que dimensão. As exportações apresentaram crescimento de 20% no acumulado do ano até outubro de 2017, em comparação com o mesmo período de 2016. Considerando o fraco ritmo da economia mundial e, conseqüentemente, do comércio, um crescimento dessa ordem das exportações brasileiras pode ser considerado um bom desempenho.³

O consumo das famílias interrompeu no segundo trimestre de 2017 uma série de taxas negativas, havendo registrado discreto crescimento de 0,6% e, na sequência, de 2,2%. As análises disponíveis sobre o comportamento do consumo das famílias, no entanto, sugerem cautela na avaliação de tendência, haja vista a verificação de indicativos ambíguos. Os levantamentos de percepção apontam que a retomada da confiança dos consumidores ainda não está consolidada. Contribuem para isso, o esgotamento da injeção de recursos de liberação do FGTS, ocorrido no primeiro semestre, e o elevado e sustentado nível de endividamento familiar, que reduz o impacto do componente creditício na função consumo e reduz a renda disponível, em face das necessidades de pagamento dos encargos das dívidas. Além disso, os desdobramentos das alterações na legislação trabalhista, ainda geram muitas incertezas. Por outro lado, a redução da inflação tem implicado a elevação da renda do trabalho, e as pesquisas de emprego e desemprego apontam a estabilização do desemprego, ainda que em patamares elevados.

³ A Organização Mundial do Comércio estima em 3,6% o crescimento dos fluxos internacionais de mercadorias em 2017.

Tabela 2: Taxa de variação do PIB trimestral brasileiro, a preços correntes, em relação ao mesmo período do ano anterior, por componente agregado (em %)

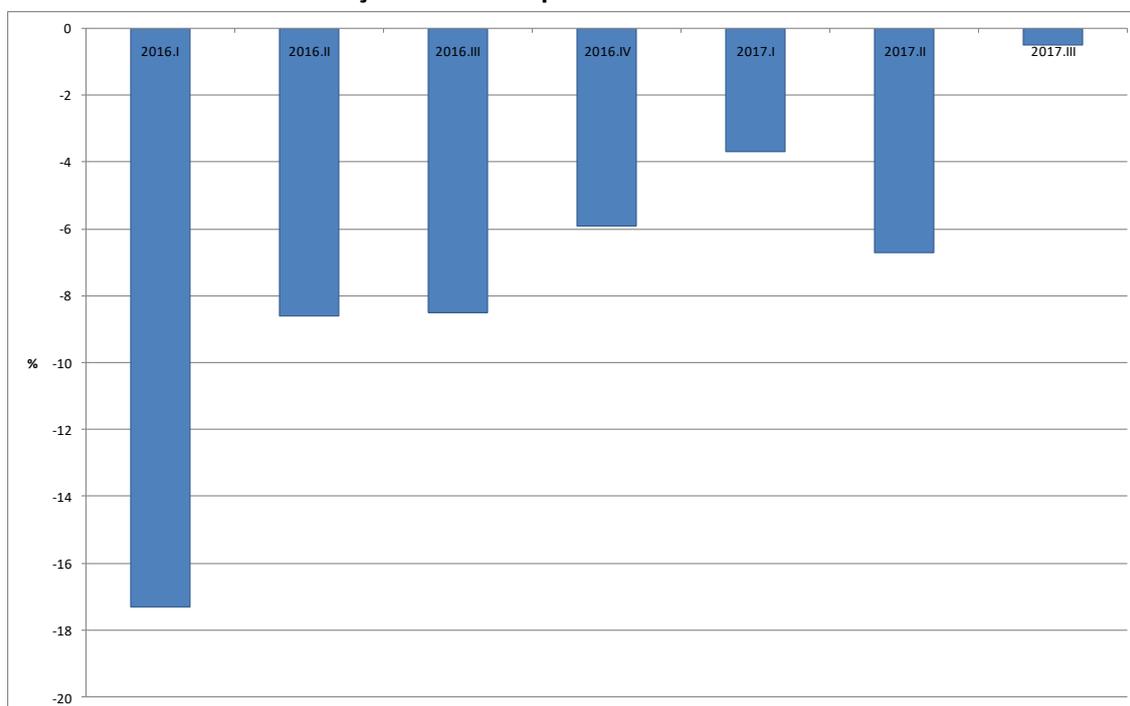
	2016.III	2016.IV	2017.I	2017.II	2017.III
Despesa de consumo das famílias	-3,4	-3	-1,7	0,6	2,2
Despesa de consumo do Governo	-0,3	0,2	-0,5	-0,8	-0,6
Formação bruta de capital fixo	-8,5	-5,9	-3,7	-6,7	-0,5
Exportação de bens e serviços	0,2	-7,6	1,8	2,5	7,6
Importação de bens e serviços (-)	-6,8	-1,1	9,8	-3,2	5,7

Fonte: IBGE (dados preliminares, atualizados até 01/12/2017)

O ano de 2017 foi marcado por um aperto fiscal, cuja intensidade se fez sentir mais destacadamente no indicador de gasto do governo no primeiro semestre.

Entre as forças contrarrestantes do crescimento da economia nacional está ainda o investimento privado. Trata-se do indicador cuja trajetória se apresenta mais clara, pois registra queda já por catorze trimestres consecutivos, muito embora tal queda esteja se reduzindo nos últimos trimestres.

Gráfico 2: Taxa de variação trimestral da Formação Bruta de Capital Fixo brasileira, em relação ao mesmo período do ano anterior

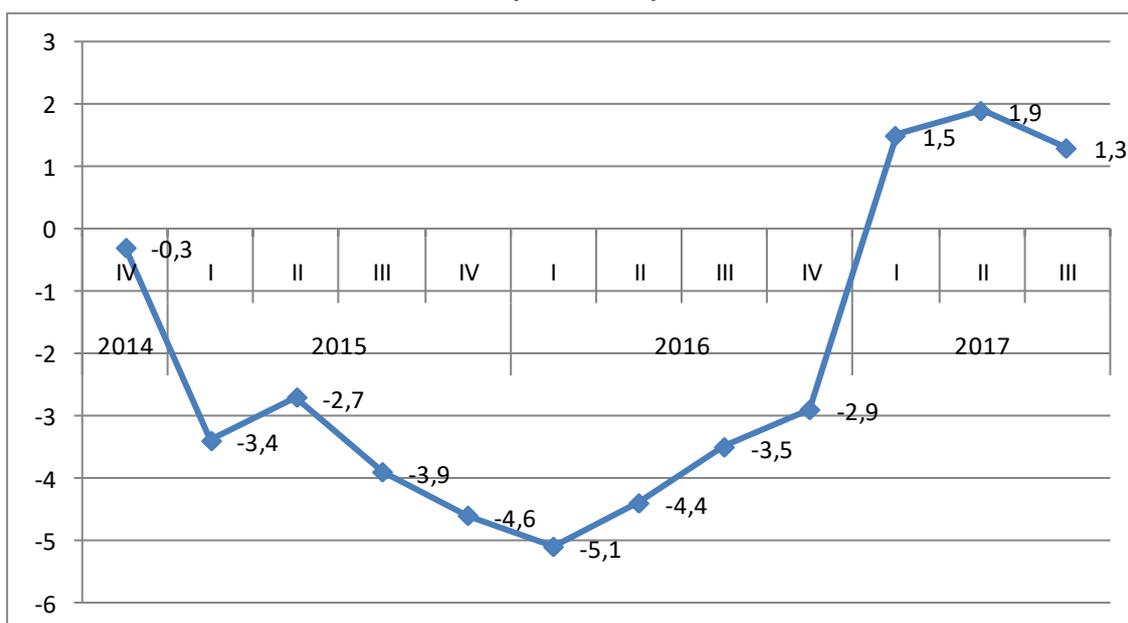


Fonte: IPEA, a partir dos dados do IBGE

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Alterando uma tendência de desaceleração que vinha sendo observada desde 2014, no primeiro semestre de 2017 a economia do Rio Grande do Sul registrou uma pequena recuperação, apresentando taxas de crescimento positivas nos dois primeiros trimestres (respectivamente, 1,5% e 1,9%). Contudo, o terceiro trimestre pode indicar uma reversão desse cenário, que permanece bastante incerto.

Gráfico 3: Evolução da taxa de crescimento do PIB do RS, acumulado em 12 meses – 2014/IV – 2017/III



Fonte: FEE

Considerado o segundo trimestre de 2017 em relação ao trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal), o PIB do Rio Grande do Sul teve variação positiva de 0,7%, enquanto o crescimento do Brasil foi de apenas 0,2%. No terceiro trimestre, o PIB do Rio Grande do Sul apresentou variação nula (0,0%), um desempenho inferior ao observado no País (1,4%) para o mesmo período. Já a taxa de crescimento acumulada nos três primeiros trimestres de 2017 foi de 1,3%.

Tabela 3: Taxa de crescimento do PIB do RS, acumulado em 12 meses – 2014/IV – 2017/III

Especificação	2014		2015				2016				2017		
	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	
PIB	-0,3	-3,4	-2,7	-3,9	-4,6	-5,1	-4,4	-3,5	-2,9	1,5	1,9	1,3	
Impostos	0,6	-5,2	-5,3	-6,7	-7,7	-6,1	-5,4	-4,9	-4	0,1	0,9	0,7	
VAB	-0,4	-3,1	-2,3	-3,5	-4,1	-4,9	-4,3	-3,3	-2,8	1,8	2,1	1,4	
Agropecuária	-3,8	3,6	11,4	10,9	9,5	-8,7	-3,9	-3,6	-3,8	19,1	11,3	9,7	
Indústria	-4	-10,2	-9,9	-10,2	-10,8	-6,1	-5,2	-5,2	-4,4	-1,3	-0,8	-1,3	
Extrativa	1,7	-1,4	-1,4	-2,1	-3	-7,6	-8,2	-8,6	-9	-10,1	-9,9	-9,7	
Transformação	-5,2	-11,7	-11	-11,9	-12,7	-6,9	-6,3	-6	-4,3	0,8	1,8	0,9	
SIUP	0,7	5,8	1,4	1,1	0	-3,9	-0,9	-3,6	-5,7	-10,7	-8,9	-8,4	
Construção Civil	-1,5	-9	-9,2	-7,6	-7	-4,9	-3,3	-3,2	-4	-4	-4,9	-4,2	
Comércio e Serviços	1,4	-1,8	-2,4	-3,3	-3,7	-3,6	-2,9	-2,4	-2,1	-0,2	0,2	0,7	

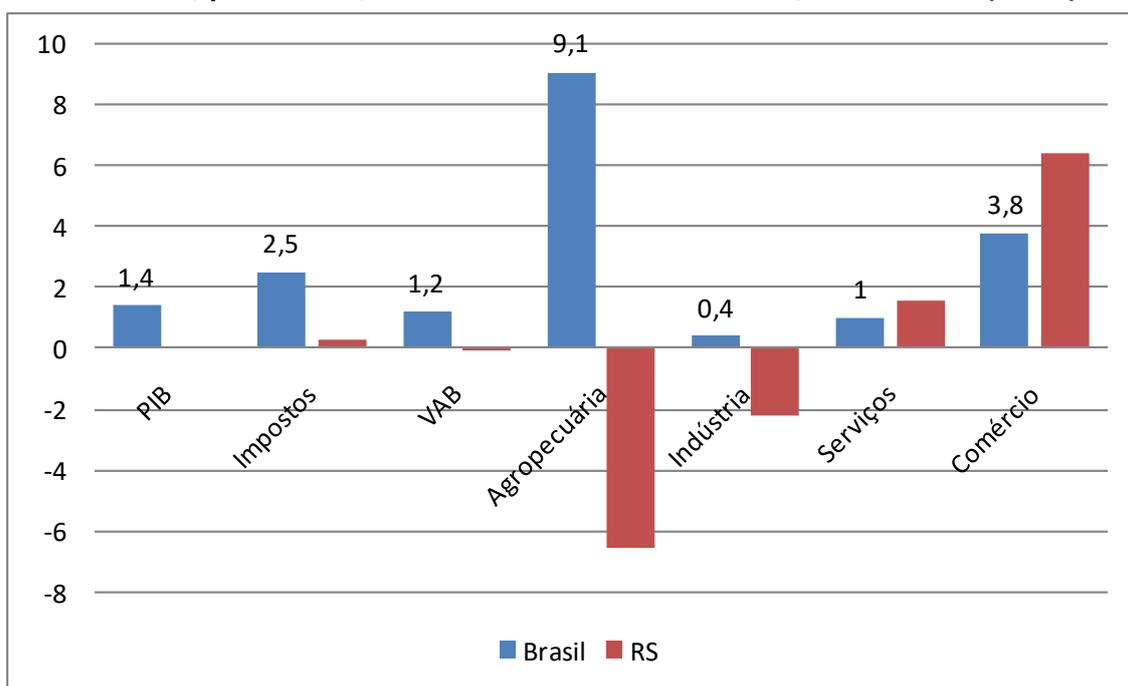
Fonte: FEE.

O cenário do primeiro semestre pode ser explicado principalmente pela recuperação da indústria de transformação e o forte desempenho do comércio, assim como por uma boa safra agrícola, o que resultou também em um crescimento de 2,1% do Valor Adicionado Bruto (VAB) e de 0,9% dos impostos líquidos. Já no terceiro trimestre, se comparada a taxa de crescimento com a do trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal), ela foi positiva apenas para o Comércio e Serviços, com um crescimento de 0,7%. Os dados do mercado de trabalho também foram positivos, mas longe de demonstrarem uma recuperação sólida. Em geral, a variação dos indicadores da economia gaúcha ficou abaixo dos números nacionais, conforme gráfico abaixo:

Enquanto a recuperação da atividade industrial estava diretamente associada a sua vocação exportadora, o comércio se beneficiou da queda da inflação, do aumento da renda agrícola, da liberação de saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da estabilização na taxa de desemprego, o que garantiu maior sustentabilidade na sua recuperação.

Desse modo, na indústria, os resultados foram bastante variáveis durante o ano. Após cair 0,3% no segundo trimestre, a queda no terceiro trimestre foi de 2,2%. Se for considerado apenas o primeiro semestre do ano, três setores apresentaram quedas ainda maiores no segundo trimestre do que no anterior, quais sejam: a indústria extrativa; o setor de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana; e, o setor de construção. O único setor com crescimento no período foi a indústria de transformação, demonstrando a sua importância para a pequena recuperação apresentada pela economia gaúcha no primeiro semestre do ano.

Gráfico 4: Taxas de crescimento contra o mesmo trimestre do ano anterior do PIB trimestral, por setores, no RS e do Brasil –3º trim. 2017/3º trim. 2016(em %)



Fonte: FEE.

Nota: Sem ajuste sazonal

Não obstante, a desaceleração da indústria no terceiro trimestre foi influenciada pela variação negativa dos quatro segmentos que a compõem, com destaque, em razão do impacto, para a mesma indústria de transformação (-0,8%). Com relação aos outros setores, a indústria extrativa recuou 9,3% no trimestre, frente à retração de 9,8% observada no segundo trimestre. O setor de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana apresentou queda de 7,1%, influenciado pela redução nas atividades de distribuição de energia elétrica. Por sua vez, o setor de construção apresentou queda de 2,7%, mantendo o comportamento de queda do setor observado ao longo de 2017. Por outro lado, compete destacar a cadeia do fumo como atividade de melhor desempenho no ano, tendo um crescimento constante e uma taxa de 68,5% no terceiro trimestre, em comparação com o anterior.

No fechamento dos dez primeiros meses de 2017, o indicador de produção acumulado calculado pelo IBGE, frente a igual período em 2016, mostrou uma expansão de 0,6%. Apesar disso, em outubro, a produção industrial ajustada sazonalmente também mostrou uma queda de 0,6% frente ao mês imediatamente anterior, o que representou a quinta taxa negativa consecutiva dessa comparação, com perdas acumuladas de 6,1% no período. Portanto, é possível afirmar que as perdas recentes podem impactar ainda mais os ganhos dos seis meses iniciais do ano. Mesmo com a queda do terceiro trimestre, é importante ressaltar que os resultados

do segundo trimestre representaram o terceiro trimestre consecutivo de expansão da indústria, influenciados de forma relevante pelas exportações.

Tabela 4: Taxas de crescimento trimestrais das atividades industriais do RS –3º trim. 2017/3º trim. 2016

Atividade	(%)
Produtos alimentícios	-5,2
Bebidas	-2,7
Produtos do fumo	68,5
Couro e artefatos de couro, artigo para viagens e calçados	-5,8
Celulose, papel e produtos de papel	-35,7
Coque e produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-11,5
Outros produtos químicos	0,9
Produtos de borracha e de material plástico	6
Produtos de minerais não metálicos	7,7
Metalurgia	-7,1
Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	6,8
Máquinas e equipamentos	-4,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	-4,9
Móveis	-2,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal

Constituindo-se como o grande destaque positivo do ano, o comércio no Rio Grande do Sul cresceu pelo segundo trimestre consecutivo (6,4%), após 10 trimestres de queda, acumulando crescimento de 2,8% no ano. Tomado o comércio varejista ampliado⁴ até setembro de 2017, o Rio Grande do Sul apresentou variação positiva na comparação com o mesmo período do ano anterior, em termos de volume de vendas, com acréscimo de 20,4%. Além da base de comparação deprimida, fatores macroeconômicos como a derrubada da inflação, a queda da taxa de juros para pessoa física e a estabilização da massa de rendimentos, contribuíram para o bom desempenho da atividade no primeiro semestre.

Cabe ressaltar que os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE mostram que a maior parte das atividades de comércio teve um volume de vendas maior no terceiro trimestre de 2017 do que no terceiro trimestre do ano anterior. Os destaques da PMC, conforme tabela acima, foram: veículos, motocicletas, partes e peças (35,3%); tecidos, vestuários e calçados (36,7%); e combustíveis e lubrificantes (15%). Em contraste, o volume de vendas de móveis caiu 3,2% no trimestre. Destaca-se

⁴ Índice-síntese dos grupos de atividade que compõem o varejo mais os segmentos de “veículos e motocicletas, partes e peças” e de “material de construção.

também que, da mesma forma que no Rio Grande do Sul, o VAB do comércio nacional apresentou expansão no trimestre (3,8%) e acumulada no ano (0,8%).

Tabela 5: Taxas de crescimento trimestrais das atividades comerciais do RS – 3º trim. 2017/3º trim. 2016

Atividade	%
Combustíveis e lubrificantes	15
Hipermercados e supermercados	2,2
Tecidos, vestuário e calçados	36,7
Móveis	-3,2
Eletrodomésticos	22,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	4,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-27,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	31,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	15,1
Veículos, motocicletas, partes e peças	35,3
Material de construção	9,2

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

O setor de serviços gaúcho também apresentou nos três primeiros trimestres um bom desempenho, superior ao do Brasil. No terceiro trimestre, cresceu 1,6% no Rio Grande do Sul e apresentou variação positiva de 1,0% no Brasil (Gráfico 2). Ao compararmos as taxas de crescimento do setor com o mesmo trimestre do ano anterior, podemos observar, apesar da variação positiva no trimestre, que o setor ainda não conseguiu estabelecer uma trajetória de crescimento estável.

Tabela 6: Taxas de crescimento contra o mesmo trimestre do ano anterior do Setor de Serviços no Rio Grande do Sul – 3º trim. 2017/3º trim. 2016(%)

Atividades	2016				2017		
	I	II	III	IV	I	II	III
Transporte, armazenagem e correio	0,2	4,3	-3,6	-0,8	2,9	-3,4	0,6
Serviços de informação	0,3	-0,3	0,2	0,7	0,6	-0,4	-1
Intermediação financeira e seguros	-0,2	-1,7	-1	0,2	0,2	0,6	-0,4
Atividades Imobiliárias	0,8	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6
Outros Serviços	0,2	-0,2	-0,1	-0,5	-0,1	-0,1	0,5
APU, educação pública e saúde pública	-1,1	-0,5	-0,2	0,2	0,4	0,2	-0,1

Fonte: FEE

Especificando as atividades do setor de serviços que apresentaram taxas trimestrais positivas, é possível destacar os de intermediação financeira e seguros (0,5%), administração pública, educação pública e saúde pública (0,7%) e atividades

imobiliárias (1,8%). As demais atividades do setor apresentaram queda no terceiro trimestre: transporte, armazenagem e correios (-0,8%), serviços de informação (-0,4%) e outros serviços (-0,2%).

Apesar do bom desempenho do setor agropecuário no Estado, ele foi inferior ao crescimento registrado no Brasil, principalmente por conta do aumento nas safras de soja e milho, que foram maiores no Brasil do que no Rio Grande do Sul. No primeiro semestre do ano, o desempenho da agropecuária foi positivo, influenciado por condições climáticas favoráveis, destacando-se principalmente a produção de soja, além do arroz e do milho, os quais cresceram tanto em área quanto em volume.

Contudo, no terceiro trimestre, a agropecuária fechou em queda de 6,6%, tendo contribuição negativa a pecuária e positiva a agricultura. Apesar do desempenho positivo, a produção agrícola tem pouco peso no terceiro trimestre, sendo que as principais contribuições vieram do crescimento na cultura do milho e da queda na produção de laranja.

Tabela 7: Quantidades produzidas em 2017, taxas de crescimento da produção, área e produtividade em relação a 2016 dos principais produtos agrícolas do RS – 2º trimestre/2017

Produtos	Safrá 2017 (t)		Variação 2017/2016 (%)		
	2º trimestre	Acumulado do Ano	Produção	Área	Produtividade
Soja	16.366.102	18.598.512	15,7	1,4	13,6
Arroz	2.607.610	8.641.211	16,5	1,5	12,4
Milho	2.286.578	5.556.153	28,2	12,2	14
Mandioca	384.879	972.069	-4,1	-8,3	1
Cana-de-açúcar	444.665	489.157	-3,3	-7,4	2,1
Batata-inglesa	91.945	289.197	13,6	3,7	9,5
Maçã	48.047	573.452	19	-0,2	19,4
Laranja	73.359	77.982	-7,8	-3,1	-5,7
Tomate	21.490	76.697	5,7	-1,8	7,6
Feijão	12.153	60.447	12,6	11,4	4,3
Banana	30.716	108.708	4,2	0	4,2
Uva	16.360	948.015	131,4	-2,4	135,1

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola e Censo Agropecuário

Em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a produção de soja (concentrada no segundo trimestre de cada ano) cresceu 15,7%. Da mesma forma, culturas de grande peso no Estado, como arroz e milho, prejudicadas pelo excesso de chuvas em 2016, tiveram volumes mais altos de produção no trimestre. A produção de arroz cresceu 16,5%, e a de milho, 28,2%. No entanto, problemas climáticos, a falta de liquidez do produto e seu preço pouco compensador, limitaram a capacidade

produtiva das lavouras de trigo, ocorrendo uma retração da área plantada de 11,9% em relação ao ano anterior. Para 2018, as estimativas do IBGE indicam queda na produção tanto de arroz, como de soja.

A despeito do desempenho positivo no primeiro semestre do ano, que estancou momentaneamente uma tendência de desaceleração que persistia desde 2014, os resultados posteriores mostram que a economia gaúcha ainda percorre um cenário de muitas incertezas, com oscilações que respondem a também incerta conjuntura nacional e internacional.

1.2. SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ESTADUAIS

O QUADRO GERAL DAS FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

A situação das finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul continua grave, apresentando-se com problemas estruturais extremamente sérios. As receitas arrecadadas não são as suficientes para fazer frente às despesas do dia a dia, faltando recursos para pagar os salários dos servidores e para honrar fornecedores e convênios. Não há dinheiro na quantidade necessária para suprir a carência de investimento no setor de infraestrutura.

No curto prazo, apesar das contas públicas apresentarem dificuldades de equilíbrio entre as receitas e as despesas, os primeiros passos para uma estabilidade fiscal consistente já foram dados. Contudo, a solução definitiva virá somente no médio e longo prazos, caso haja uma sequência de governos comprometidos com a boa gestão e com a responsabilidade fiscal.

Nas últimas décadas, as contas estaduais apresentaram déficits fiscais recorrentes. A partir de 1970 até 2017 (48 anos), somente em sete anos as receitas arrecadadas foram maiores do que as despesas empenhadas. Ressalva-se que, em alguns dos anos em que houve superávit orçamentário, isso somente ocorreu em função de certas excepcionalidades, como por exemplo, venda de ativos.

O mais grave problema das finanças públicas é a questão previdenciária. Ao longo do tempo, o Estado não se preparou para suportar os atuais encargos de seus aposentados e pensionistas. Em 2017, o Estado apresentou déficit previdenciário de R\$ 10,562 bilhões, consumindo 31,0% da RCL.

Ao final de 2017, a Administração Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul alcançaram o quantitativo em torno de 215 mil matrículas de inativos e pensionistas contra, aproximadamente, 150 mil matrículas ativas. Os dados consolidados finais de 2017 ainda não foram publicados pela Secretaria da Fazenda do RS. Prevê-se que ao final de 2018, de cada 10 matrículas, 6 serão de aposentados/pensionistas. Os efeitos positivos com a implantação dos Regimes de Capitalização, ocorrida em 2011, e de Previdência Complementar, em 2015, serão sentidos somente no longuíssimo prazo.

Outra grande preocupação é a dívida interna e externa do Estado. Do total consolidado, em torno de R\$ 70 bilhões, em 31/12/2017, aproximadamente 90% são débitos contratuais com o Governo Federal. Quanto à atualização da dívida com a União, a contar de 01/01/2013, os indexadores passaram a ser pelo IPCA mais 4% ao ano ou pela Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IPG-DI mais 6% ao ano. Em tese, há a perspectiva real de amenizar o problema do estoque, surtindo os efeitos no término do contrato, em 2048, tanto melhor quanto menor o IPCA.

No tocante à dívida exclusiva do Estado com a União, ressalta-se o não pagamento entre abril e junho de 2016 e a suspensão das parcelas entre julho e dezembro de 2016. As amortizações foram retomadas a partir de janeiro de 2017. Porém, a partir de julho de 2017,

não foram feitos pagamentos por conta de liminar do STF. Após longa negociação, o Estado está próximo de fechar o acordo de adesão ao "Regime de Recuperação Fiscal".

Um dos benefícios do programa é a suspensão das prestações da dívida por 36 meses, prorrogáveis por igual período. Os pagamentos serão retomados de forma progressiva e linear, até que seja atingido o valor integral da parcela no término do prazo da prorrogação.

Em 2016, o RS apresentou a pior situação entre os Estados brasileiros, com o 2º maior gasto com pessoal em relação à receita corrente líquida (RCL), com a 2ª maior despesa previdenciária, com a 2ª maior dívida consolidada líquida, com o menor aporte em investimento e com a pior disponibilidade de caixa. Os dados consolidados de 2017 ainda não foram divulgados pelos Estados.

As contas públicas estaduais começaram a causar séria preocupação aos governantes, já a partir do início do Plano Real (1994), com o término do "financiamento inflacionário". Ao final da década de noventa do século passado, o cenário se agravou por conta da edição de um arcabouço legislativo, que reconfigurou o modelo de financiamento dos entes estaduais, bem como pelo processo de renegociação de suas dívidas.

Esse período marcou o término das estratégias de endividamento pela emissão de títulos públicos e pela venda de bens e impôs um austero ajustamento fiscal. Não apenas o equilíbrio de suas contas passou a ser perseguido, mas a própria mudança do espectro das políticas públicas. Em 2000, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado viu-se em situação antagônica: de um lado, obrigado a disciplinar fortemente os gastos; e, de outro, incumbido de atender às crescentes necessidades em Saúde, Educação e Segurança.

No início dos anos 2000, começaram a pesar fortemente os custos com a previdência e com o serviço da dívida. Foram frustradas as sucessivas tentativas de recolocar as necessidades de custeio e de financiamento nos patamares da arrecadação. Assim, foram-se acumulando déficits orçamentários expressivos. A alternativa encontrada para suprir a escassez de recursos foi a utilização de mecanismos de administração de receitas e despesas, que otimizaram quanto possível o fluxo financeiro (saques do caixa único e dos depósitos judiciais).

Ao analisar os últimos mandatos do executivo estadual, o Governo Olívio Dutra (1999-2002) apresentou resultados primário e orçamentário fortemente negativos. Não pagou precatórios nem os percentuais salariais das chamadas "Leis Britto", o que originou passivo trabalhista bilionário e, ainda, esgotou a totalidade dos recursos existentes no caixa único. Quanto aos níveis de investimentos, foram os menores entre todos os governos até aquela data.

No Governo Germano Rigotto (2003/2006), foi desenvolvida forte política de contenção de gastos em pessoal, no custeio das áreas sociais e nos investimentos públicos, tendo em vista um cenário de profunda escassez de recursos próprios e de impossibilidade de financiamento, tanto interno como externo. Houve aumento do ICMS no início da segunda

metade de seu mandato, porém insuficiente para fazer frente aos sérios problemas das contas públicas, muito agravados pela frustração de 50% da safra agrícola gaúcha de 2005.

O Governo Yeda Crusius (2007/2010) começou seu mandato sem os recursos mínimos de sobrevivência. Em 2007, não havia dinheiro para pagar os servidores, fornecedores e convênios. As alíquotas do ICMS, majoradas no Governo Rigotto, voltaram ao seu patamar original, visto não terem sido prorrogadas pela ALRS, gerando queda real de arrecadação do tributo. A partir de 2008, com a combinação de diversas ações e fatores positivos, as contas públicas apresentaram superávit orçamentário e financeiro até o final do seu governo.

O Governo Tarso Genro (2011/2014) recebeu as finanças com as contas equilibradas. Contudo, envolto em um orçamento que considerava limitado, optou por forte expansionismo dos gastos, principalmente com pessoal e custeio (despesas consideradas permanentes).

Com o aval exclusivo do Governo Federal, captou recursos via operação de crédito, no montante de R\$ 3,9 bilhões. Em outro front, para cobrir seu enorme déficit financeiro, o Governo Tarso Genro fez ainda uso rotineiro de R\$ 1,75 bilhão do caixa único e de R\$ R\$ 5,40 bilhões de depósitos judiciais, totalizando retiradas extraordinárias de R\$ 7,15 bilhões, sendo que a prudência mandaria utilizar esses recursos somente em situações emergenciais.

Sob o ponto de vista eminentemente técnico, o Governo Tarso Genro agravou sobremaneira as finanças públicas. Deixou para seu sucessor um conjunto de gasto fixo superior ao poder de arrecadação e, ainda, criou despesas continuadas de pessoal a serem pagas em todo o período do futuro mandatário.

Pode-se afirmar que a maior parte das receitas ordinárias incrementais líquidas arrecadadas no Governo Ivo Sartori, entre 2015 e 2017, incluindo o aumento do ICMS, foram todas absorvidas no comprometimento de despesas criadas pelo Governo anterior, imobilizando quase por completo as finanças estaduais. Tudo isso agravado pela maior crise econômica da história brasileira, que deprimiu fortemente o poder de arrecadação do Estado.

O Governo Ivo Sartori (2015/2018) assumiu o mandato, em 2015, sem recursos suficientes para pagar as obrigações mais emergentes. O orçamento daquele ano, enviado pelo Governador anterior à Casa Legislativa, foi aprovado com déficit implícito de R\$ 5,4 bilhões. Após todos os esforços de gestão, ao final do exercício o déficit foi reduzido para R\$ 4,9 bilhões.

Em 2016, o quadro previsto inicialmente era tão grave como o de 2015. Caso se executasse o orçamento, já se tomando o aumento aprovado de ICMS, as contas nasceriam deficitárias em R\$ 4,6 bilhões. Contudo, com a suspensão do pagamento de parcelas da dívida com a União (economia de R\$ 2,3 bilhões); com a venda da folha do Poder Executivo e do Poder Judiciário ao BANRISUL (ganho de R\$ 1,3 bilhão), com o recebimento de causa judicial contra a Ford (entrada de R\$ 217 milhões), com o repasse em dia pela União do Auxílio Financeiro à Exportação (R\$ 130 milhões) e com forte controle sobre as despesas, ao final do 2016 o déficit orçamentário foi reduzido para R\$ 143 milhões. Porém, sob o ponto de vista

financeiro, faltaram recursos para pagar em dia os salários e o 13º de grande parte do funcionalismo e para outras tantas obrigações.

Em 2017, a peça orçamentária estimou um déficit de R\$ 2,97 bilhões. Com forte comprometimento tanto no lado das receitas (utilização de modernas ferramentas de gestão, controle e fiscalização da atividade das empresas, uso da Nota Fiscal Eletrônica, Nota Fiscal Gaúcha, Substituição Tributária e outras ações) como nas despesas (contingenciamento e racionalização dos gastos), ao final do exercício o déficit foi reduzido para R\$ 1,67 bilhão.

Para 2018, o déficit inicialmente previsto foi de R\$ 6,87 bilhões. Com a iminente adesão do Estado ao "Regime de Recuperação Fiscal", proposto pela União, haverá a suspensão da maior parte das parcelas do serviço da dívida alocadas no orçamento. Dessa forma, o déficit será substancialmente aliviado.

Tendo em vista a forte contração na arrecadação, ocorrida entre 2014 e 2017, os entes federados foram duramente atingidos em sua capacidade de implementar políticas públicas. Em 2018, não se imagina que possa ocorrer um crescimento econômico tão vigoroso que venha a expandir a arrecadação tributária própria e das transferências advindas da União a ponto de sanar os maiores problemas financeiros pelos quais passa o Estado.

A atividade econômica brasileira começou a desacelerar a partir do 2º trimestre de 2014. Naquele ano, o PIB apresentou crescimento modesto de 0,5%; em 2015, foi negativo em 3,8%; em 2016, queda de 3,6%. Em 2017, projeta-se crescimento do PIB em torno de 1,0%. Quanto ao PIB do RS, em 2014, decresceu 0,3%; em 2015, encolheu 3,4%; em 2016, queda de 3,1%. Até o 3º trimestre de 2017, o PIB gaúcho ficou estável.

Os fundamentos macroeconômicos ainda mostram o delicado momento da atual conjuntura brasileira: dívida pública aproximando-se de R\$ 4,0 trilhões e rumando para 100% do PIB; taxa real de juros ainda entre as maiores do mundo; inadimplência alta; crédito restrito e caro; desemprego em patamar inaceitável; investimentos escassos; capacidade ociosa da indústria pouco abaixo do pior nível histórico; e déficit primário da União revisto para 2017 e 2018, de R\$ 159 bilhões anuais. O que também pesa fortemente sobre a economia é o conturbado cenário político, institucional e moral, o mais grave já vivido na história do Brasil.

Sublinha-se o posicionamento do Estado do Rio Grande do Sul em construir uma sólida discussão nacional acerca de um novo pacto federativo, em que os entes subnacionais tenham maior participação na partição tributária, hoje concentrada nas mãos da União. São arranjos sem os quais ficam impossibilitados de cumprirem minimamente sua missão institucional. Entre outros temas, está o justo ressarcimento do prejuízo causado pela desoneração das exportações de produtos primários e semielaborados, introduzida pela Lei Kandir, que já impôs pesadas perdas à arrecadação estadual.

Por fim, com as reformas estrutural, administrativa e previdenciária promovidas pelo Governo Estadual, criou-se no Rio Grande do Sul um ambiente de confiança para investimento, inovação e atração de novas empresas. Somente com crescimento econômico duradouro

podem-se imaginar os recursos necessários para suprir as demandas reprimidas das áreas sociais e de infraestrutura.

O FINANCIAMENTO PÚBLICO ESTADUAL AO LONGO DO TEMPO

A opção dos governos, a partir de Olívio Dutra, foi utilizar os recursos disponíveis do caixa único. Já no Governo Rigotto foi dada autorização para saques dos depósitos judiciais. A tabela adiante demonstra os valores sacados do caixa único e dos depósitos judiciais, nos diversos governos:

Tabela 8: Saques do caixa único e dos depósitos judiciais (em valores nominais – R\$ milhões)

Especificação	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2015-2017	Total dos Saques
	Antônio Britto	Olívio Dutra	Germano Rigotto	Yeda Crusius	Tarso Genro	Ivo Sartori	
Caixa Único	0	1.729	85	780	1.488	2.812	6.894
Depósitos Judiciais	0	0	1.428	615	5.665	2.943	10.651
Saques por Governo	0	1.729	1.513	1.395	7.153	5.755	17.545

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A autorização para saques dos depósitos judiciais deu-se através da Lei nº 12.069/04. A regra legal atual dá autorização ao Poder Executivo de sacar até 95,0% do saldo dos depósitos judiciais.

Nota 2: Os depósitos judiciais são remunerados pelo percentual da Taxa SELIC, do Banco Central do Brasil.

As contas públicas apresentaram ao longo do tempo déficits fiscais sucessivos. Esses desequilíbrios foram cobertos das mais variadas formas:

Tabela 9: Principais formas de enfrentamento do déficit público pelos diversos governos

Período	Governo	Enfrentamento do Déficit Público
1971-1974	TRICHES	Endividamento
1975-1978	GUAZELLI	Endividamento
1979-1982	AMARAL	Endividamento e inflação
1983-1986	JAIR	Débitos de tesouraria e inflação
1987-1990	SIMON	Inflação
1991-1994	COLLARES	Inflação
1995-1998	BRITTO	Venda de ativos
1999-2002	OLÍVIO	Saques do caixa único, menor volume de investimentos, venda de ativos, antecipação de impostos, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios e não pagamento das Leis Britto.
2003-2006	RIGOTTO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atrasos no pagamento de fornecedores, não pagamento de precatórios, não pagamento das Leis Britto, antecipação de impostos, menor volume em custeio e em investimentos, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL e aumento de tributos.
2007-2010	YEDA	Venda de ações do BANRISUL, saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, financiamento do 13º salário junto ao BANRISUL, parcelamento de salários mensais, redução do gasto em custeio e em investimento.
2011-2014	TARSO	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, antecipação de impostos, endividamento com recursos de operações de crédito internas e externas e redução de gastos com investimentos.
2015/2017	SARTORI	Saques do caixa único e dos depósitos judiciais, atraso no pagamento de fornecedores e convênios, antecipação de impostos, parcelamento de salários, não pagamento integral do 13º salário, redução de gastos em custeio e investimento, venda da folha de pagamento ao BANRISUL, suspensão de parcelas da dívida com a União, ganho de causa judicial contra a FORD e aumento de tributos.

Fonte de dados brutos: Balanço do Estado do RS (CAGE/RS).

A EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTÁRIO E PRIMÁRIO

Na tabela a seguir são apresentados os resultados orçamentário e primário, entre os anos de 2000 e 2017, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Consta-se a frequência de resultados orçamentários negativos, sendo que, em muitos casos, o Estado se financiou com recursos extraordinários.

Tabela 10: Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Orçamentário - IGP-DI 31/12/2017	Resultado Primário - IGP-DI 31/12/2017	Resultado Orçamentário sobre o PIB/RS	Resultado Primário sobre o PIB/RS	Receita Total sobre o PIB/RS	Despesa Total sobre o PIB/RS
2000	-1.903.602.812	-1.427.885.793	-0,66%	-0,49%	11,26%	11,99%
2001	-1.694.579.517	-899.303.484	-0,59%	-0,31%	11,39%	12,16%
2002	-612.359.153	-159.720.254	-0,23%	-0,06%	11,60%	11,96%
2003	-142.323.319	-224.256.403	-0,05%	-0,08%	11,12%	11,42%
2004	-1.516.326.157	72.200.656	-0,55%	0,03%	10,50%	11,17%
2005	-1.812.359.798	1.129.100.668	-0,64%	0,40%	11,55%	12,19%
2006	-1.713.656.303	865.967.613	-0,57%	0,29%	11,54%	12,12%
2007	1.113.436.533	1.705.029.776	0,35%	0,54%	11,41%	11,05%
2008	711.256.316	3.455.888.505	0,22%	1,08%	11,81%	11,61%
2009	16.997.375	2.976.855.601	0,00%	0,84%	10,97%	10,97%
2010	-231.132.487	2.341.262.969	-0,06%	0,66%	11,87%	11,93%
2011	-681.985.515	2.033.836.625	-0,18%	0,55%	11,18%	11,36%
2012	-947.412.277	1.041.000.828	-0,26%	0,28%	11,34%	11,60%
2013	-1.709.260.246	764.945.221	-0,42%	0,19%	10,98%	11,40%
2014	-1.496.588.383	-640.561.063	-0,35%	-0,15%	11,60%	11,95%
2015	-5.275.140.078	-1.896.728.024	-1,29%	-0,46%	10,64%	11,93%
2016	-142.529.956	851.073.882	-0,03%	0,21%	11,45%	11,48%
2017	-1.668.735.918	-422.492.330	-	-	-	-

Fontes de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: O PIB de 2016 é estimativa preliminar da FEE/RS. O PIB de 2017 ainda não foi divulgado.

Nota 2: As receitas e despesas estão pelos seus totais líquidos, sem as transferências intraorçamentárias.

Nota 3: Os resultados orçamentário e primário de 2017 estão pelos seus valores nominais.

AS RECEITAS PÚBLICAS

A tabela abaixo mostra a evolução real da receita pública consolidada, a partir de 2008 até 2017. No demonstrativo, as receitas intraorçamentárias são expurgadas, por representarem dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual. As Receitas Tributárias (próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação, seguidas pelas Transferências Correntes (advindas da União).

O ICMS é o principal tributo estadual, representando, em média, 2/3 de todas as receitas correntes arrecadadas pelo Estado. Entre 2000 e 2017, o ICMS Total cresceu 465,5% nominais (de R\$ 5,647 bilhões para R\$ 31,933 bilhões) e 62,5% reais pelo IGP-DI (de R\$ 19,823 bilhões para R\$ 32,214 bilhões). Em 2017 comparado com 2016, o ICMS cresceu 5,1% nominais

(de R\$ 30,386 bilhões para R\$ 31,933 bilhões) e 4,1% pelo IGP-DI (de R\$ 30,950 bilhões para R\$ 32,214 bilhões).

A tabela seguinte mostra em valores atualizados pelo IGP-DI que, entre 2008 e 2017, as Receitas Totais cresceram 25,5%; as Receitas Correntes 30,5%; as Receitas Tributárias 36,5%; enquanto que as Transferências advindas da União cresceram apenas 0,1%. Ou seja, o Estado recebeu em 2017 o mesmo valor repassado em 2008. Comparando-se 2017 com 2016, as receitas totais foram maiores em 2,3%, sendo que as receitas correntes cresceram 1,8%, e as receitas de capital 41,3%.

Tabela 11: Receitas Orçamentárias Consolidadas — Atualizadas pelo IGP-DI de 31/12/2017
R\$ milhões

Especificação das Receitas	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	% 2017 / 2008
RECEITAS CORRENTES	36.886	38.163	42.463	41.519	42.204	44.741	46.635	45.483	47.295	48.148	30,5
RECEITA TRIBUTÁRIA	28.347	29.075	32.994	32.383	33.385	36.119	36.965	36.146	36.805	38.700	36,5
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.938	2.080	2.143	2.341	2.379	2.740	3.068	3.016	3.174	3.185	64,3
RECEITA PATRIMONIAL	882	1.093	914	876	820	607	706	661	1.950	735	-16,7
RECEITA AGROPECUÁRIA	2	1	6	1	3	3	1	3	2	1	-30,6
RECEITA INDUSTRIAL	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	-98,2
RECEITA DE SERVIÇOS	346	370	358	346	359	345	311	337	330	345	-0,4
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.375	8.600	9.206	9.156	8.818	8.705	9.171	8.930	8.540	8.380	0,1
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	983	1.368	1.797	1.423	1.546	1.640	1.944	1.917	1.951	2.440	148,1
DEDUÇÕES RECEITA CORRENTE	-3.988	-4.426	-4.955	-5.009	-5.106	-5.419	-5.532	-5.527	-5.457	-5.637	41,3
RECEITAS DE CAPITAL	2.108	390	1.603	530	1.442	1.130	3.166	480	567	801	-62,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.916	0	1.210	349	1.234	678	2.621	218	337	560	-70,8
ALIENAÇÃO DE BENS	7	50	6	7	55	124	115	154	85	128	1.698,5
AMORTIZAÇÃO EMPRÉSTIMOS	41	28	53	54	22	83	197	63	49	23	-44,1
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	144	312	334	120	130	245	232	44	96	89	-38,1
Total das Receitas	38.995	38.553	44.066	42.048	43.645	45.871	49.801	45.963	47.861	48.949	25,5

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS.

No tocante às principais transferências constitucionais da União ao Estado, que são o Fundo de Participação dos Estados, a Cota-Parte do IPI-Exportação, a Compensação Financeira da Lei Kandir e o Auxílio Financeiro à Exportação, apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação. Em 2017, caso se tomasse o mesmo percentual de repasses feitos pela União em 2008, a perda somente nesse ano seria da ordem de R\$ 1,5 bilhão (Receita Tributária de 2017 de R\$ 38,1 bilhões, 4,0% de perda de participação), o equivalente ao valor de uma folha de salário líquida mensal do Poder Executivo.

Com relação às desonerações de ICMS das exportações de produtos primários e semi-elaborados, especificamente pela “Lei Kandir” (LCF nº 87/96), entre 1996 e 2016, a perda líquida acumulada chega a R\$ 50,0 bilhões (perda bruta de R\$ 65,5 bilhões contra ressarcimento de R\$ 15,5 bilhões), em valores atualizados pelo IGP-DI de julho de 2017. No período, o percentual médio de compensação foi de 23,6% das perdas brutas. A compensação, em 2016, foi de apenas 9,1% das perdas brutas.

O GASTO TOTAL CONSOLIDADO DO ESTADO

A tabela seguinte mostra a evolução da despesa pública consolidada ajustada, a partir de 2008 até 2017, em valores nominais. Ressalva-se que, no demonstrativo, não foram computadas as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, pois são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual.

Em 2017, os valores totais executados (empenhados) ultrapassaram em 116,6% a variação da Receita Corrente Líquida. Verifica-se que está em curso um ajuste nas contas públicas, patrocinado pela gestão do atual governo, com forte evolução já a partir de 2016.

Tabela 12: Despesas Empenhadas Consolidadas do Estado (valores nominais — R\$ milhões)

Grupo da Despesa	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Pessoal e Encargos Sociais	11.001	6.726	7.617	8.426	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0	0	0
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	11.001	12.049	13.583	15.133	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093
Outras Despesas Correntes	8.328	14.174	16.272	18.069	12.708	14.501	16.076	17.025	18.847	19.736
(-) Distribuição Receitas aos Municípios	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135	8.921	9.327
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	5.323	5.966	6.707	0	0	0	0	0	0
Outras Despesas Correntes Ajustadas	3.967	4.221	4.946	5.495	6.304	7.376	8.407	8.889	9.926	10.409
Serviço da Dívida	3.183	2.112	2.956	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250
(-) Operação Externa com o BIRD	1.192	0	787	0	0	0	0	0	0	0
Serviço da Dívida Ajustado	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250
Investimentos Amplos	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106
Total do Grupo da Despesa	17.620	19.044	22.635	24.237	26.829	30.620	35.062	37.424	38.099	40.858
Receita Corrente Líquida - RCL	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046
% do Total da Despesa / RCL	105,8	109,5	111,5	110,5	113,2	116,0	122,5	124,2	109,9	116,6

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

O GRUPO DE "PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS"

A tabela adiante processa os gastos com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, por elemento da despesa, entre 2008 e 2017. Tomou-se o valor empenhado sem a dupla contagem contábil. Em 2008, gastava-se 66,0% da Receita Corrente Líquida — RCL; em 2017, o gasto saltou para 77,3% da RCL.

Tabela 13: Gasto com o grupo Pessoal e Encargos Sociais (em valores nominais – R\$ milhões)

Elementos da Despesa	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Aposentadorias	4.068	4.496	4.996	5.596	6.335	7.266	8.298	9.521	10.560	11.602
Pensões	1.161	1.297	1.497	1.642	1.806	1.980	2.202	2.430	2.649	2.866
Vencimentos pessoal civil	4.118	4.454	4.913	5.432	5.987	6.754	7.686	8.461	8.505	8.520
Vencimentos pessoal militar	518	565	663	720	854	1.014	1.177	1.272	1.344	1.533
Sentenças judiciais	280	492	753	827	574	656	831	1.175	898	1.031
Despesas exercícios anteriores	529	385	333	423	479	606	659	368	492	370
Obrigações patronal	139	162	200	241	293	327	373	381	384	406
Demais despesas	188	199	227	251	289	317	385	377	500	765
Total da Despesa	11.001	12.049	13.583	15.134	16.616	18.920	21.611	23.985	25.332	27.093
Receita Corrente Líquida	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046
% Total da Despesa / RCL	66	69,3	66,9	69	70,1	71,7	75,5	79,6	73,1	77,3

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Em 2017, tomando-se por critério a despesa empenhada com remuneração do pessoal ativo civil e militar, e com vencimentos dos aposentados e pensionistas, 41,0% foi despendido para pagar a folha do pessoal ativo e 59,0% para pagar a dos aposentados e pensionistas.

O GRUPO DAS "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"

O grupo das Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, Educação e Segurança Pública; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS.

A tabela seguinte mostra a evolução do grupo das Outras Despesas Correntes, entre 2008 e 2017, discriminado por elemento da despesa. Em 2008, gastava-se 23,8% da RCL; já em 2017, o gasto foi majorado para 29,7% da RCL. No período, as despesas cresceram 5,9% acima da variação da RCL. A partir de 2011, os gastos tiveram crescimentos recordes, com o intuito de atingir o cumprimento do percentual constitucional de 12,0% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) em Saúde.

Tabela 14: Outras Despesas Correntes por elemento da despesa nominal empenhada
R\$ milhões

Elementos da Despesa	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DISTRIBUIÇÃO RECEITAS AOS MUNICÍPIOS	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135	8.921	9.327
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	1.356	1.538	1.723	2.002	2.333	2.805	2.950	2.958	3.384	3.729
CONTRIBUIÇÕES	140	155	246	289	451	738	949	874	943	1.057
GESTÃO PLENA DO SUS	578	698	771	825	874	762	905	757	794	858
DESPESAS EXERCÍCIOS ANTERIORES	306	246	340	348	360	513	679	976	1.072	1.031
MATERIAL DE CONSUMO	398	413	445	441	441	449	450	415	469	483
OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS -PF	174	188	222	281	317	335	339	346	353	370
LOCAÇÃO DE MAO DE OBRA	103	124	152	174	224	267	322	356	380	404
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS / CONTRIBUIÇÕES	191	186	231	244	261	290	319	381	397	403
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	139	137	190	222	231	253	281	297	329	367
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	219	203	211	240	203	226	476	872	1.164	930
SENTENÇAS JUDICIAIS	45	22	56	93	150	201	132	245	235	270
SUBVENÇÕES SOCIAIS	92	92	111	68	84	127	141	87	80	74
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	35	40	50	53	75	91	96	57	55	59
DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR	15	21	26	33	52	54	64	39	45	37
AUXÍLIO-TRANSPORTE	47	49	53	60	64	59	59	61	71	76
DEMAIS "OUTRAS DESPESAS CORRENTES"	128	110	116	124	184	208	246	167	155	260
Total	8.328	8.851	10.306	11.362	12.708	14.501	16.076	17.025	18.847	19.736
(-) Transferência aos Municípios	4.361	4.630	5.360	5.867	6.404	7.125	7.669	8.135	8.921	9.327
Total Outras Despesas Correntes Ajustadas	3.967	4.221	4.946	5.495	6.304	7.376	8.407	8.890	9.926	10.409
Receita Corrente Líquida	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046
% Outras Despesas Correntes / RCL	23,8	24,3	24,4	25,1	26,6	28,0	29,4	29,5	28,6	29,7

Fonte dos dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Os valores foram ajustados com a exclusão da dupla contagem contábil (despesas intraorçamentárias) e das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (Órgão 40 do IPERGS), entre 2009 e 2011.

OS GRUPOS DOS "INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS"

A tabela seguinte mostra os investimentos totais dos vários governos. Os governos Triches e Guazelli investiram, respectivamente, 29,7% e 29,1% da Receita Corrente Líquida (RCL) e 1,9% e 1,6% do PIB gaúcho. Já os governos mais recentes de Germano Rigotto, Yeda Crusius e Tarso Genro investiram, em média, respectivamente, 6,0%, 5,4% e 5,5% da RCL e 0,5%, 0,5% e 0,5% do PIB gaúcho. Constata-se que a crise estrutural das finanças públicas teve reflexo direto sobre a capacidade de investimento do Estado.

Tabela 15: Investimentos Amplos por governo em relação à RCL e ao PIB gaúcho (em %)

Especificação	Triches	Guazelli	Amaral	Jair	Simon	Collares	Britto	Olívio	Rigotto	Yeda	Tarso
% Investimentos / RCL	29,7	29,1	27,6	19,1	20,5	13,1	16,7	10,6	6,0	5,4	5,5
% Investimentos / PIB RS	1,9	1,6	1,4	1,0	1,3	1,0	1,5	0,7	0,5	0,5	0,5

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

A tabela adiante mostra os investimentos efetivados em relação à RCL, entre 2008 e 2017. A média é de 4,6% da RCL. No período, os valores aplicados foram baixos. A grave crise econômica, que atingiu em cheio as finanças estaduais entre 2015 e 2017, quase zerou a capacidade de investimento do Estado.

**Tabela 16: Investimentos Amplos empenhados em relação à RCL, em valores nominais
R\$ milhões**

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Investimentos amplos	661	662	1.937	1.105	1.223	1.429	1.775	809	1.097	1.106
Receita corrente líquida	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046
% Investimentos / RCL	4,0	3,8	9,5	5,0	5,2	5,4	6,2	2,7	3,2	3,2

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS.

Nota: O percentual de investimento realizado em 2010, de 9,5% da RCL, acima das médias anuais do período, deve-se à utilização de R\$ 670,6 milhões no Programa Construção de Malha Rodoviária, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário (FE-PREV – Lei nº 13.328/09), originados da venda de parte das ações do BANRISUL.

OS GRUPOS DO "SERVIÇO DA DÍVIDA" (JUROS, ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA)

A próxima tabela mostra os valores empenhados para o pagamento do serviço da dívida, entre 2008 e 2017. Em 2008, foram comprometidos 11,9% da RCL. Já em 2016 e 2017, a participação despencou, respectivamente, para 5,0% e 6,4% da RCL, em virtude da suspensão temporária dos pagamentos de parcelas mensais da dívida com a União.

Tabela 17: Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL – R\$ milhões

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	1.991	2.112	2.169	2.504	2.686	2.895	3.269	3.740	1.744	2.250
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	16.658	17.387	20.298	21.928	23.711	26.388	28.633	30.139	34.655	35.046
% Serviço da Dívida / RCL	11,9	12,1	10,7	11,4	11,3	11,0	11,4	12,4	5,0	6,4

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: A queda brusca do percentual do Serviço da Dívida em relação à Receita Corrente Líquida, que se verificou em 2016, deve-se ao não pagamento das parcelas entre abril e junho de 2016 e pela suspensão do pagamento de julho a dezembro de 2016, referente à dívida contratada com a União. Em 2017, a partir de julho, não houve pagamento das parcelas da dívida com a União, por força de liminar interposta pelo Estado junto ao STF, motivada pela negociação da adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal patrocinado pelo Governo Federal.

A tabela seguinte mostra a evolução do estoque da dívida contratual interna e externa da Administração Direta, a partir do final do Governo Peracchi (1971) até o final do terceiro ano do Governo Ivo Sartori (2017). Entre 1971 e 2016, a dívida cresceu 29,4 vezes, em valores reais pelo IGP-DI.

Tabela 18: Estoque da Dívida Pública consolidada Interna e Externa — R\$ milhões

Governos	Final de Governo	Estoque Dívida IGP-DI 31/12/2017	Índice de Referência	Varição % sobre o Ano Anterior
Peracchi	1971	2.242	1,0	-
Triches	1974	6.383	2,8	184,8
Guazelli	1978	8.685	3,9	36,1
Amaral	1982+	15.551	6,9	79,1
Jair	1986	21.594	9,6	38,8
Simon	1990	21.622	9,6	0,1
Collares	1994	26.693	11,9	23,5
Britto (1)	1998	59.338	26,5	122,3
Olívio	2002	59.182	26,4	-0,3
Rigotto	2006	60.271	26,9	1,8
Yeda Crusius	2010	59.673	26,6	-1,0
Tarso Genro	2014	64.714	28,9	8,4
Ivo Sartori (2)	2016	65.973	29,4	1,9

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: Incluiu-se a operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 700 milhões) e da Caixa Econômica Estadual (R\$ 1.679 milhões), realizada em 1998. Fonte: Balanço Geral de 1998, pg. 115. Esses valores, atualizados até 31/12/2017, somente pelo IGP-DI, atingem R\$ 11,386 bilhões.

Nota 2: Os valores do estoque da dívida de 2017 não tinham sido publicizados até o fechamento deste texto.

A dívida do Rio Grande do Sul com a União constitui um sério problema estrutural para as finanças estaduais. Com a aprovação do PL nº 238/2013, a partir de 01/01/2013, o estoque passou a ser corrigido pelo IPCA mais 4% ao ano ou a Taxa SELIC, o que for menor, em substituição ao IGP-DI mais 6% ao ano. A matéria foi regulamentada através do Decreto nº 8.616, de 29/12/15. Essa nova metodologia de atualização da dívida, em tese, poderá beneficiar o Estado no médio prazo, podendo abrir espaço para a contratação de novas operações de crédito. E, no longo prazo, a renegociação poderá reduzir substancialmente o estoque da dívida no final do contrato.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO

A tabela abaixo mostra a evolução do gasto com Educação, em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2008 e 2017. Em 2017, aplicou-se 28,9% da RLIT em Educação. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 25,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 35,0% da RLIT.

Tabela 19: Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Educação em relação à RLIT
R\$ milhões

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Recursos Aplicados Educação	3.612	4.018	4.801	5.297	6.073	7.115	8.116	8.843	8.542	8.918
Receita Líquida de Impostos e Transferências - RLIT	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842
Percentual aplicado em Educação sobre a RLIT	25,6%	27,7%	27,0%	28,3%	30,0%	31,2%	32,8%	33,7%	29,3%	28,9%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM SAÚDE

A tabela adiante mostra os valores aplicados em Saúde, entre os anos de 2008 e 2017, em relação à RLIT. Como mostram os números abaixo, há uma retomada gradual importante de recursos drenados para essa área, motivada pela obrigatoriedade de o Estado aplicar 12,0% da RLIT em Saúde. Em 2017, foram aplicados 12,3% da RLIT. A Constituição Federal determina aplicação mínima de 12,0% da RLIT; já a Constituição Estadual, 10,0% da RTL.

Tabela 20: Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Saúde em relação à RLIT
R\$ milhões

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Total Aplicado em Saúde	1.052	1.051	1.408	1.509	1.956	2.844	3.161	3.219	3.559	3.779
Receita Líquida Impostos e Transferências - RLIT	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	24.754	26.256	29.176	30.842
Percentual em Saúde sobre RLIT	7,4%	7,2%	7,9%	8,1%	9,6%	12,5%	12,8%	12,3%	12,2%	12,3%

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS.

A EVOLUÇÃO DO GASTO COM SEGURANÇA

A tabela adiante mostra os gastos com a área da Segurança em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT), entre 2008 e 2017. Em 2017, foram aplicados 21,1% da RLIT em Segurança. Ressalva-se que a Brigada Militar, Polícia Civil e SUSEPE estão tendo aumento salarial escalonado em duas parcelas anuais, entre 2015 e 2018.

Tabela 21: Percentuais aplicados (liquidados nominais) em Segurança em relação à RLIT
R\$ milhões

Especificação	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Recursos Aplicados em Segurança	1.999	2.270	2.729	2.825	3.356	3.798	4.530	4.759	5.520	6.496
Receita Tributária Líquida e Transferências - RLIT	14.123	14.524	17.788	18.711	20.274	22.820	24.754	26.257	29.176	30.842
Percentual de Aplicações em Segurança	14,2%	15,6%	15,3%	15,1%	16,6%	16,6%	18,3%	18,1%	18,9%	21,1%

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Nota: Na tabela estão contemplados os inativos militares.

2. PLANOS PARA O FUTURO

Nas últimas décadas, os governos têm tratado de conhecer melhor o Estado e identificar os gargalos e as oportunidades que se constituíam em obstáculo para o desenvolvimento. Ao longo de anos, foram realizados estudos, pelo setor público estadual e pela iniciativa privada, com amplos diagnósticos e diretrizes. A análise desses trabalhos mostra que muitos problemas ainda não foram solucionados, e oportunidades, não aproveitadas.

Buscando novas soluções para os problemas que repetidamente apareceram nos estudos de diagnósticos ou qualificar as propostas já delineadas, o Governo do Estado iniciou, em 2017, a execução do projeto *Futuro RS – Agenda de Desenvolvimento*⁵, com o horizonte temporal de 2040.

O projeto propõe um conjunto de seminários sobre temas estratégicos, com o objetivo de encontrar soluções e elaborar propostas para subsidiar os planejamentos de médio e curto prazos. Em 2017, cinco temas já foram discutidos, e um pequeno resumo das problemáticas e das propostas encontradas através dos seminários está exposto neste capítulo.

2.1 ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pelo Censo 2010, revelaram algumas tendências demográficas para o Rio Grande do Sul que já haviam sido detectadas nos últimos censos e pesquisas. Essa observação, confere importantes consequências para o planejamento. Entre essas tendências, podemos destacar o aumento das taxas da população urbana e a redução da taxa de crescimento populacional, levando a um aumento da população nas faixas etárias mais avançadas.

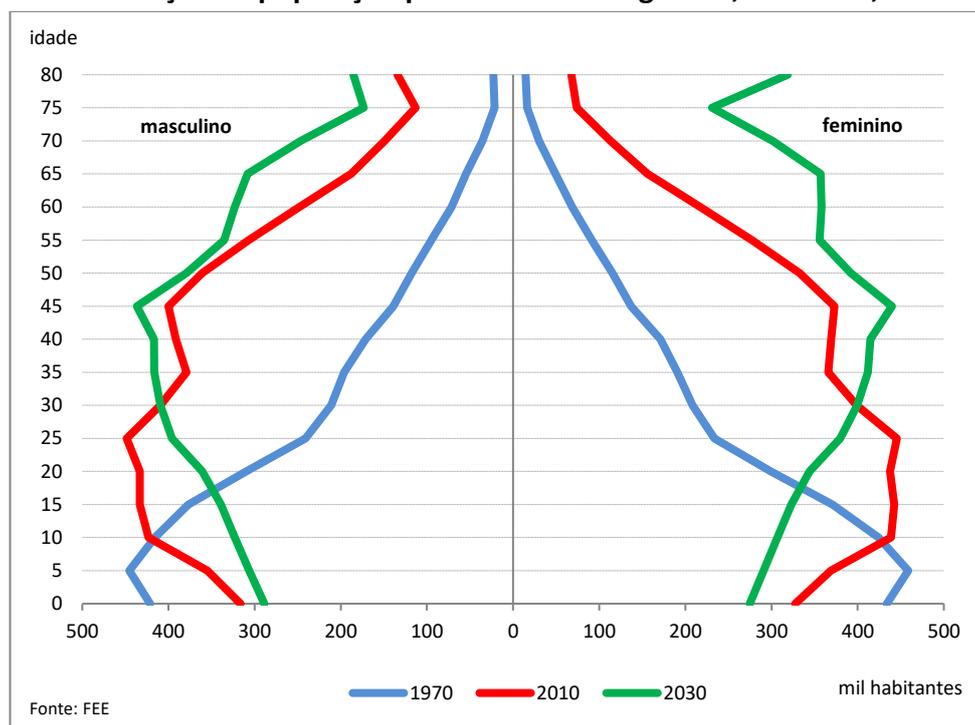
A população do Estado atingiu a marca de 10,7 milhões em 2010, representando 5,6% da população brasileira, com tendência de queda nessa participação. Após um elevado crescimento populacional na década de 50, o ritmo

⁵ O projeto Futuro RS - Agenda de Desenvolvimento está sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul. Maiores informações no site: www.planejamento.rs.gov.br/futuro-rs

passou a ser cada vez menor, chegando aos anos 80 com uma taxa de crescimento médio anual em torno de 1,5% a.a. Nos anos 90, esses valores foram reduzidos para 1,4% e, no ano 2000, atingiram 1,2%. Os dados do último Censo apontaram para uma queda ainda maior no ritmo desse crescimento, chegando a uma taxa de 0,49% a.a., colocando o Rio Grande do Sul como o Estado brasileiro cuja população teve o menor crescimento na década. O fator preponderante nesse processo é a diminuição da taxa de fecundidade apresentada pelo Estado. A média de filhos por mulher para 2010 estava em 1,8, valor que já se encontra abaixo da taxa de reposição populacional⁶, que é de 2 filhos.

O declínio da taxa de fecundidade, assim como da de mortalidade, e o aumento da expectativa de vida⁷ afetam diretamente a estrutura etária da população. O Rio Grande do Sul, desde muitos anos, se diferencia entre os estados brasileiros, com uma das maiores expectativas de vida do País. A análise do período 1970-2010 indica que houve um acréscimo de mais de oito anos na expectativa de vida do gaúcho, passando de 67,8 para 75,9 anos nas últimas três décadas.

Gráfico 5: Distribuição da população por faixa etária e gênero, RS - 1970, 2010 e 2030



⁶Taxa de reposição populacional é o número médio de filhos que as mulheres entre 15 a 49 anos de idade precisam ter para que a população permaneça constante.

⁷Expectativa de vida ou esperança de vida ao nascer é o número médio de anos que um grupo de indivíduos nascidos no mesmo ano pode esperar viver, se mantidas, desde o seu nascimento, as taxas de mortalidade observadas no ano de observação.

A estrutura por gênero de uma população é analisada através da razão de sexo, isto é, número de homens para cada cem mulheres. No Rio Grande do Sul, esse indicador tem apresentado uma tendência de queda ao longo das últimas décadas. Em 1980, havia 98,2 homens para cada cem mulheres. Para os anos de 2010 e 2011, esse valor passou para 94,8, o que representa uma diferença de 280 mil habitantes em favor do sexo feminino. Do nascimento até a juventude há um número maior de homens, mas, a partir dos 25 anos até as idades mais avançadas, as mulheres são maioria. Atualmente, há 64,4 homens para cada 100 mulheres na faixa etária de 70 anos ou mais.

A taxa de urbanização gaúcha, representada pela proporção da população que reside em área urbana, teve um crescimento marcante nas últimas cinco décadas. A população urbana, de 67,5% em 1980, passou para 76,6% em 1991, chegando a 81,6% em 2000 e a 85,1% em 2010. Considerando que em 1940 menos de um terço da população vivia nas zonas urbanas do Estado, observa-se um aumento significativo em apenas 50 anos. Entre os anos de 1960 e 1970, as participações entre a população urbana e rural iniciaram um processo de inversão, para o qual contribuiu o intenso processo de modernização da agricultura, que ganhou força nos anos 1960, juntamente com o processo de repartição da pequena propriedade, provocando a saída de um significativo número de agricultores, principalmente do Norte do Estado, em direção às regiões industriais e às novas fronteiras agrícolas do País. O contingente populacional rural, entre 2000 e 2010, reduziu-se em 276 mil habitantes, sendo que a média anual de crescimento da população rural foi de -1,59%.

O saldo migratório – diferença entre o número de entradas e o de saídas de população – tem sido historicamente negativo no Rio Grande do Sul. Esses valores, entretanto, apesar de negativos, vinham decaindo, acompanhando a tendência nacional de predominância dos movimentos de migração intraestaduais em detrimento dos movimentos interestaduais. Nos anos 70, o Estado perdia cerca de 20 mil pessoas por ano, nos anos 80 esse número caiu para 10 mil e, na década de 90, as perdas foram de menos de 3 mil pessoas. Também nesse caso, os movimentos migratórios interestaduais que predominaram no Rio Grande do Sul estiveram ligados à expansão da fronteira agrícola, que ocorre a partir da década de 1960, a qual enviou grandes contingentes migratórios em direção ao Centro-Oeste e Norte do País.

Porém, os Censos Demográficos das duas últimas décadas mostraram uma reversão dessa tendência de queda nas emigrações do Rio Grande do Sul. A perda populacional do Rio Grande do Sul por migração, principalmente para outros estados da Federação, entre os anos 1995-2000, foi de 39.495 e, entre 2005-2010, alcançou 74.650 pessoas. Os estados que mais atraíram a população gaúcha são os localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, e somente o estado de Santa Catarina recebeu 80%

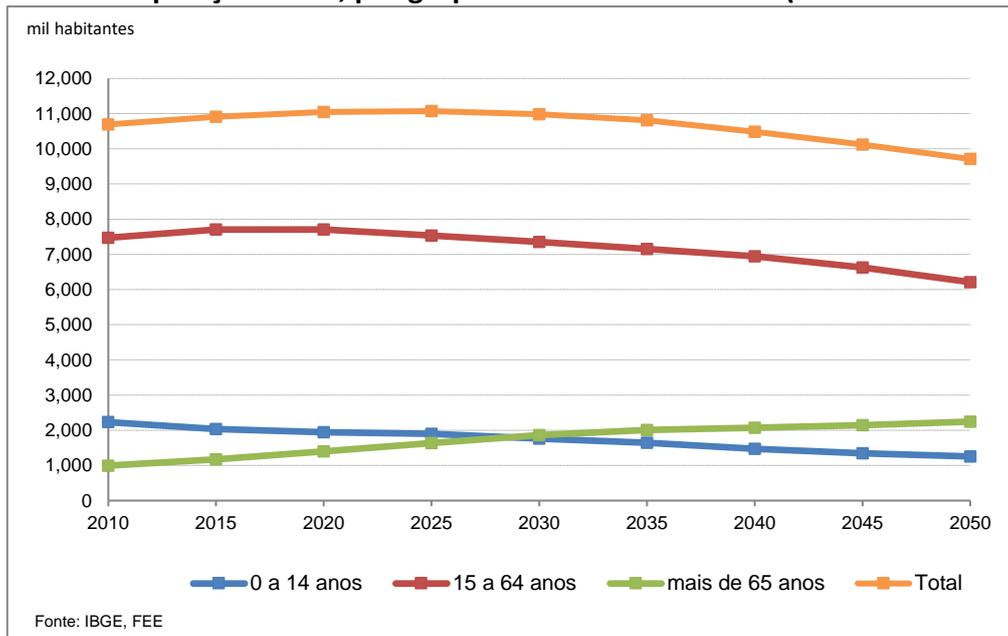
desse contingente. É desses estados também a origem da maioria daqueles que migram para o Rio Grande do Sul.

A esses aspectos, devemos adicionar os resultados das projeções elaboradas até o ano de 2050, que revelam alguns fatores que ensejam atenção. Um primeiro aspecto refere-se ao fato de que o Rio Grande do Sul atingirá um contingente máximo de 11 milhões de habitantes em 2025 e, a partir de então, passará por uma redução gradual de sua população absoluta, totalizando 9,7 milhões no ano de 2050. O Rio Grande do Sul deverá ser um dos primeiros estados brasileiros a atingir taxa de crescimento negativa no Brasil, iniciando um processo gradual de estabilização e redução de sua população.

Há uma grande disparidade quando essa projeção é analisada por faixa etária, conforme mostra o gráfico a seguir. O contingente da população entre 0 e 14 anos, que já mostrou redução entre os anos de 2000 e 2010, deverá continuar em queda. A quantidade de pessoas com idade entre 15 e 64 anos continuará aumentando e alcançará um contingente máximo entre 2015 e 2020 e, a partir de então, iniciará um processo de redução. Por fim, a população com mais de 65 anos continuará aumentando nas próximas décadas. Esse tipo de comportamento do crescimento populacional indica que o Estado passa por uma transição demográfica⁸, na qual o peso da população considerada inativa (0 a 14 anos somados a mais de 65 anos) sobre a população ativa (14 a 65 anos) ainda é menor.

Se essa projeção se confirmar, a partir da próxima década, essa relação entre inativos e ativos entraria em crescimento. Essa característica indica o chamado Bônus Demográfico, isto é, um período em que a população ativa é proporcionalmente mais numerosa que a inativa. Essa condição apresenta uma vantagem para o desenvolvimento, visto que a população ativa mais numerosa cria melhores condições de produção, poupança e investimento. Entretanto, é importante considerar que a população mais envelhecida nas próximas décadas implica inúmeros desafios à sociedade e ao poder público, principalmente nas questões relativas à saúde e à previdência.

⁸ Transição demográfica é um fenômeno dinâmico que afeta as populações ao longo do tempo, em que, em um primeiro momento, presencia-se um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade ou, mesmo, para a redução do crescimento.

Gráfico 6: População do RS, por grupo de idade 2015 a 2050 (em mil habitantes)

Esse quadro nos impõe o desafio de debatermos os efeitos dessas mudanças, principalmente sobre as políticas de saúde e educação. Na saúde, teremos um perfil de doenças mais complexas, característica de uma população mais envelhecida. Nesse sentido, temos que entender o quadro e discutir uma nova forma de inserção dessa população e a qualidade de vida que devemos lhe proporcionar. Também devemos discutir como deve ser a preparação de nossa rede de saúde a essa nova realidade.

Na educação, teremos que repensar nossa estrutura de ensino e redirecionar os esforços para a sua qualificação. Buscamos entender quais as principais modificações que serão necessárias no planejamento de ações em função dessas mudanças.

A discussão realizada resultou em um conjunto de proposições, que apresentamos para discussão com a sociedade gaúcha:

Saúde:

- **Privilegiar o enfoque preventivo, pois preocupar-se com o idoso de amanhã é investir durante toda a vida do indivíduo;**
- **Estimular o envelhecimento ativo, valorizando o envelhecimento saudável, com a prevenção de doenças e seus agravos, pensando na manutenção ou melhoria da capacidade funcional do indivíduo;**
- **Reforçar os Serviços de Saúde, enfatizando a promoção e a educação em saúde, a prevenção e o retardamento de doenças e fragilidades, a manutenção da independência e da autonomia;**

- **Implantar redes de apoio ao idoso;**
- **Adequar as Instituições de longa permanência para Idosos à demanda;**
- **Apoiar o cuidador informal domiciliar, como estratégia complementar;**
- **Apoiar sinergias comunitárias, com implantação de estratégias que contemplem moradias compartilhadas;**
- **Rediscutir os critérios de definição de idoso.**

Educação:

- **Qualificar a educação visando também aumentar a produtividade da mão de obra para enfrentar os efeitos do envelhecimento populacional e compensar a diminuição da proporção da população em idade ativa.**
- **Aumentar o atendimento no ensino infantil e médio**
- **Reestruturar a rede adequando as novas características demográficas.**

2.2 ALTERNATIVAS PARA A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

A indústria de transformação tem maior peso na economia do Rio Grande do Sul do que na brasileira, e tem sentido os fortes impactos da crise econômica recente. Assim, quando a indústria de transformação nacional tem um mau desempenho, os impactos sentidos no Estado são maiores. No período 2003 a 2013, o crescimento da indústria de transformação gaúcha foi, em média, 0,9% ao ano frente a 1,9% da indústria nacional.

Alguns segmentos da indústria de bens de consumo (como alimentos, calçados, fumo e móveis) vêm enfrentando dificuldades no mercado nacional, associadas à perda de competitividade decorrente da elevação dos custos internos. Entretanto, os bens de capital (em especial, máquinas e equipamentos para a agricultura, indústria extrativa e indústria de transformação nacional) vêm mostrando um dinamismo superior ao nacional, induzindo ganhos de produtividade.

A Pesquisa de Inovação (PINTEC/IBGE) de 2013 mostra que a taxa de inovação do Rio Grande do Sul é de 42,24%, maior do que a do Brasil (que é de 35,56%), mas muito menor do que a média da União Europeia (60,90%). Esse baixo esforço de inovação, em um estado industrializado como o gaúcho, tem implicações sobre o desempenho industrial e sobre a competitividade das empresas. A qualidade do processo de inovação deve ser observada, uma vez que uma assimilação de tecnologias presentes no mercado e desenvolvidas externamente à empresa pode ser considerada uma inovação, mas de efeitos restritos⁹.

O padrão tecnológico das indústrias no Rio Grande do Sul interfere no processo de inovação – o baixo padrão tecnológico contribui para pouco esforço tecnológico e, conseqüentemente, pouca inovação.

⁹ Ciência, Tecnologia e Inovação no Rio Grande do Sul: Indicadores Seleccionados 2014. Porto Alegre: FEE, 2014. 80p.

Tabela 22: Estrutura do Valor de Transformação Industrial, por intensidade tecnológica, das indústrias do RS e do Brasil - 2007 e 2013 (em %)

ATIVIDADE INDUSTRIAL	RS		BR	
	2007	2013	2007	2013
Indústria extrativa	0,7	0,8	8,1	13,7
Indústria de transformação ..	99,3	99,2	91,9	86,3
Baixa tecnologia	42,8	40,8	28,8	30,5
Média-baixa tecnologia	19,6	18,8	30,3	25,3
Média-alta tecnologia	34,4	37,8	26,5	25,1
Alta tecnologia	2,5	1,8	6,3	5,4
INDÚSTRIA TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa Industrial Anual/IBGE, 2015

O momento favorável às exportações representa uma oportunidade para a nossa indústria. Contudo, os esforços para inovar devem ser ampliados, em especial nos setores da indústria de transformação, que vêm apresentando melhor dinamismo, como o de bens de capital, para que existam ganhos continuados e difundidos por toda a economia. Para alterar esse padrão, além da necessidade de macro articulações com as demais políticas e com a política econômica do governo, alguns pontos merecem destaque:

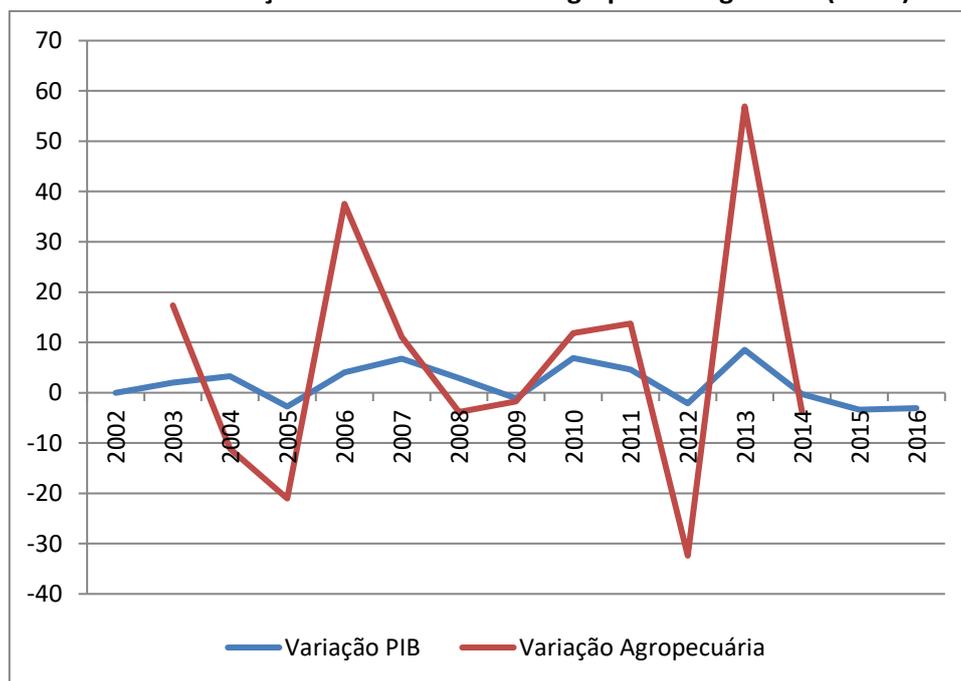
- **Estabelecer e qualificar mecanismos de financiamento e criar as melhores condições para o desenvolvimento industrial.**
- **Realizar a reconversão competitiva, estimulando trajetórias possíveis de serem trilhas.**
- **Concentrar esforços em setores mais dinâmicos e aprofundar a base produtiva regional**

2.3 ALTERNATIVAS PARA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE AGROPECUÁRIA

É inegável a importância da agropecuária na economia do Rio Grande do Sul. No ano de 2014, último ano em que foi apurada a estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB) por setor de atividade, a agropecuária representou 9,3%, sendo que apenas a agricultura representou 6,5%¹⁰. Dessa forma, a variação do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado reflete o comportamento da agricultura — como pode ser verificado no gráfico abaixo.

Nos anos de 2005, 2008 e 2012, houve frustração nas safras de verão em função da estiagem prolongada, o que fez a variação do VAB da agropecuária ser negativa. Pode-se observar que, nos anos de queda nesse indicador, a variação do PIB segue o mesmo movimento, o que também se verifica nos anos de recuperação e de recorde nas safras agrícolas.

Gráfico 7: Variação do PIB e do VAB da agropecuária gaúchas (em %)



Fonte: FEE

Portanto, a ampliação da produção agropecuária é importante para a economia gaúcha, já que os diferentes setores sentem os movimentos feitos pela agricultura, em

¹⁰ A estrutura do VAB é medida em percentual, em que o total do adicionado representa 100%. A participação da agricultura no VAB inclui as atividades de apoio à agricultura e de pós-colheita.

especial pela produção de grãos — cabe destacar que as safras de milho e, principalmente, de soja são os maiores responsáveis pelos movimentos ocorridos nas variações do PIB e do VAB.

Contudo, o Rio Grande do Sul não possui áreas ociosas para a ocupação com novas lavouras e, mais ainda, ao longo dos anos, com o crescimento das cidades, a área destinada à produção agrícola foi sendo reduzida. Com isso, a ampliação da produção de uma cultura tem se dado pela substituição da área plantada, isto é, deixa-se de plantar uma cultura e inicia-se a produção de outra cultura na mesma área.

Cabe destacar que a substituição de diferentes culturas por uma única não é a melhor alternativa para a melhoria nos indicadores econômicos, tendo em vista que torna o Estado muito sensível a problemas nas safras — como já verificado pelo comportamento do PIB estadual em anos de estiagem em que a produção de soja sofreu grande queda. Além disso, cadeias produtivas com maior valor agregado, caso daquela de suínos e aves, têm seu desempenho prejudicado em função da carência de insumo (o milho) para a alimentação dos animais.

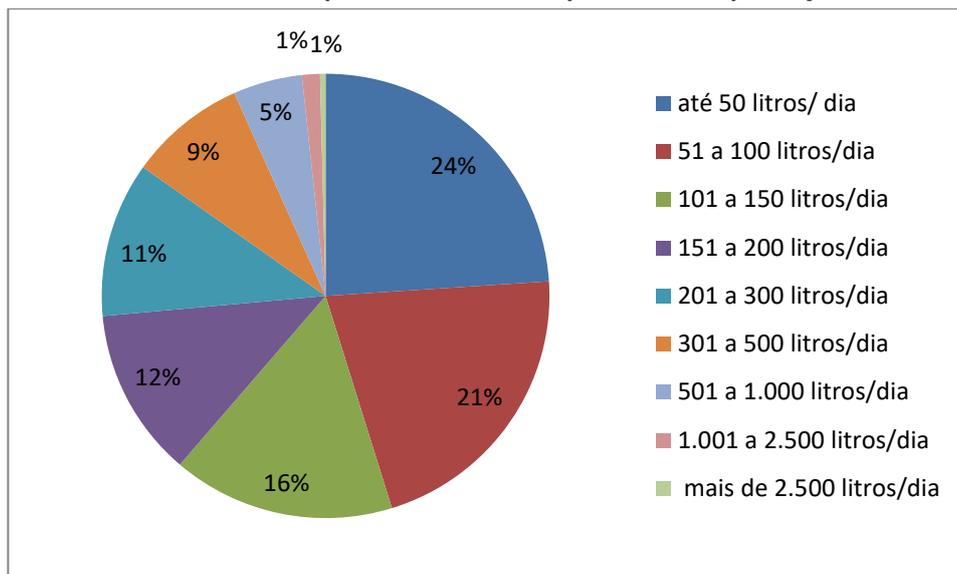
Dessa forma, verifica-se que uma das soluções para os problemas apresentados acima é o crescimento do rendimento médio da área plantada.

A partir desta reflexão, o Futuro RS traz propostas para ampliar a produtividade das lavouras de grãos do Estado, apresentando políticas públicas para que, até 2040, o rendimento médio por área plantada seja ampliado além da tendência.

No caso da produção de leite, apesar de o Rio Grande do Sul possuir bons indicadores produtivos (no *ranking* nacional ocupa o 3º lugar em produção e 1º em produtividade), o componente sazonal ainda é muito forte — entre abril e junho, a produção é reduzida a níveis que implicam a geração de capacidade ociosa das indústrias de laticínios. A baixa produção na época de entressafra é considerada um fator que dificulta a implantação de indústrias laticinistas no Estado.

A produção de leite no Rio Grande do Sul é realizada, basicamente, em pequenas escalas — no gráfico que segue, é possível verificar que 45% das propriedades rurais produtoras de leite produzem até 100 litros/dia. Essa produção em pequena escala gera altos custos de transporte entre a propriedade e a indústria, ficando, muitas vezes, o produtor com apenas uma alternativa de venda e este pagando o preço que considera interessante.

Em pesquisa realizada pelo Instituto Gaúcho do Leite e EMATER-RS, em 2015, a área média das propriedades era de 20 hectares, e 95% dos produtores estavam enquadrados como agricultores familiares.

Gráfico 8: Percentual de produtores de leite por faixas de produção diárias

Fonte: IGL, EMATER (2015)¹¹

Outra característica da produção leiteira gaúcha é o seu caráter de complementaridade à produção agrícola, em especial a sojicultura. Assim, em períodos em que o preço da soja está vantajoso, o rebanho fica relegado a um segundo plano, não recebendo a atenção e os cuidados necessários.

Conforme o IGL, EMATER-RS (2015), no ano da pesquisa, apenas 13,6% dos produtores de leite faziam controle leiteiro individual, no mínimo uma vez ao mês. O controle leiteiro é uma ferramenta para o controle de produção de uma vaca. A partir desse dado é possível depreender que o controle e a análise de custos de produção são incipientes nas propriedades.

O descontrole na estrutura de custos acaba por interferir na rentabilidade da atividade, por consequência, menores investimentos nos fatores de produção — terra, através de melhorias nas pastagens; mão de obra, pela qualificação; e capital, nas estruturas físicas e equipamentos para ordenha, por exemplo.

A ampliação da produtividade por animal é um fator importante para a redução dos riscos da atividade, uma vez que os custos fixos por litro produzido são diminuídos.

Os baixos investimentos nos fatores de produção também interferem na qualidade do leite produzido, o que gera menor preço por litro de leite, já que muitas indústrias já implantaram o sistema de remuneração por qualidade.

A partir da problematização exposta, foi verificado que a produtividade e a qualidade na produção de leite são fatores de grande importância para o

¹¹INSTITUTO GAÚCHO DO LEITE (IGL); EMATER Rio Grande do Sul/ASCAR. **Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EMATER/ASCAR, 2015. 76p.

desenvolvimento da atividade e, assim, o desenvolvimento de regiões que têm a sua economia calcada na bovinocultura de leite.

Entre as alternativas que devem ser discutidas no futuro podemos, temos:

Para o aumento da produtividade da agricultura:

- **Promover a formação do agricultor para manejar a informação;**
- **Estimular a adoção de irrigação;**
- **Intensificar a Assistência Técnica e Extensão Rural.**

Para o aumento da produtividade do leite:

- **Estimular a ampliação do uso da remuneração por qualidade do produto;**
- **Investir na sanidade animal;**
- **Capacitar a mão de obra;**
- **Intensificar a Assistência Técnica e a Extensão Rural.**

2.4 PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E EQUILÍBRIO TERRITORIAL

O Rio Grande do Sul é um dos precursores na preocupação com o equilíbrio territorial. Inicialmente voltada para a questão da Metade Sul, essa temática evoluiu para um nível mais complexo e esteve presente em quase todos os estudos já elaborados no Estado. O último deles, o *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial*, de 2014, apontava para algumas dinâmicas territoriais recentes importantes no Rio Grande do Sul.

A primeira dinâmica territorial observada é o tênue deslocamento do eixo de expansão da concentração econômica do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul em direção ao norte e noroeste do Estado, principalmente em direção à região de Passo Fundo. Essa expansão pode ser observada a partir da análise territorial de alguns indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)¹², da renda média dos municípios e da distribuição dos empregos de média-alta tecnologia do Estado. Esse processo também está ligado ao fenômeno conhecido como *desconcentração concentrada*, em que as empresas procuram condições mais favoráveis para instalação, deslocando-se para regiões próximas, bem servidas em infraestruturas e com custos mais baratos.

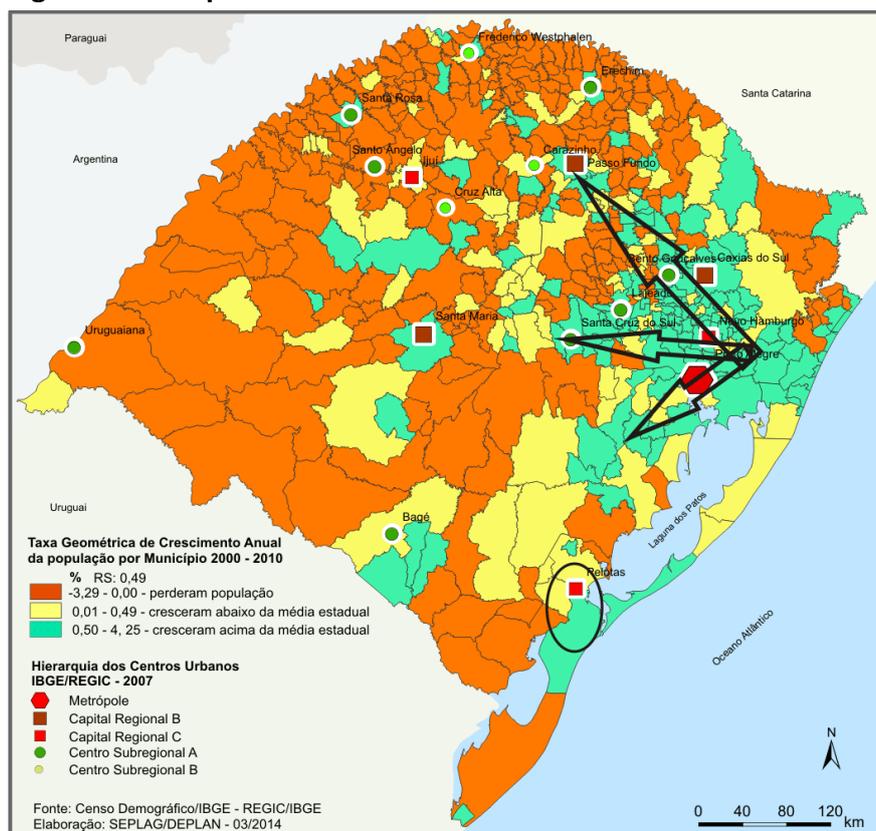
Uma segunda dinâmica territorial importante é a realização de investimentos em novas áreas, como o Polo Naval de Rio Grande. Esses investimentos resultaram, inicialmente, em um crescimento substancial no número de empregados na Indústria de Transformação do município de Rio Grande, especialmente nos segmentos de material de transporte e petroquímico. No entanto, a atração populacional exercida por esses novos investimentos demanda também a adequação de políticas públicas que priorizem a habitação e o saneamento nessa região.

A terceira dinâmica territorial observada é um esvaziamento populacional, principalmente dos municípios da faixa de fronteira. O Rio Grande do Sul é o Estado cuja população teve o menor crescimento no período 2000-2010, com uma taxa de 0,49% ao ano. Esse baixo crescimento populacional indica que estamos passando por

¹² O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) é um índice sintético que tem por objetivo medir o grau de desenvolvimento dos municípios do Rio Grande do Sul.

um processo de Transição Demográfica¹³, no qual o peso da população inativa sobre a população ativa ainda é menor. Essa condição indica uma vantagem para o desenvolvimento, visto que a população ativa mais numerosa cria melhores condições de produção, poupança e investimento. No entanto, observa-se um processo de crescimento da população idosa e de estabilização do número de crianças e da população em idade ativa. Os fatores preponderantes para esse aspecto são o declínio das taxas de fecundidade e de mortalidade e o aumento da expectativa de vida¹⁴. A Figura 1 demonstra as dinâmicas territoriais identificadas no RS 2030:

Figura 1: Principais dinâmicas territoriais identificadas no RS 2030



Fonte: RIO GRANDE DO SUL (2014)¹⁵

A crise econômica brasileira recente contribuiu para uma reversão relativa nas duas primeiras dinâmicas apontadas no RS 2030. No que se refere à expansão territorial do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, os dados de emprego da Indústria de

¹³Transição demográfica é um fenômeno dinâmico que afeta as populações ao longo do tempo, em que, em um primeiro momento, presencia-se um aumento das taxas de crescimento populacional (uma explosão demográfica), mas, com a queda da natalidade, o ritmo de crescimento da população vai se reduzindo ao longo do tempo, tendendo para a estabilidade ou, mesmo, para a redução do crescimento.

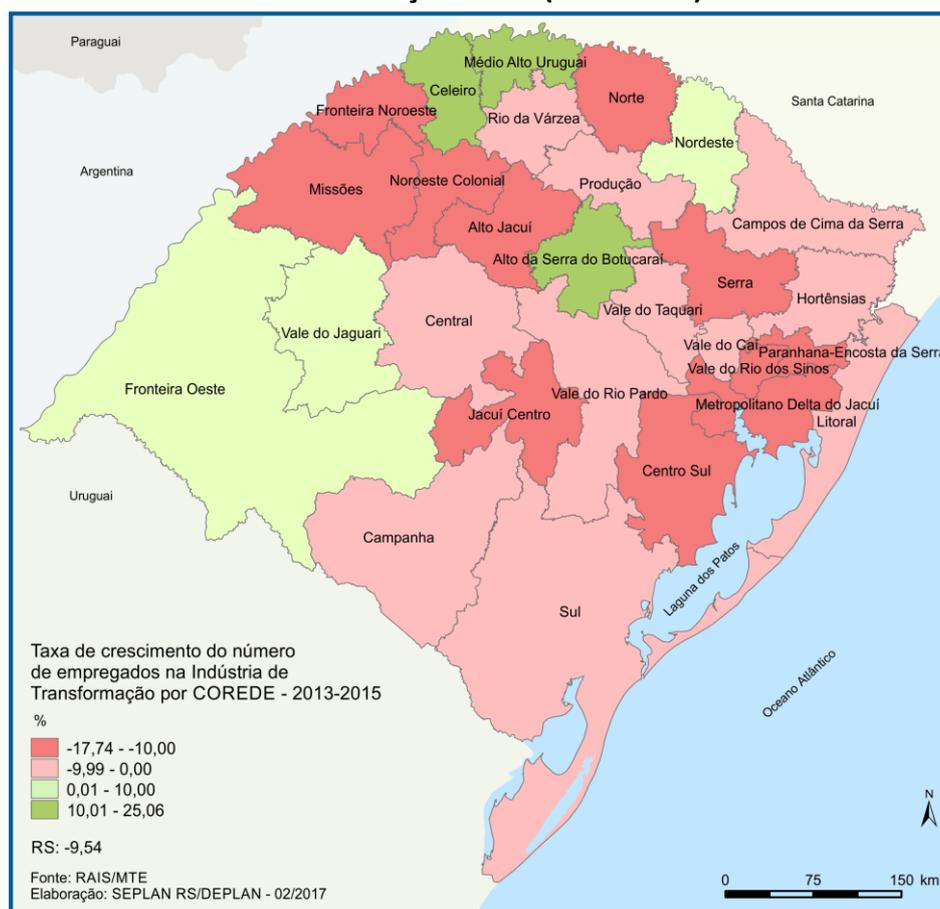
¹⁴ Em 2010, a expectativa de vida da população do Rio Grande do Sul era de 75,7 anos, enquanto que a do Brasil era de 73,4.

¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. **RS 2030: agenda de desenvolvimento territorial/Dinâmicas territoriais recentes no Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 2014.

Transformação demonstram um processo de desconcentração relativa no período pós-crise. No entanto, ao contrário do processo descrito no RS 2030, essa desconcentração ocorreu recentemente devido ao impacto da crise sobre os segmentos de média-alta e alta tecnologia, mais concentrados no eixo supracitado.

Segundo dados de emprego da Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (RAIS-MTE), considerando as divisões da CNAE 2.0, podemos afirmar que os segmentos ligados ao metal-mecânico foram os mais atingidos pela crise no Rio Grande do Sul. A divisão *Fabricação de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias* possuía, em 2013, 55.368 empregados, passando a possuir 40.871 em 2015, uma perda de -26,18%; a de *Fabricação de Máquinas e Equipamentos*, em 2013, detinha 69.217 empregados, possuindo, em 2015, 57.522, com diminuição de -16,90%; e a de *Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos* apresentava, em 2013, 14.060 empregados, regredindo para 11.872, em 2015, o que representou diminuição de -15,56%. A Figura 2 demonstra a taxa de crescimento do número de empregados no período 2013-2015 por COREDE, com as menores taxas ocorrendo nos COREDEs em que a participação dos segmentos ligados ao metal-mecânico é significativa.

Figura 2: Taxa de crescimento do número de empregados na Indústria de Transformação no RS (2013-2015)



Nesse sentido, observa-se uma perda de participação do eixo Porto Alegre-Caxias do Sul na Indústria estadual, processo que continua no período pós-crise econômica. Os COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos e Serra que, em 2013, eram responsáveis por 54,58% dos empregos da Indústria de Transformação estadual, diminuíram essa participação para 52,94% em 2015. Esse processo parece estar relacionado, ao contrário do que ocorria até 2012, a uma retração da indústria de média-alta e alta tecnologia estadual, privilegiando segmentos com menor tecnologia agregada, que apresentam maior desconcentração territorial.

Outro fator responsável por uma relativa desconcentração da Indústria de Transformação, apontado no *RS 2030*, é o crescimento da indústria naval em Rio Grande e São José do Norte, classificada na CNAE 2.0 na divisão de Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte, exceto Veículos. No entanto, observa-se que, em 2015, os impactos da crise econômica ainda não haviam aparecido nos dados de emprego disponíveis na RAIS. Por outro lado, notícias de dezembro de 2016 (JORNAL DO COMÉRCIO, 2016)¹⁶ confirmam demissões consideráveis no polo naval, o que pode representar a reversão de outro processo de desconcentração apontado no *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial*.

No que se refere à questão demográfica, o estudo recente *Evolução Populacional dos COREDEs e suas Migrações*, publicado pela FEE, permite observar que, além de movimentos migratórios intraestaduais, como o de população com média escolaridade em direção ao COREDE Serra, é perceptível a migração de populações, em todas as escolaridades, para outras unidades da Federação. O crescimento migratório negativo dos COREDEs Metropolitano Delta do Jacuí e Vale do Rio dos Sinos e a predominante migração de populações com alta escolaridade de outros COREDEs para outros Estados podem indicar um arrefecimento do processo de concentração populacional na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), reforçando o papel histórico do Estado de expulsor de mão de obra. De acordo com o estudo *RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial*, a população que emigra do Estado se dirige, destacadamente, para Santa Catarina.

É importante afirmar que a reversão dos dois primeiros processos apontados pelo *RS 2030* aparenta ter um caráter provisório, podendo apresentar recuperação com o arrefecimento da presente crise econômica.

A discussão realizada resultou em um conjunto de proposições que devem ser discutidas com a sociedade:

¹⁶JORNAL DO COMÉRCIO. Demissões colocam em xeque o polo naval. Porto Alegre: 13.12.2016. Disponível em: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/12/economia/536393-demissoes-colocam-em-xeque-o-polo-naval.html. Acesso em: 05.05.2017.

- Mobilizar os atores locais para o desenvolvimento, considerando as redes territoriais
- Identificar e valorizar os potenciais culturais e produtivos das regiões;
- Fortalecer as relações das empresas com universidades com vocação específica;
- Promover o desenvolvimento das cidades médias, com vistas ao adensamento dos serviços e à promoção da equidade regional;
- Considerar o acúmulo realizado nos últimos anos, que se expressou na proposta do Rio Grande do Sul para a Política Nacional de Desenvolvimento Regional — Fase II.

2.5 ALTERNATIVAS PARA AS FINANÇAS PÚBLICAS: A QUESTÃO PREVIDENCIÁRIA

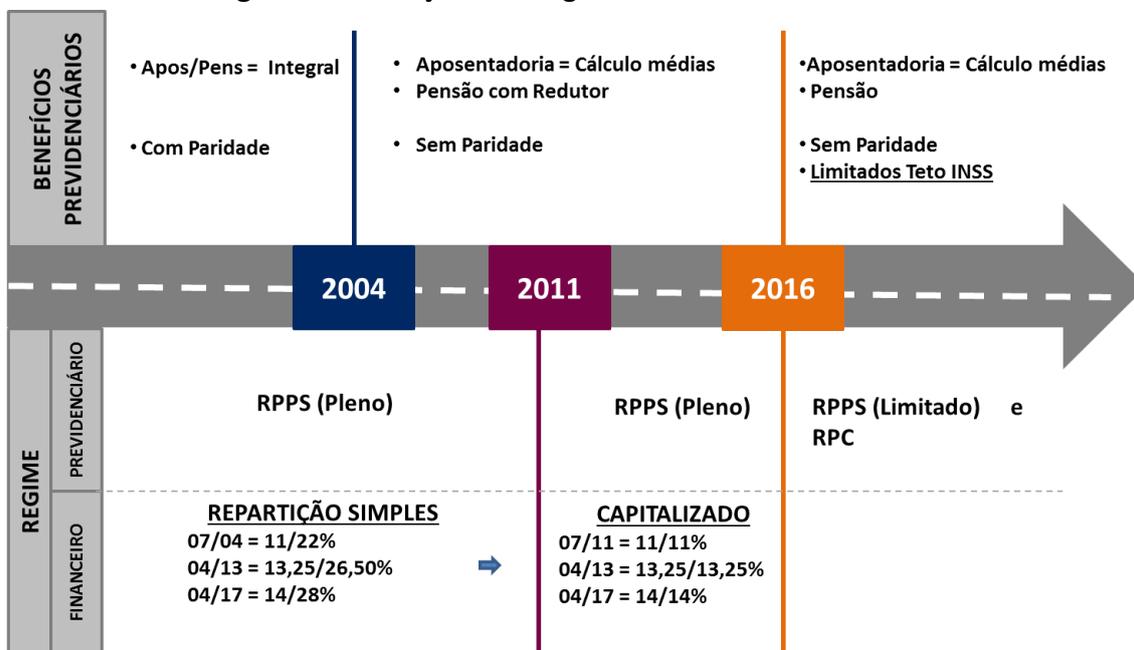
Os regimes próprios dos Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, foram estruturados em regime de repartição simples, em que a geração atual de servidores financia o conjunto de benefícios. Em 2003, a Emenda Constitucional 41 estabeleceu mudanças importantes nas regras desses sistemas, determinando que os entes federativos deveriam constituir Fundos de Previdência e Pensão. A partir da constituição desses fundos a responsabilidade previdenciária do Tesouro seria limitada ao teto previdenciário do INSS, com a parcela excedente operando em regime de capitalização individual. A Emenda Constitucional tornou obrigatórios 35 anos de contribuição e idade de 60 anos para homens e 30 anos de contribuição e idade de 55 anos para mulheres para obtenção da aposentadoria. Cerca de dez anos mais tarde, a União e diversos estados criaram os Fundos preconizados pela EC 41.

Tratou-se de um aprimoramento institucional importante, com o fim de limitar e controlar a pressão fiscal decorrente do gasto previdenciário. Mas essa limitação somente é aplicável aos servidores contratados a partir da implantação desses fundos, restando, um estoque de benefícios (concedidos e a conceder) que representam gigantesco passivo.

Dentro dessa evolução histórica, apresentada na Figura a seguir, os servidores estaduais, conforme seja o início de seu período laboral ou ingresso no serviço público ou sua situação funcional quando das últimas reformas previdenciárias, estão vinculados a três regimes previdenciários. O Regime de Repartição Simples para todos os servidores que ingressaram até 2011, com o direito à aposentadoria pelo seu valor integral e paridade com os ativos para os que ingressaram até 2003 e pela média das maiores remunerações em 80% do período laboral de 1994 para cá ou do início do período de contribuição, se este for posterior, para os que ingressaram a partir de 01/01/2004. Todos eles usufruirão do regime de benefício definido. Quando foram constituídos o FUNDOPREV MILITAR e o FUNDOPREV, em 2011, o RPPS passou a contemplar dois regimes, em que se estabelece uma segregação de massas: o regime de repartição simples, para os antigos funcionários, que ficaram no Fundo Financeiro; e o Regime de Capitalização para os servidores que ingressarem a partir desta data, formando o Fundo Previdenciário. Mesmo em capitalização, o regime financeiro continuou sendo o de benefício definido. A partir de 2016 foi instituído o Regime de Previdência Complementar para os servidores públicos efetivos. As contribuições, em igual percentual entre servidores e Estado, constituirão um fundo em regime de capitalização. Elas incidirão sobre a parcela excedente ao teto do Regime Geral. A adesão tem caráter facultativo e se destina ao pagamento dos benefícios

previdenciários dos servidores no regime de contribuição definida. Os militares continuam com a integralidade e paridade em nível federal, não tendo sido alcançados pelas reformas de 1998 e de 2003. Por equiparação, nos estados as polícias militares também não foram atingidas.

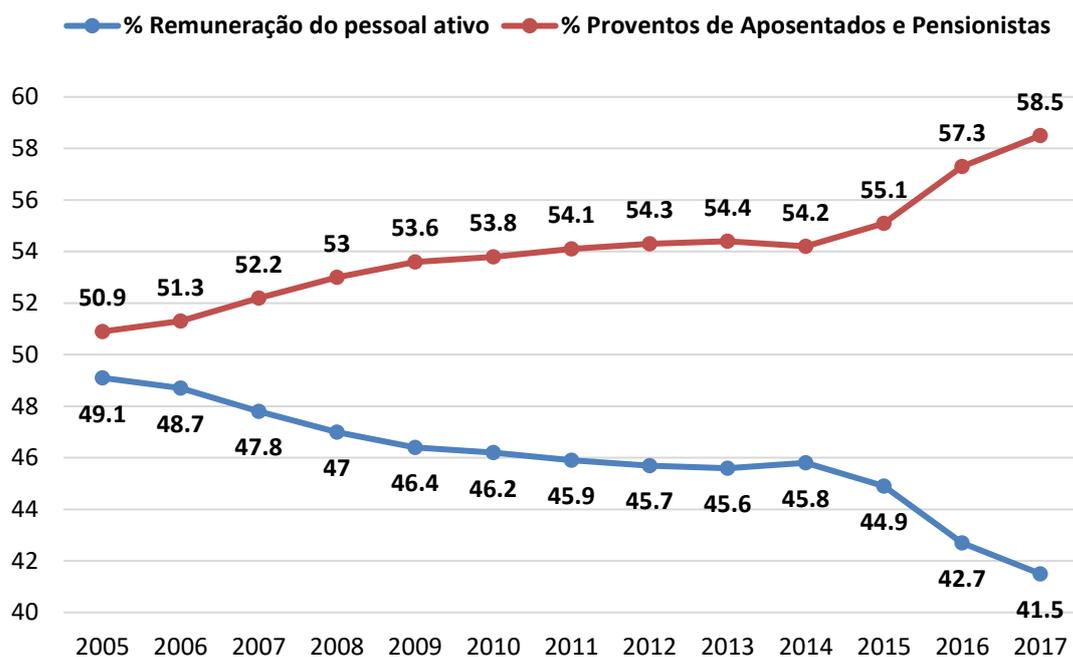
Figura 3 – Evolução dos Regimes Previdenciários



Fonte: IPE-RS

Com a segregação de massa, é possível delinear que o Fundo Previdenciário criado terá recursos para fazer frente às aposentadorias e pensões, desde que bem administrado e que sejam feitos os aportes dos recursos necessários ao longo do tempo. Esse grupo, em tese, estaria hoje criando a sua própria poupança. A grande preocupação está no grupo de servidores que estão ativos ainda e que, aposentados, fazem parte do regime de repartição simples.

No sistema de repartição simples, único sistema utilizado até 2011, os recursos das contribuições dos servidores são destinados a cobrir os gastos com as atuais aposentadorias e pensões. O Estado contribui com a parte patronal, na antiga proporção de duas vezes a contribuição pessoal. Esses recursos são insuficientes e têm que ser suplementados pelo Tesouro, o que resulta no chamado déficit previdenciário. Desde 2000, os proventos dos aposentados e pensionistas são maiores do que os despendidos com os vencimentos do pessoal ativo.

Figura 4 - Projeção de Despesa de Pessoal 2017

Fonte: SPGG / IPE-RS

Em 2000, a Administração Pública Estadual (Direta, Fundações e Autarquias) possuía 345.041 matrículas, sendo 174.428 ativas contra 170.613 matrículas de inativos. Já ao final de 2014, havia 372.011 matrículas, sendo 173.573 ativas contra 198.438 vínculos de aposentados e pensionistas. Entre 2000 e 2014, enquanto os ativos tiveram um decréscimo de 855 matrículas, o quantitativo dos inativos e pensionistas teve um crescimento líquido de 27.825 vínculos, em média 1.855 novas matrículas anuais. Em 2005, o déficit previdenciário foi de R\$ 2,6 bilhões; já em 2015, saltou para R\$ 7,7 bilhões.

Destaca-se que, no médio prazo, o déficit previdenciário estadual caminhará para um pico sem precedente. Tomando-se que os novos servidores estão abrigados no sistema de capitalização e no sistema complementar, é lógico deduzir que, após a aposentadoria dos servidores com repartição simples – a maioria, entre 15 e 20 anos – o Tesouro estadual não contará mais com as receitas das contribuições dos servidores ativos, resultando em um aumento significativo do déficit previdenciário. Contudo, no longuíssimo prazo – entre 25 e 30 anos – serão sentidos os primeiros efeitos positivos, quando o caixa do Tesouro, paulatinamente, começará a ser menos pressionado.

Assim, para a construção de alternativas para equilibrar as finanças públicas gaúchas no longo prazo, algumas questões devem ser discutidas e aprofundadas:

- **Estimar as implicações nos benefícios previdenciários futuros em todos os projetos enviados à Assembleia Legislativa.**
- **Os quadros de pessoal devem ser de tal forma estruturados, que tenham incrementos anuais inferiores ao da receita corrente líquida (RCL), trazendo a despesa para os patamares estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal (LRF).**
- **Construir um movimento nacional visando uma reforma da previdência que atenda às necessidades dos estados.**
- **Discutir as idades mínimas para aposentadoria.**
- **Adaptar as regras das pensões por morte ao disposto na Lei 13.135/2015, visando evitar comutatividade de aposentadoria com pensão ou qualquer outra que conduza a pagamentos acima do teto constitucional.**

4. REALIZAÇÕES DE GOVERNO EM 2017 E AÇÕES PROGRAMADAS PARA 2018

Um processo de planejamento governamental deve incorporar diferentes momentos de definição de ações para o alcance de um objetivo.

O primeiro momento é o de definição da estratégia, em que se levam em consideração o planejamento de longo prazo e o mapa estratégico. No planejamento de longo prazo, são observados os movimentos e tendências de indicadores representativos da realidade, definido um cenário futuro que se deseja obter e traçadas estratégias para alcançá-lo. O mapa estratégico, por sua vez, é a representação gráfica dos objetivos que o Governo deseja alcançar para levar o Estado à visão de futuro escolhida no período eleitoral.

O momento do planejamento de programas, ações e projetos tem no Plano Plurianual (PPA) a sua materialização mais completa. Durante a elaboração do PPA são traçados os caminhos que devem ser percorridos para se chegar aos objetivos e, assim, à visão de futuro expressos no mapa estratégico. O como fazer e como financiar devem ser definidos nesse momento. A definição das diretrizes orçamentárias e a elaboração do orçamento público finalizam o momento do planejamento, observando o horizonte de curto prazo.

O terceiro momento é de responsabilidades das secretarias de Estado e de suas vinculadas. É nele que são executados programas, ações e projetos elaborados durante o planejamento. Nessa etapa são realizados o acompanhamento do PPA e o monitoramento intensivo dos Acordos de Resultados e dos projetos prioritários do Governo estadual.

A quarta etapa do ciclo trata de avaliação das políticas públicas e é de grande importância por fornecer informações para a revisão dos programas e projetos e para a elaboração e posterior implementação de ações corretivas.

Figura 5: Representação do Ciclo de planejamento de Políticas Públicas no RS



Fonte: SPGG/DEPLAN

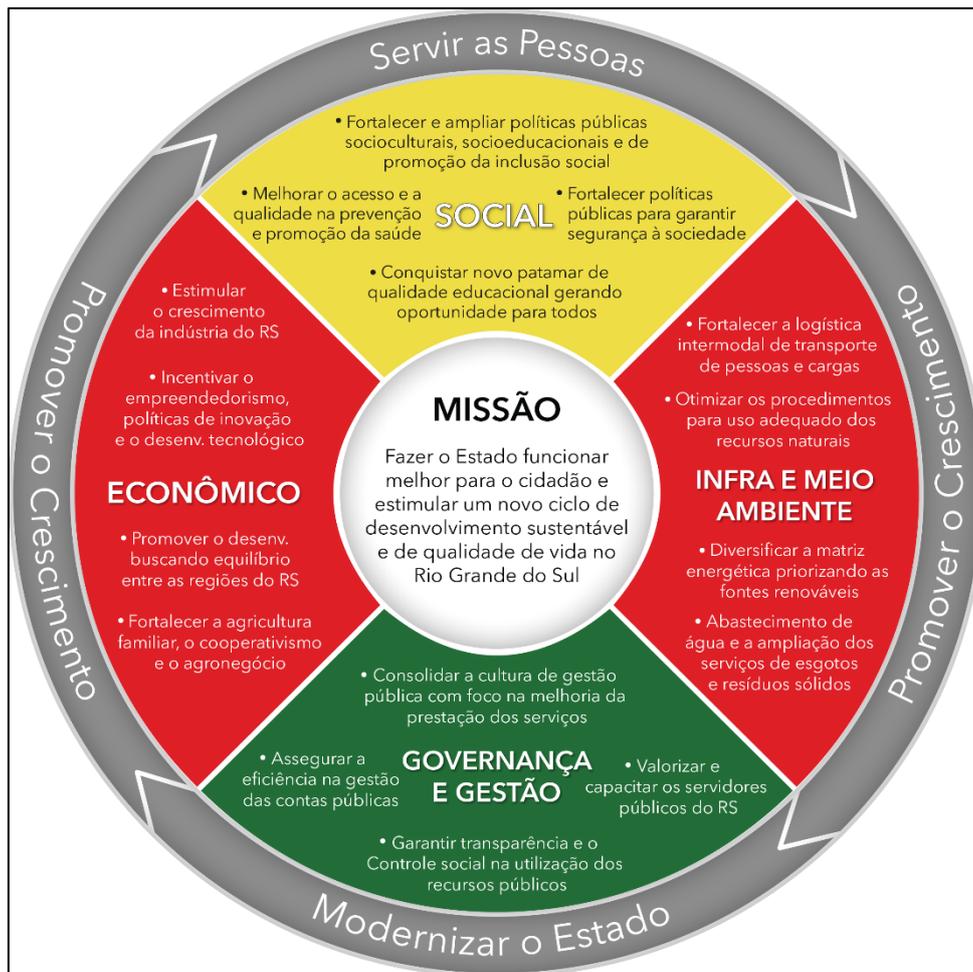
Nos dois primeiros meses de governo, foram estabelecidas a visão de futuro e os objetivos estratégicos para os quatro anos da gestão do Governador José Ivo Sartori. Essas diretrizes estão expressas no Mapa Estratégico Figura 6.

No Mapa Estratégico, todos os objetivos convergem para uma visão de futuro: "Fazer o Estado funcionar melhor para o cidadão e estimular um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Rio Grande do Sul".

Alinhados aos Objetivos, foram desenvolvidos programas, ações e projetos que compuseram o PPA 2016-2019 e os Acordos de Resultados 2015, 2016 e 2017.

Por meio do Acordo de Resultados, o Governo formaliza os principais compromissos do setor público com a sociedade gaúcha. O Acordo estabelece as metas, os projetos prioritários e os compromissos com a eficiência na gestão. Esse processo é estendido a toda a Administração Indireta estadual e pode ser desdobrado até a menor célula do serviço público. Essas metas são negociadas de forma que não sejam impossíveis, mas suficientemente desafiadoras. Com orçamentos realistas, previamente acertados com a Junta de Coordenação Orçamentária e Financeira, os projetos prioritários têm precedência na execução.

Figura 6: Mapa Estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

O Acordo de Resultados, suas metas e projetos prioritários são monitorados periodicamente pelas equipes técnicas, pelos Secretários e Governador, de forma a manter o foco e somar esforços entre as secretarias afins ou coexecutoras.

Nos Ciclos de Monitoramento do Acordo de Resultados, o monitoramento dos compromissos acordados é feito dentro do órgão. O ciclo culmina com reunião bimestral na Sala de Governança. Nessa ocasião, os indicadores das Secretarias e de suas vinculadas são acompanhados detalhadamente, visando identificar desvios e tomar ações corretivas. Esse também é o momento de monitorar os compromissos com a eficiência na gestão e tópicos específicos de cada Pasta.

Os Ciclos de Monitoramento dos Projetos Prioritários ocorrem com a periodicidade de 42 dias, finalizando com uma reunião final de cada Eixo Estratégico na Sala de Governança: Econômico; Social; Infraestrutura e Ambiente; e Governança e Gestão. Nessas reuniões, é analisado o andamento de cada projeto pelo Governador e Vice-Governador, juntamente com os respectivos Secretários de Estado e seus coordenadores de gestão.

Semestralmente, todo o Governo se reúne para um seminário de alinhamento, garantindo sinergia e comunicação entre os órgãos. Nesses seminários, são mostrados os resultados alcançados, e apresentados os novos desafios. Também é esse o momento de valorização do trabalho das diferentes equipes.

Outra forma utilizada para materializar o Mapa Estratégico em um plano de governo é o Plano Plurianual (PPA), abarcando a totalidade do planejamento para os quatro anos seguintes. O PPA 2016-2019 foi sancionado como Lei nº 14.755, em 20 de outubro de 2015, passando a nortear as ações de governo orientadas pelas diretrizes do Mapa Estratégico acima apresentado.

Assim, a gestão do PPA é um processo que visa, a partir do conhecimento da evolução dos programas e ações do Plano Plurianual, avaliar a ação governamental do ponto de vista da contribuição para o alcance dos objetivos estratégicos, de modo a propiciar a adoção de medidas corretivas quando for o caso. Para tanto, periodicamente, é executada a coleta e sistematização das informações da execução física de produtos e metas e financeira de ações.

Esse processo de tomada periódica de informações é denominado Acompanhamento do PPA¹⁷ e é realizado pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, através do Sistema de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul (SISPLAG), conforme o Decreto nº 52.287, de 11 de março de 2015. A gestão do PPA envolve todos os programas e ações de governo e é exigida pela Lei do PPA 2016-2019, em seu artigo 9º; pela Lei Villela, Lei nº 10.336/1994, atualizada pela Lei nº 11.180/1998; e pela Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

Contudo, não são apenas as exigências legais que tornam o acompanhamento necessário. Esse processo possibilita:

- Conhecimento sobre o avanço na execução das ações dos programas estipulados no PPA;
- Conhecimento sobre a evolução das políticas públicas no Rio Grande do Sul, incluindo outras esferas de governo;
- Avaliação dos resultados dos programas, por meio dos indicadores;
- Avaliação da ação governamental em relação aos objetivos estratégicos e aos objetivos transversais;
- Prestação de contas no processo de participação da sociedade;
- Subsídios para a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa;

¹⁷Apesar de se tratar de um processo de monitoramento, a tomada periódica de informações da execução do PPA é denominada acompanhamento para diferenciá-lo do monitoramento dos programas e ações prioritários, que é um processo intensivo e com prazos menores de tomada de informações.

- Disponibilidade de informações que auxiliam a tomada de decisões e a correção de rumos, quando indicado.

Para tanto, é realizado o acompanhamento da evolução dos indicadores de programa, da execução das ações, em função da geração de seus produtos, e das denominadas realizações, que representam a descrição dos produtos gerados – as informações de execução de ações e realizações são coletadas de forma regionalizada, apresentando assim a visão territorial da atuação governamental.

O conjunto de informações gerado durante o acompanhamento do PPA é volumoso e de grande utilidade para o Governo e para a sociedade. Assim, após a análise dessas informações, são produzidos e publicados relatórios legais de acompanhamento do PPA, sobre os objetivos estratégicos e transversais e sobre as ações georreferenciadas.

Nas próximas páginas, são apresentadas, de forma resumida, as realizações de cada órgão da Administração estadual divididas por Eixo do Mapa Estratégico.

4.1. EIXO ECONÔMICO

AGRICULTURA, PECUÁRIA E IRRIGAÇÃO

A Secretaria da Agricultura, Pecuária e Irrigação (SEAPI) e suas vinculadas têm responsabilidade pela execução dos programas do PPA 2016-2019: Defesa Agropecuária Estadual, Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agropecuárias e Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária. Em 2017, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

Programa Defesa Agropecuária Estadual:

- No âmbito de fiscalização do uso de agrotóxicos: a implantação do Sistema Integrado da Gestão do Uso de Agrotóxicos (SIGA) alcançou 100%; 84,05% das empresas comerciantes e/ou prestadoras de serviços na aplicação de agrotóxicos estavam com o seu registro ativo na SEAPI; foram auditadas 17,64% das empresas com certificação fitossanitária e 15,45% das propriedades rurais com essa mesma certificação. Para tanto, foram executadas 1.375 barreiras fitossanitárias, fiscalizados 1.346 estabelecimentos de comércio de insumos agrícolas, realizadas 519 inspeções e fiscalizadas 380 propriedades rurais no uso de agrotóxicos.
- Na área da sanidade animal, a SEAPI assistiu 98,92% de todas as vacinações contra Febre Aftosa realizadas no Estado e construída uma estrutura física para emergências sanitárias nessa enfermidade. Além disso, está finalizando a elaboração do Plano Estratégico de Avanço da Condição Sanitária em Febre Aftosa.
- Também foram georreferenciadas 61.553 propriedades do arco de fronteira do Rio Grande do Sul para posterior identificação individual de animais (em 2017, foram identificados mais de 37.700 animais), visando manter e evoluir o *status* sanitário e, assim, aumentar a produtividade, a renda do produtor e a valorização do produto.
- Ainda no que tange ao serviço de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal, foi publicada a Lei nº 15.027, de 22 de agosto de 2017, que autoriza o Governo do Estado a habilitar médicos veterinários para a realização desse serviço por meio de empresas credenciadas.

Programa Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias:

- Dentro do projeto Conservar para Produzir, que visa recuperar a capacidade de infiltração de água nos solos agrícolas degradados e reduzir a taxa de erosão hídrica, o risco de escassez hídrica a partir da reserva/armazenagem de água no

solo e o uso de inseticidas e herbicidas na agricultura, foram envolvidos mais de 20 mil agricultores em 250 eventos.

- Foram beneficiados 21 municípios com ações de Boas Práticas de Conservação e Manejo do Solo, atingindo 2.215 agricultores.
- Ainda no que tange às Boas Práticas do Solo, foram gerados 243 contratos de financiamento para adoção de tecnologias de produção, através do Plano ABC – Agricultura de Baixo Carbono.
- Através do Mais Água, Mais Renda, a área irrigada implantada chegou a 7,3 mil hectares, atendendo 416 produtores.
- Foi implementado o Agro+RS – um plano de Estado que visa o atendimento de demandas do setor agropecuário, com intuito de estruturar um sistema mais ágil e racional. O plano tem o objetivo de fortalecer o setor produtivo, em parceria público-privada, com revisão de processos, metas gerenciais e ferramentas de gestão que somam simplicidade e objetividade, em sintonia com o Agro+, implementado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
- No âmbito do Agro+RS já foram atendidas demandas como a simplificação do uso de tecnologia de irrigação na agropecuária (através da publicação de decreto e Resolução do CONSEMA), o estabelecimento do Conselho de Certificação e qualidade, que define os processo de certificação de produtos agropecuários e maior agilidade na análise e autorização da ampliação de reformas e estabelecimentos de agroindústrias de produtos de origem animal.
- A 40ª EXPOINTER recebeu, em nove dias de feira, mais de 382,6 mil pessoas e movimentou R\$ 2.035.790.142,62 em negócios. O crescimento de aproximadamente 6% na comercialização, em comparação à edição de 2016, foi devido ao volume de negócios da Feira da Agricultura Familiar. Foram R\$ 2.851.010,62 em vendas de produtos coloniais, um aumento de 40% em comparação com 2016. A venda de animais foi o único setor que registrou queda em relação à edição anterior. Com R\$ 10.613.132,00 em negócios, a redução foi de 12%. O artesanato comercializou R\$ 1.100.000,00. Já os negócios no setor de máquinas e implementos agrícolas chegaram a R\$ 1.923.226.000,00, um aumento de 0,75% em relação a 2016.
- A ação de Incentivo ao Consumo do Arroz, de responsabilidade do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), realizou nove palestras técnicas para formadores de opinião, 18 eventos técnicos, sete cursos com merendeiras e nutricionistas e 15 ações de divulgação junto à comunidade geral.
- Buscando difundir conhecimento, informação e tecnologia para sistemas integrados de produção em terras baixas, o IRGA, através da ação Orizicultura e Sustentabilidade, auxiliou com assistência Técnica e Extensão rural mais de 6.300 produtores, promoveu 61 eventos técnicos para difusão de tecnologia e

oito Dias de Campo regionais, capacitando 540 agricultores e colaboradores na atividade rural.

- No que tange ao armazenamento da produção agropecuária, a Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) implementou rigoroso controle das despesas e receitas, recuperação de créditos com controles internos e fiscalização e controle dos estoques, evitando o pagamento de indenizações de produto armazenado. A gestão da receita e despesa permitiu à Companhia responder pelo seu custeio no exercício, com recursos próprios, sem atrasos a fornecedores e folha de pagamento. Foram encerrados os contratos emergenciais, que haviam sido prorrogados pela Lei Estadual nº 14.819/2015, por mais um ano, para suporte das operações nas filiais, juntamente com os 57 servidores do quadro permanente, nove cargos de confiança em funções administrativas, eventuais estagiários e safristas. Firmado Acordo no Processo 0037300-45.2005.5.04.0014, do Tribunal Regional do Trabalho, na disputa jurídica com o Sindicato dos Empregados, na demanda do Piso Salarial, existente desde 2005, reduzida de R\$ 280 milhões para R\$ 117.942.473, a ser cumprido com a venda em Licitação pelo Melhor Preço, de várias unidades, entre elas, a de Passo Fundo, Santa Bárbara, Nova Prata, Santa Rosa, Júlio de Castilhos, Cruz Alta e Estação, em 72 parcelas mensais, bem como a gestão junto à Justiça do Trabalho, das demais Ações Trabalhistas em curso. Foram realizados investimentos e manutenção nas unidades, para o regular funcionamento das unidades remanescentes ativas e superavitárias, assegurando recebimento de produtos.

Programa Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária:

- Ao incorporar as atividades da FEPAGRO, a SEAPI tornou-se responsável pelas suas ações dentro do programa Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária. Em 2017, foram elaboradas 92 publicações com resultados de pesquisas. No que tange à prestação de serviços, foram analisadas 8.929 amostras de solo, semente e inoculante.
- O Projeto de pesquisa Mais Água faz parte desse Programa e, pelo seu caráter inovativo, do Acordo de Resultados do Governo do Estado. Esse Projeto visa contribuir para o aumento da disponibilidade e melhoria da qualidade da água, através da avaliação de práticas adequadas de manejo de solo e de resíduos de suínos e do monitoramento das condições meteorológicas e processo dos hidrológicos. Em 2017, o desenvolvimento dos estudos, das metodologias, das práticas de manejo e capacitação de agricultores, técnicos e estudantes alcançou ou superou as metas.
- Para gerar tecnologia, modernizar e qualificar as estruturas e infraestruturas de pesquisa agrícola nas áreas de arroz do Rio Grande do Sul, o IRGA analisou mais

de 7.700 amostras de sementes em seus laboratórios, realizou 47 ensaios científicos e realizou 135 publicações científicas.

Ações para 2018:

- No programa **Defesa Agropecuária Estadual** serão executadas as ações: Defesa Sanitária Animal, Defesa Sanitária Vegetal, Inspeção de Produtos de Origem Animal e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
- Dentro do programa **Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias**, as ações programas para 2018 são: Apoio e Articulação para a Gestão e Qualificação de Cadeias Produtivas Agropecuárias; Boas Práticas para o Solo; Mais Água, Mais Renda; Qualificação do Parque de Exposições Assis Brasil; Secagem e Armazenagem de Grãos em Propriedades Rurais – RS Mais Grãos; Incentivo ao Consumo do Arroz; Orizicultura e Sustentabilidade; e Armazenagem da Produção Agrícola e Pecuária Gaúcha.
- Através do programa **Pesquisa e Inovação Tecnológica Agropecuária** serão executadas as ações Pesquisa para Orizicultura e Projeto de Pesquisa Mais Água.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT), criada em janeiro de 2015, têm sob sua responsabilidade, e de suas vinculadas, quatro programas no PPA 2016-2019, são eles: Dinamização Econômica do Estado, Modernização dos Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual; Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e Inovação Tecnológica; Promoção de Um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado; e Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano.

No Programa Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e Inovação Tecnológica, podem ser destacadas as seguintes realizações:

- 5 projetos de Incubadora Tecnológica, 4 projetos de Parque Tecnológico, e 19 projetos de Polo Tecnológico apoiados.
- 14 Arranjos Produtivos Locais (APLs) com sua governança apoiada, assim como 15 com projeto prioritário apoiado.
- Na ação de Extensão Produtiva e Inovação, foi alcançado o total de 11 Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação ativos.

- O programa Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação (NEPI), que aproxima e articula empresas e instituições locais para expansão, modernização e inovação, apresentou 6.200 atendimentos realizados, beneficiando 380 municípios gaúchos.
- Buscando o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação em articulação com universidades, setores produtivos e o poder público em todos os níveis, foram apoiadas 17 incubadoras tecnológicas, 12 parques científicos e tecnológicos e 27 projetos de polos tecnológicos.
- O Programa Gaúcho de Microcrédito com o seu Fundo Garantidor – o Fundo de Apoio à Microempresa, ao Microprodutor Rural e à Empresa de Pequeno Porte (FUNAMEP) – avalizou 1.639 contratos, em um total de R\$ 3.017.217 milhões.
- Buscando desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas, a ação de Redes de Cooperação acompanhou 37 redes em desenvolvimento, trabalhou para a implantação de 7 novas Redes e para a associação de 31 novas empresas em Redes.

O Programa Promoção de Um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado, em 2017, apresentou as seguintes realizações:

- Para criar as condições necessárias para um bom ambiente de negócios, a SDECT apoiou financeiramente 3 e assessorou 26 distritos e/ou áreas industriais de municípios.
- Realizou 5 missões internacionais para divulgação do Estado; e 541 estudos de inteligência estratégica, como Perfil-Empresa, Perfil-País, Perfil-Município, lista de prospecções de empresas, estudo setorial, análise de oportunidades da Balança Comercial do Estado e do País, entre outros.
- Acompanhou 34 projetos de investimentos pela Sala do Investidor.
- Incentivou 18 projetos de investimentos através do FUNDOPEM.
- Realizou 6 interiorizações, atendendo 104 empresas, com o objetivo da ampliação do número de empresas exportadoras, bem como a qualificação da pauta exportadora e diversificação de países destino.
- Sob responsabilidade da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS), foi implantada a REDESIM, rede nacional de procedimentos unificados para registros empresariais, em 98 municípios do Rio Grande do Sul. Além disso, foi implementada a Junta Comercial Digital.

O programa Dinamização Econômica do Estado, Modernização dos Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual, executado pelo BADESUL, apresentou como ações destacadas em 2017:

- Operações de financiamento para a ampliação da infraestrutura pública Municipal do Rio Grande do Sul que alcançaram o montante de R\$ 63,9 milhões.
- Operações de financiamento para a ampliação da infraestrutura econômica do Rio Grande do Sul que alcançaram o montante de R\$ 41,2 milhões.
- Financiamentos de investimentos para a modernização de setores tradicionais e indução de novas economias empresariais que somaram R\$ 94,2 milhões.
- Operações de investimentos para a modernização e ampliação da produção e da produtividade da agropecuária gaúcha que representaram R\$30,6 milhões.

Em relação ao Programa Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) trabalhou para alcançar seu objetivo e, para tanto:

- Concedeu 1.603 bolsas;
- Lançou editais com recursos de R\$18,5 milhões no primeiro semestre de 2017;
- Lançou o programa Mult, para potencializar a inovação na área da mobilidade urbana, logística e transporte, disseminando e fomentando a implementação das novas tecnologias no segmento.

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) também faz parte desse Programa e, em 2017:

- Atendeu 4.845 alunos de graduação e pós-graduação;
- Publicou 217 artigos ou livros;
- Concedeu 180 bolsas acadêmicas e 73 bolsas de extensão;
- Realizou 343 programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Implementou 3 programas de extensão, 21 cursos de pós-graduação *lato sensu* e 2 cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Ações para 2018:

- No Programa **Dinamização Econômica do Estado, Modernização de Setores Tradicionais, Indução de Novas Economias e Alavancagem da Infraestrutura Estadual** serão executadas as ações: Financiamentos de Investimentos à Ampliação da Infraestrutura Pública Municipal do RS; Financiamentos de Investimentos para a Ampliação da Infraestrutura Econômica do RS; Financiamentos de Investimentos para a Modernização de Setores Tradicionais e a Indução de Novas Economias Empresariais no RS; Financiamentos de Investimentos para a Modernização e Ampliação da Produção e da Produtividade Agropecuária Gaúcha

- No **Fomento ao Desenvolvimento Produtivo, Empreendedorismo e a Inovação Tecnológica** serão realizadas as ações: Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação; Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Extensão Produtiva e Inovação (NEPIs); Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do RS — FOPEMEPE/RS; Incubadora Tecnológica; Programa Gaúcho de Microcrédito; Redes de Cooperação.
- Através do programa **Promoção de um Ambiente Favorável para o Desenvolvimento Econômico do Estado**, serão executadas as ações: Apoio aos Distritos Industriais Municipais; Apoio e incentivo aos investimentos privados e a inovação empresarial; Articulação de negócios internacionais e inteligência estratégica competitiva; Fomento a promoção comercial; Implantação da REDESIM — Rede Nacional; Junta Digital; Processo Digital.
- E no Programa **Promoção do Desenvolvimento Científico e Tecnológico Sustentáveis, do Setor Produtivo e de Serviços e da Qualificação do Capital Humano**, serão executadas as ações: Aprimoramento de programas e projetos de extensão para o desenvolvimento regional, difusão científica e cultural; Aprimoramento e qualificação da pesquisa, pós-graduação e inovação tecnológica, associadas às vocações regionais; Fomento à Formação e à Fixação de Recursos Humanos; Fomento à Pesquisa, ao Desenvolvimento e à Inovação; Formação inicial e continuada.

DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

A Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) tem, no PPA 2016-2019, quatro programas: Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho; Fomento à Educação Profissional, Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS; Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural; e Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável, sendo que todos participam com algumas de suas metas do Acordo de Resultados. Em 2017, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

- Para qualificar a gestão das cooperativas dos diferentes ramos, foram implementados 15 planos de aprimoramento com o acompanhamento de equipes especializadas em áreas como: produção, comercialização, financeira e contábil.
- No fomento a novas cooperativas, a SDR trabalhou na estruturação de três projetos de novas cooperativas.
- Buscando fomentar a intercooperação através da aproximação das cooperativas e da formação de redes de interorganizacionais, foram realizados 69 eventos que beneficiaram 145 cooperativas.

- No que tange à Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS, a SDR, através de convênio firmado com a EMATER/ASCAR-RS, atendeu 51,5% dos agricultores familiares e públicos especiais (indígenas, quilombolas, pescadores, etc.) do Estado, o que representa 218.587 famílias.
- A ação Gestão e Adequação Socioeconômica e Ambiental dos Estabelecimentos, além de estar no PPA 2016-2019, fez parte do Acordo de Resultados de 2017. A ação visa orientar os agricultores através de um plano de gestão e adequação de seu estabelecimento rural, elaborado a partir do atual uso e ocupação do solo e índice de sustentabilidade. No ano passado, foram incentivados 10.088 estabelecimentos rurais a participarem dessa política pública, implantados 3.167 planos de gestão e adequação e 988 unidades de referência tecnológica.
- Visando garantir o acesso à água em unidades da agricultura familiar e de públicos especiais, foram perfurados 87 poços artesianos, implantados 338 projetos de armazenamento de água e irrigação e instaladas nove redes de distribuição de água – o que representa 1.254 agricultores beneficiados com projetos de armazenamento de água, irrigação, abastecimento de água e saneamento.
- Foram apoiados 181 projetos de melhoria da infraestrutura para o acesso à internet e à telefonia.
- No apoio a municípios e sociedade civil organizada, foram realizados 1.484 serviços de infraestrutura, como perfuração de poços, construção de estruturas de armazenamento e de abastecimento de água.

O Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável é o maior programa da SDR, composto por 15 ações, sendo que 11 destas possuem caráter de modificação da realidade e foram enquadradas no Acordo de Resultados de 2017. São resultados desse programa:

- Legalização de 139 agroindústrias familiares e de pequeno porte de processamento artesanal no âmbito sanitário, ambiental e fiscal e apoio a 154 projetos agroindustriais.
- Apoio a 43 feiras livres e da agroindústria familiar e a 43 projetos de abastecimento.
- Apoio a 236 projetos produtivos, beneficiando 10.868 agricultores e visando ao desenvolvimento de cadeias produtivas, gerando renda ao produtor, aproximando o produtor do consumidor e incentivando a produção e a diversificação.
- No fomento à cadeia produtiva do leite e da pecuária de corte nas propriedades familiares, que busca proporcionar melhoria na produtividade e qualidade do leite, melhoramento genético do rebanho, aumento na disponibilidade da forragem e estruturação das propriedades, através da

concessão de crédito pelo Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), foram apoiados 265 projetos produtivos, beneficiando 10.116 agricultores e pecuaristas familiares.

- Disponibilização de 185.453 sacas de sementes através do Troca-Troca de Sementes.
- Apoio e incentivo a seis empreendimentos coletivos para a geração de renda e projetos produtivos em comunidades quilombolas.
- Atendimento de 108 comunidades indígenas, visando garantir a segurança alimentar e o fortalecimento da produção.
- Construção de 187 viveiros para piscicultura, buscando o incremento da produtividade e da produção sustentável do pescado.
- Coordenação do Comitê Gestor do Rio Grande Agroecológico – Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – que congrega ações de diversos órgãos estaduais e federais para o estímulo à produção orgânica e agroecológica e redução do uso de agrotóxicos na produção de alimentos.

As Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS) também contribuem para o alcance dos objetivos do programa Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável, com destaque para:

- Comercialização de 630.235 toneladas de alimentos, beneficiando 21.455 usuários com as suas atividades.
- Distribuição de 13.255 toneladas de alimentos pelo programa assistencial da CEASA/RS.
- Início da realização do diagnóstico para modernização das Centrais.

Ações para 2018:

- No **Programa Apoio e Desenvolvimento da Infraestrutura Rural** serão executadas as ações: Apoio e Ampliação da Infraestrutura Rural; Apoio para o Acesso à Internet e à Telefonia no Meio Rural; Incentivo ao Uso e à Geração de Energia por Meio de Fontes Alternativas; Melhoria da Qualidade da Energia Elétrica no Campo; Patrulha Agrícola.
- No **Programa Apoio e Desenvolvimento do Cooperativismo Gaúcho** serão realizadas as ações: Apoio à Gestão, Capacitação e Educação para Cooperativas; Apoio ao Acesso ao Crédito e Saneamento de Cooperativas; Apoio e Fomento a Cooperativas; Fomento à Intercooperação.
- Através do **Programa Fomento à Educação Profissional, Formação, Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural e Social – ATERS** serão executadas as ações: Apoio à Formação, Educação, Profissionalização e Capacitação de Jovens, Públicos Especiais e Agricultores e Pecuaristas Familiares ou de Base Cooperativa; Assistência Técnica e Extensão Rural e

Social – ATERS; Gestão e Adequação Socioeconômica e Ambiental dos Estabelecimentos Rurais.

- E, no **Programa Fomento ao Desenvolvimento Rural Sustentável**, serão executadas as ações: Apoio à Agricultura Familiar e Camponesa; Apoio à Agroindústria Familiar; Apoio à Comercialização e Fortalecimento dos Sistemas Locais e Regionais de Abastecimento; Apoio à Permanência do Jovem no Campo; Apoio ao Artesanato e ao Turismo Rural; Apoio às Políticas de Compras Institucionais da Agricultura Familiar; Apoio e Desenvolvimento da Agricultura Familiar; Apoio e Desenvolvimento da Produção Leiteira e da Pecuária Familiar; Apoio e Desenvolvimento de Sistemas de Base Ecológica; Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento dos Assentamentos; Desenvolvimento e Apoio Socioeconômico de Comunidades Quilombolas; Desenvolvimento Integrado da Pesca Artesanal e Aquicultura; Fortalecimento Etnossustentável e Desenvolvimento Socioeconômico de Comunidades Indígenas; Inclusão Social e Produtiva no Meio Rural – Combate à Extrema Pobreza; Regularização e Reorganização Fundiária; Troca-Troca de Sementes; Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul; Modernização do Sistema de Gestão e Capacitação na CEASA/RS; Qualificação da Infraestrutura de Abastecimento no Estado do RS – CEASA/RS.

4.2. EIXO SOCIAL

CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

A Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer — SEDACTEL, criada em janeiro de 2017 juntamente com suas vinculadas, executa no PPA 2016-2019 os seguintes programas: Juntos Pela Cultura, Caminhos do Rio Grande do Sul, Desenvolvimento Sustentável do Turismo e Desenvolvimento do Esporte e do Lazer. Em 2017, destacam-se as seguintes metas alcançadas na execução dos programas:

- A qualificação de agentes públicos e privados nas áreas cultural, turística e esportiva se deu por meio de capacitações realizadas ao longo do ano, as quais propiciaram a aproximadamente mil agentes a participação nos encontros organizados pela SEDACTEL. Entre estes destacam-se o Fórum dos Dirigentes de Cultura, que capacitou cerca de 200 pessoas, e as atividades de capacitação do Pró-Cultura RS, com a participação de 120 agentes, e do Pró-Esporte, que reuniu 100 pessoas.
- Foram realizadas aproximadamente 400 atividades culturais por meio da ação de Fomento à Economia da Cultura, em 177 municípios do Estado, como resultado de projetos aprovados segundo a Lei de Incentivo à Cultura (LIC);
- Outras 290 atividades culturais, em 108 municípios do Estado, foram também realizadas por meio da ação Fomento à Economia da Cultura, atendendo aos editais do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), em função de 89 projetos culturais contratados/conveniados via FAC.
- O Projeto Criativa Birô teve seu espaço inaugurado após a conclusão da obra de adaptação da Casa de Cultura Mario Quintana. Por meio do projeto, 120 agentes culturais foram capacitados sobre o tema das tecnologias criativas, em 2017.
- Mais 79 Pontos de Cultura foram implementados, propiciando recursos para o desenvolvimento da produção artística, em 53 diferentes municípios do Estado;
- Os Institutos Estaduais, tais como o Instituto Estadual de Música (IEM); Instituto Estadual de Artes Cênicas (IEACen); Instituto Estadual do Livro (IEL); Instituto Estadual de Artes Visuais (IEAVi); Instituto Estadual de Cinema (IECine); e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual (IPHAE), juntamente com a SEDACTEL, realizaram 118 encontros setoriais e aproximadamente 50 eventos artísticos setoriais ao longo do ano em prol do Desenvolvimento das Linguagens Artísticas.
- A Fundação OSPA, por meio da Escola de Música, na ação OSPA para todos, realiza a preparação de mais de 240 alunos, em diferentes instrumentos musicais. A Escola de música propiciou aos alunos a realização de vinte apresentações musicais ao longo do ano.

- A fim de oportunizar ao público a fruição e o conhecimento do repertório sinfônico, a Orquestra Sinfônica (OSPA) realizou 44 concertos, em apresentações na capital e em outros dez municípios do interior, os quais incluíram público em número superior a 8 mil pessoas. Os concertos possibilitam a participação da comunidade em apresentações de música erudita.
- A reabertura da Biblioteca Pública, em Porto Alegre, foi comemorada após a realização de obra de reforma. Para fomentar o Desenvolvimento do Sistema Estadual de Bibliotecas, mais de 5.700 livros foram distribuídos gratuitamente aos municípios, ao longo do ano. Os livros foram obtidos, pela SEDACTEL, junto a projetos municipais e federais.
- A Fundação Theatro São Pedro realizou cerca de 180 atividades artístico-culturais, incluindo apresentações em diferentes estilos de música, teatro adulto, teatro infantil, balé clássico e contemporâneo, além de oficinas artísticas. Ao longo do ano, propiciou uma programação eclética ao público, que atingiu cerca de 110 mil pessoas de diferentes faixas etárias. A participação do público com relação às atividades do teatro é evidenciada pelo número de seguidores e postagens nas redes sociais: são quase 57 mil fãs no *Facebook*, entre outras redes sociais, além de aproximadamente seis mil emails cadastrados na *News letter* para acesso à programação do Theatro São Pedro.
- Entre as promoções culturais permanentes do Theatro São Pedro estão os projetos sociais, nestes a programação artística se dá com espetáculos gratuitos, ou com ingressos populares, fomentando uma ampla participação e incentivo à formação de plateia, tais como os que ocorrem na Sala da Música do Multipalco. Esse é o caso do Musical Évora, com frequência semanal, que dá visibilidade ao trabalho de músicos com diferentes estilos, de música erudita, MPB, choro e jazz, entre outros. Enquanto o MultiMúsica é um projeto mensal de recitais, desenvolvido em parceria com o Instituto de Artes da UFRGS. E o Arte Lírica é um projeto de recitais mensais veiculados no *site YouTube*, trazendo convidados do cenário erudito para conversar sobre carreira, obras e curiosidades da música clássica, com linguagem acessível a todos.
- A Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro (OCTSP) apresenta todos os meses os tradicionais Concertos BANRISUL para a Juventude, projeto que viabiliza a vinda de diversas escolas de Porto Alegre e região para assistirem um concerto didático e lúdico destinado às crianças – muitas delas pela primeira vez em um teatro.
- Em parceria com a ONG Sol Maior, vem sendo desenvolvido no Multipalco do Theatro São Pedro um trabalho de formação musical, através do aprendizado de instrumentos musicais, canto e dança, para crianças e adolescentes, que atualmente atende 350 alunos em situação de vulnerabilidade social.

- Ao longo do ano, por meio do Sistema Estadual de Museus (SEM/RS), foram assessorados 219 museus das sete regiões museológicas do RS, oficialmente cadastrados ou não. Segundo o Guia Estadual de Museus, há no Estado 187 museus municipais, 25 estaduais, 30 federais, 93 privados, 2 público-privados e, 4 de fundações públicas. O Sistema procura promover a articulação entre as instituições, a fim de se integrarem e trocarem conhecimentos na esfera museológica. Promove reuniões e palestras de capacitação, sobre os temas museológicos, para os profissionais, estudantes e público em geral.
- O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), órgão responsável pelo tombamento, conservação e preservação do patrimônio cultural, realizou a análise de projetos para obras de conservação e/ou restauração em bens tombados pelo Estado, entre esses projetos estão os para as obras de conservação do prédio do museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS), do museu Hipólito da Costa, do museu Júlio de Castilhos, entre outros. Ainda, ao longo do ano, o IPHAE prestou cerca de 300 informações, assessorando a 38 municípios, tendo por objetivo a preservação do patrimônio cultural.
- As ações relacionadas ao Desenvolvimento e Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos no Estado envolveram o apoio institucional ao *Conventions Bureaux* para a captação de eventos a serem sediados no RS nos próximos anos. Dessa ação resultou a captação de 37 eventos em diferentes segmentos, entre outros: Esportes, Saúde, Entretenimento e Lazer, Medicina Nuclear e Sociologia, os quais têm previsão de um total de 78.000 participantes.
- Foram elaborados projetos para o desenvolvimento de destinos turísticos e de segmentação turística. Entre outros, se destacam:
 - Destino Pampa — Os Gaúchos do Brasil: projeto que tem por objetivo inserir no mercado turístico, nacional e internacional, produtos ícones da identidade do gaúcho e promover a geração de emprego e renda na Metade Sul do Estado, região que apresenta baixos indicadores do IDESE;
 - Turismo Rural: foi implantado, por meio da criação do Grupo de Trabalho do Turismo Rural, um processo de cadastramento dos empreendimentos de forma cooperada com os parceiros estratégicos (EMATER, SEBRAE, SENAR e universidades). Foram realizados seis eventos de capacitação, que qualificaram 128 pessoas para o cadastramento de 355 propriedades;
 - Rota Turística Gemas e Joias: esse projeto busca o efetivo posicionamento mercadológico da cadeia produtiva de Gemas e Joias do RS, na atividade turística. Essa cadeia produtiva se localiza na rota da BR-386 e entorno, abrangendo diferentes regiões, que vão desde Porto Alegre até Ametista do Sul.
- Para o desenvolvimento e *marketing* de destinos e produtos turísticos foi realizada a promoção do turismo do RS em eventos, de âmbito nacional e

internacional, entre estes ocorreu a participação dos representantes do RS no evento *World Travel Market — WTM Latin America*, que ocorreu no Parque de Exposições do Anhembi, São Paulo, e no evento FIT — Feira Internacional de Turismo da América Latina, realizado em Buenos Aires, Argentina, o qual reúne anualmente os protagonistas do setor turístico perante mais de 100 mil visitantes, entre profissionais do setor e público em geral.

- Visando alcançar o objetivo do programa Desenvolvimento Sustentável do Turismo, entre outras ações, foi realizado o cadastramento de mais de 500 empresas prestadoras de serviços turísticos no Estado, envolvendo desde agências de turismo, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, organizadoras de eventos, parques temáticos, locadoras de veículos, restaurantes, cafeterias, bares e similares até guias de turismo. E ainda, foram qualificados em capacitações cerca de 150 gestores e, ou, empreendedores do Turismo no RS.
- A versão final do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável — PDITS do Corredor Turístico Porto Alegre-Serra Gaúcha, objeto da ação Consórcio Turístico Região Metropolitana de Porto Alegre — PRODETUR/RS, foi apresentada em audiência pública, conforme exigência do convênio com o Ministério do Turismo. Os municípios integrantes do PDITS são: Porto Alegre, Viamão, Gravataí, Taquara, Três Coroas, Igrejinha, Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula, Cambará do Sul e São José dos Ausentes.
- Foram realizadas Oficinas de Regionalização do Turismo a fim de orientar as governanças regionais para a atualização do Mapa do Turismo do RS, de acordo com o Programa do Ministério do Turismo. As Oficinas foram realizadas em mais de quinze Regiões Turísticas. A validação do novo mapa foi seguida da Assembleia do Conselho Estadual de Turismo — CONETUR, para aprovar e apresentar a versão definitiva do Mapa do Turismo Brasileiro — Rio Grande do Sul.
- As estatísticas do Turismo no RS registraram um total de mais de 74 mil atendimentos nos Centros de Atenção ao Turista (CAT), no período de janeiro a novembro de 2017, localizados em Porto Alegre, Cambará do Sul e Uruguaiana.

Ações para 2018:

- No programa **Juntos Pela Cultura** serão realizadas, em 2018, as ações: Cultura para a promoção da cidadania; Valorização da diversidade e inclusão social, com atenção aos grupos vulneráveis; Desenvolvimento das linguagens artísticas; Desenvolvimento do Sistema Estadual de Museus; Implementação de Pontos de Cultura; Qualificação das instituições culturais; Teatro da OSPA; OSPA para todos e Promoções Culturais no Theatro São Pedro.
- As ações a serem desenvolvidas, em 2018, por meio do programa **Desenvolvimento Sustentável do Turismo** serão: Cadastramento das empresas

prestadoras de serviços turísticos; Consórcio Turístico RMPA — PRODETUR RS; Informações, estudos e estatísticas do turismo no RS; Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber; Programa de Regionalização do Turismo; Qualificação profissional e empresarial do Turismo.

- No programa **Caminhos do Rio Grande do Sul** serão realizadas as ações: Cadeias; Desenvolvimento e *marketing* de destinos e produtos turísticos; Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre.
- No programa **Desenvolvimento do Esporte e Lazer**, serão realizadas as ações: Apoio a Projetos na Área de Esporte e Lazer; Parceria para a Constituição de Núcleos de Treinamento nas Modalidades Esportivas no CETE; Apoio à Implantação e Manutenção de Polos Regionais para Desenvolvimento do Esporte e Lazer nas Regiões do RS; Organização e Coordenação do Calendário Anual de Atividades e Eventos Esportivos no RS.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO, JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS

A Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos – SDSTJDH e suas vinculadas, Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE, Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul – FPERGS e Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades – FADERS, desenvolvem treze programas no PPA 2016-2019. São eles: Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades; Atendimento Socioeducativo no RS; Emprego, Trabalho e Renda; Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; Inclusão e Desenvolvimento Social; Integração e Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos; Política Estadual de Assistência Social do Estado do Rio Grande do Sul – PEAS/RS; Políticas para as Mulheres; Programa de Oportunidade e Direitos; Promoção da Paz e Prevenção ao uso indevido de drogas no RS; Proteção dos Direitos do Consumidor; Proteção e Acesso à Justiça; e Proteção Especial em Acolhimento.

Entre os programas diretamente executados pela SDSTJDH, no ano de 2017, destacam-se as seguintes realizações:

- Implantação de 6 Centros da Juventude para beneficiar 3.600 jovens por ano. A iniciativa faz parte do Programa de Oportunidades e Direitos (POD), o qual tem como foco a redução da violência a partir do aumento da escolarização e da inclusão no mundo do trabalho por meio da empregabilidade e do empreendedorismo juvenil. Os espaços estão localizados em Porto Alegre

(Centros da Juventude Cruzeiro, Restinga, Rubem Berta e Lomba do Pinheiro), Alvorada e Viamão.

- O início das obras do 18º Batalhão da Brigada Militar, em Viamão. Realização do projeto executivo da delegacia e base de segurança cidadã da Lomba do Pinheiro e projeto da reforma do 20º Batalhão e base de segurança cidadã no Rubem Berta.
- Foram realizados dois Seminários da Juventude e a Feira das Profissões, que mobilizou mais de 1.400 jovens nas seis regiões. Os eventos ofereceram palestras, oficinas, serviços como confecção de documentos e encaminhamento para vagas de estágio e emprego, orientação sobre cursos técnicos e universidades, além das atrações artísticas e culturais.
- Conclusão de reforma e Ampliação do CASE (Centro de Atendimento Socioeducativo) Novo Hamburgo. Essa reforma garantiu o aumento de 50% da capacidade de vagas na unidade. O novo prédio agrega áreas mais iluminadas e mais bem ventiladas, garantindo conforto ambiental de adolescentes e funcionários. O espaço traz o que existe de mais atualizado em tecnologias de água e rede hidrossanitária. Outrossim, possui áreas específicas para atendimento individual e em grupo, refeitório e área de lazer integrada.
- No âmbito do Programa de Oportunidades e Direitos, foram capacitados 709 agentes da Segurança Pública, na área de segurança cidadã e mediações, além de qualificação das equipes internas para a análise de delitos e qualificação de registros e da realização de dois seminários, um deles Internacional, sobre o tema de Segurança Cidadã e Policiamento Comunitário, contando com o apoio do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes – UNODC.
- Ainda como parte do componente de Prevenção Social da Violência do Programa de Oportunidades e Direitos – POD e em parceria com a Secretaria Estadual da Educação – SEDUC, foram realizadas 6 capacitações em Justiça Restaurativa e Comunicação Não Violenta, visando à redução de conflitos e à diminuição da evasão escolar, disponibilizando 360 vagas para integrantes da comunidade escolar (professores, pais, alunos e lideranças comunitárias) nos territórios atendidos pelo Programa.
- O Programa Escolha o Destino, que é uma ação integrada entre o Governo do Estado, os poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público, instituições governamentais, entidades sociais, empresas e cidadãos para atender crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade. Nele, as pessoas físicas e empresas destinam parte de seu Imposto de Renda devido a contribuições para projetos sociais. Devido a esse programa, foram firmados 56 convênios e termos de parcerias com entidades e prefeituras municipais do Rio Grande do Sul, cujo montante repassado foi de aproximadamente R\$ 3 milhões.
- No âmbito da Inclusão e Desenvolvimento Social, destaca-se o Programa Nota Fiscal Gaúcha, que repassou R\$ 4,5 milhões para entidades que atuam na área

de Assistência Social. Além disso, outro instrumento importante da política social, a Lei da Solidariedade, destinou aproximadamente R\$ 350 mil a projetos sociais.

- Recomposição do quadro de servidores da Assistência Social com a nomeação de mais de 15 assistentes sociais para acompanhamento e assessoramento técnico nos programas sociais.
- O Fundo Estadual da Assistência Social repassou R\$ 2 milhões, beneficiando 436 Fundos Municipais de Assistência Social. Por meio do cofinanciamento de recursos da União foram repassados aos CREAS regionais R\$ 710 mil.
- Na gestão Estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, foram realizadas assessoria, consultoria e acompanhamento a 215 municípios. Devido a esse esforço, 8 municípios aumentaram seus índices e saíram do nível de atenção quanto aos baixos indicadores de assistência social.
- Foram capacitadas 2.099 pessoas para atuar na rede de assistência social vinculada ao Programa Estadual de Educação Permanente para o SUAS – EducaSuas-RS.
- Capacitações e oficinas de integração e alinhamento do PIM/Criança Feliz. Esse Programa tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Destaca-se também o Projeto na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, no qual ocorre o acompanhamento dos bebês das apenadas, inclusive com orientações para as famílias.
- O PROCON reforçou sua atuação na proteção do consumidor com a criação de 19 balcões, os quais resultaram no atendimento de 30.000 pessoas. Foram realizados 5.485 atendimentos presenciais, na sede do PROCON/RS, e 319 pessoas capacitadas para atuar na área de defesa dos direitos do consumidor.
- Na área de políticas para as mulheres foram capacitadas 60 mulheres em reciclagem de papel, no município de São Borja, e 180 em construção civil, no município de Alvorada. As Unidades Móveis – Ônibus Lilás – atenderam mais de 1.000 mulheres em 15 municípios do Rio Grande do Sul.
- Com relação à temática dos Direitos Humanos, foram elaborados o Plano Decenal dos Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes e o Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.
- No que tange à temática LGBTT, foram realizadas capacitações de conselheiros governamentais, e foi produzido um material de divulgação e orientação do Disque 100. Além disso, promoveu-se o aumento das coordenadorias/assessorias da diversidade, de 3 para 12 órgãos, a partir dos diálogos com as gestões municipais. Criação de uma rede integrada entre gestão estadual, municipal e organizações da sociedade civil para resoluções de violações de direitos ou para a sua garantia. Foram realizadas visitas às casas prisionais do Estado com o objetivo de fazer um levantamento da situação de

LGBTTs em privação de liberdade e promover a criação de um grupo de trabalho para a implementação de políticas públicas.

- Na gestão do sistema de segurança alimentar nutricional sustentável, foram capacitados 890 gestores e técnicos. Outrossim, foram fornecidas 52.500 refeições na ação de implantação e implementação do Restaurante Popular.
- Continuidade do RS Acolhedor – Casas da Solidariedade – com o acolhimento de 3.400 pessoas que estiveram em trânsito e sem condições de autossustento durante o tratamento de doenças graves fora da localidade de residência.
- Criação de um novo espaço na internet (www.drogastofora.rs.gov.br) para divulgar informações a respeito dos serviços de utilidade pública sobre drogas.
- Atendimento de 300 adolescentes pelo programa POD RS Socioeducativo, o qual proporciona acompanhamento para desenvolvimento e autonomia aos jovens por meio de capacitação profissional e educacional, bem como consciência dos seus direitos e deveres na sociedade.

No Acordo de Resultados, a SDSTJDH foi responsável pelo alcance das seguintes metas:

- Elaboração do Plano Estadual de Assistência Social.
- Realização do II Encontro de Gestoras Municipais do RS, com a participação de 22 Municípios, cujo objetivo era divulgar informações sobre políticas públicas para as mulheres.
- Criação e lançamento da Cartilha do PROCON Fiscal Mirim.

A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades – FADERS contribui para o alcance dos objetivos do Programa Acesso e Garantia à Universalidade dos Direitos e à Inclusão das Pessoas com Deficiência e Pessoas com Altas Habilidades, com destaque para:

- Capacitação de 7.747 pessoas para atenção às deficiências e de 1.798 pessoas para atenção às altas habilidades.
- Coordenação e o acompanhamento de atividades paradesportivas reunindo 364 pessoas, sendo 168 PcD (4 PcD no Dia do Movimento Escolar Paralímpico; 47 paratletas no PARAJERGS; e 117 nas atividades da XXIV Semana Estadual da Pessoa com Deficiência). Acompanhamento de paratletas na 11ª Edição das Paralimpíadas Escolares – Etapa Nacional realizada no Centro de Treinamento Paralímpico de São Paulo – promovidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro, com a participação de 52 atletas.
- Atendimento de mais de 50 mil pessoas pela Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul – FADERS, sendo 17.934 pessoas com deficiência ou com altas habilidades em serviço de referência.

- Foram homologadas 15.531 credenciais de Passe Livre Intermunicipal para PcD, atingindo todas as microrregiões do Estado.

No Acordo de Resultados, a FADERS foi responsável pelo alcance das seguintes metas:

- Entrega da Plataforma EAD de cursos da FADERS.
- Ampliação do projeto praia acessível, com a capacitação de salva-vidas e compra de equipamentos.

A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – FASE contribui para o alcance dos objetivos do Programa Atendimento Socioeducativo no RS, com destaque para:

- Implantação da Revista Humanizada em praticamente todas as unidades de internação da FASE. O RS é pioneiro na adoção da prática, que irá eliminar a chamada visita vexatória.
- Conclusão do sistema de videomonitoramento em todos os CASEs, com recursos do BID, aprimorando e modernizando todas as unidades. Foram adquiridas 12 novas viaturas, distribuídas entre as unidades do interior e da capital, para reforçar o trabalho da entidade.
- Qualificação de 722 adolescentes. Os cursos oferecidos abrangem o Programa Aprendiz Legal, executados pelo CIEE dentro das unidades da FASE; o Centro de Convivência e Profissionalização da FASE; curso na área de estética e de garçom, oficinas de Edição de Imagem e Vídeo, de Skate e Montagem e Manutenção de Bicicletas.
- Foram realizados atendimentos de 3.600 adolescentes.
- Qualificação e valorização dos profissionais da FASE, com a capacitação de 2.409 servidores, e, através do Programa de Oportunidades e Direitos, a elaboração e implantação do Plano de Formação Continuada dos servidores.

No Acordo de Resultados, a FASE foi responsável pelo alcance das seguintes metas:

- Apresentação do Programa Permanente de Profissionalização.
- Média de 71% dos adolescentes desligados da FASE com PIA Egresso elaborado.

A Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul – FPERGS contribui para o alcance dos objetivos do Programa Proteção Especial em Acolhimento, com destaque para:

- Atendimento de 485 crianças, adolescentes e adultos em situação de risco e/ou vulnerabilidade social na modalidade de acolhimento institucional, nas cidades de Porto Alegre e Uruguaiana.
- Aquisição de 6 veículos SEDAN para a garantia de acesso dos acolhidos aos recursos para o seu pleno desenvolvimento.
- Atendimento em acompanhamento funcional de 185 profissionais. Nesse quesito, houve a qualificação dos servidores com foco no acolhimento institucional, saúde e segurança do trabalhador, qualidade de vida, avaliação de desempenho, reabilitação profissional, comunicação não violenta e treinamento de CIPA.
- Realização de 185 visitas para o acompanhamento às famílias/responsáveis das crianças e adolescentes em acolhimento.

No Acordo de Resultados, a FPERGS foi responsável pelo alcance da seguinte meta:

- Reforma da casa de vidro que será usada para cursos e oficinas para as crianças e os adolescentes acolhidos pela Fundação Proteção.

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social – FGTAS contribui para o alcance dos objetivos dos Programas Emprego, Trabalho e Renda; e Inclusão e Desenvolvimento Social, com destaque para:

- O desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda. Nessa ação, o Programa Gaúcho do Artesanato (PGA), que incentiva a profissionalização e fomenta a atividade artesanal com políticas de formação, qualificação e de apoio à comercialização, registrou 51.645 artesãos. Além disso, houve a promoção de cursos, oficinas e formações em artesanato, com qualificação de 629 pessoas. O PGA também participou de 17 feiras no RS e organizou 5 seminários para orientação de desenvolvimento de negócios e geração de renda.
- Nas relações com o mercado de trabalho, 21.544 trabalhadores foram inseridos no mercado de trabalho por meio das agências FGTAS/SINE; 174.731 carteiras de trabalho foram emitidas; e 67.477 vagas foram captadas.
- No campo da Inclusão e desenvolvimento social, 204.256 atendimentos foram realizados no Centro Humanístico Vida, e 1.510 entidades sem fins lucrativos tiveram certificado renovado.

No Acordo de Resultados, a FGTAS foi responsável pelo alcance da seguinte meta:

- Implantação do Sistema de agendamento eletrônico para a confecção de CTPs em todas as agências.

Ações para 2018:

Para o ano de 2018, a SDSTJDH e suas vinculadas planejam:

- No Programa de Oportunidades e Direitos, a construção de três novos Centros de Atendimento Socioeducativo (CASE), agregando mais 210 vagas para menores na rede de atendimento. Conclusão da construção da sede do 18º BPM para a implantação da Base Comunitária de Viamão. Construção da Delegacia Cidadã na Lomba do Pinheiro – 21ª DPC. Aquisição de três bases móveis de policiamento comunitário e cidadão nos bairros Restinga e Vila Cruzeiro, em Porto Alegre, e Vila Salomé em Alvorada. Planejamento e Execução dos Seminários de Juventude nos territórios do POD. Formação continuada aos agentes de segurança.
- Ainda no POD, a construção dos prédios definitivos dos Centros da Juventude nos bairros Cruzeiro do Sul, Restinga, Rubem Berta e Lomba do Pinheiro em Porto Alegre, Vila Salomé em Alvorada e da reforma do Prédio da Escola Ana Jobim em Viamão, que abriga o Centro da Juventude naquele município. A formação de 1.060 professores e integrantes das comunidades escolares em práticas de Justiça Restaurativa visando à diminuição da evasão escolar e da violência.
- Executar as ações de apoio à criação e fortalecimento de conselhos e organismos de políticas para as mulheres. Criação, qualificação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência. Fortalecimento e Manutenção da Rede de enfrentamento à violência e proteção às mulheres e meninas. Promover o empoderamento e a igualdade de gênero por meio do mundo do trabalho e do esporte. Promover o encontro binacional, Brasil e Uruguai, de Políticas Públicas para as Mulheres.
- Na área da Assistência Social, o monitoramento do índice de gestão descentralizada (IGD) do MDS, que mede a eficiência do Estado na gestão do Programa Bolsa Família (PBF) e Cadastro Único. Monitoramento da implementação e execução do programa Criança Feliz nos 78 municípios que aderiram ao programa. Implementação de capacitação do SUAS e do Programa Criança Feliz. Continuidade do Programa RS Acolhedor – Casas da Solidariedade. Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS/RS, com repasse de recursos para os Fundos Municipais de Assistência Social.
- Executar as ações de construção e aprimoramento das políticas públicas de direitos humanos, com a promoção de seminários, capacitação e encontros estaduais e regionais. Expansão da Política da Diversidade Sexual e Gênero.

Expansão e Fortalecimento do Controle Social no RS, do Programa Integração e Transversalidade das Políticas Públicas de Direitos Humanos.

- No Programa Promoção da Paz e Prevenção ao uso indevido de drogas no RS, executar as ações de apoio à repressão ao tráfico de drogas ilícitas e prevenção aos crimes conexos. Elaboração de material informativo e divulgação de informação dos serviços de utilidade pública sobre drogas.
- Promover a fiscalização, objetivando a proteção do Direito do Consumidor, com Programa Contra o Comércio Ilegal. Realização de cursos na Escola Superior de Defesa do Consumidor (SDC), por meio de convênio com as Universidades parceiras. Implementação do Projeto de Ações Integradas. Criação de órgãos de defesa, do Consumidor no RS (Câmara, Balcão ou PROCON).
- A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social prevê executar as ações de desenvolvimento do artesanato como geração de trabalho e renda. Promover eventos de orientação e qualificação profissional e social para trabalhadores. Atendimento à comunidade: Centro Humanístico Vida (Vida) e Parque de Recreação do Trabalhador (PRT);
- No Programa de Proteção e Acesso à Justiça, execução, fortalecimento e ampliação dos Programas RS Socioeducativo, de Proteção a Pessoas, do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas (PROTEGE).
- Garantir o acesso dos acolhidos, na Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul, aos recursos para o seu pleno desenvolvimento. Promover a inserção familiar e comunitária das crianças e adolescentes em fase de desligamento do Programa, bem como a sua inclusão no mercado de trabalho. Realização de eventos e atividades de qualificação profissional com certificação. Promoção de campanhas para a arrecadação de fraldas, material escolar e brinquedos.
- Implantação, pela FASE, da Política Nacional de Atenção Integral à saúde do adolescente em regime de internação. Qualificação da gestão e execução das atividades de apoio. Qualificação do atendimento socioeducativo e profissionalização dos adolescentes. Implantação do ponto eletrônico nos CASEs. Reforma na Sede Administrativa e construção do anexo escolar junto aos CASEs
- Executar ações de Políticas Públicas para as pessoas com deficiência (PcD) e pessoas com altas habilidades/superdotação (PcAH/Sd) como a homologação do passe-livre intermunicipal e a continuidade do projeto Praia Acessível. Sensibilização e capacitação de profissionais – cursos na área da deficiência visual e na área de altas habilidades/superdotação, oficinas com enfoque na pessoa com deficiência.

EDUCAÇÃO

A Secretaria da Educação (SEDUC) é o órgão gestor da educação pública no Rio Grande do Sul, contando com 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) sob sua coordenação direta. No PPA 2016-2019, a SEDUC é responsável pela execução de quatro programas: Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica, Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem, Ampliação do Acesso, Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional e Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares.

Quanto ao programa de Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares, cabe destacar as seguintes ações desenvolvidas durante 2017:

- Continuidade do trabalho da força-tarefa (Decreto nº 52.592/15), que foi estruturada para dar celeridade às obras escolares. Nesse contexto investiu-se em:
 - Reformas visando à qualificação da infraestrutura física/instalações das CREs e SEDUC;
 - Reconstruções, ampliações e reformas, procurando ofertar infraestrutura adequada aos alunos da rede pública estadual, bem como conservação do patrimônio público, atendendo as escolas públicas com espaços de educação integrada, adequando os espaços escolares à acessibilidade plena e ao Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio (PPCI);
 - Realização de obras emergenciais em escolas que se encontram em situações críticas, com os prédios em precário estado de conservação, atingidas por vendavais ou que apresentam problemas estruturais, rachaduras, infiltrações, redes elétricas e hidráulicas danificadas, dentre outros, objetivando dar segurança à comunidade escolar e ao patrimônio público;
 - Em 2017, foram destinados R\$ 86,6 milhões¹⁸ para reformas e ampliações da infraestrutura física das escolas;
 - No período, foram concluídas 156 obras escolares, incluindo as obras emergenciais das escolas e as obras/reformas via autonomia financeira. Além disso, 10 coberturas de quadras esportivas foram construídas, e 9 projetos de sondagem, fundação e/ou planialtimétrico de quadras esportivas foram concluídos.
- Além dessas obras escolares concluídas, obras/reformas nas escolas, CREs e SEDUC também estavam em andamento, o que totalizou 2.858 intervenções escolares no período, incluindo as demandas de Plano de Prevenção de Combate a Incêndio (PPCI), as novas escolas indígenas e também as obras/reformas: emergenciais; as do Plano de Necessidade de Obras (PNO); as com execução centralizada e via execução descentralizada; e as em escolas de tempo integral e de prédio histórico.
- No período, também foram atendidas 381 escolas com aquisição de mobiliário básico e equipamentos. O valor investido foi de R\$ 6 milhões, além dos

¹⁸Valores liberados pela Secretaria da Fazenda.

equipamentos básicos que estavam em estoque e que foram entregues às escolas.

A SEDUC é também responsável pelo programa do PPA de Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem. Os destaques no desenvolvimento do programa para 2017 foram:

- Oferta de Tempo Integral para 105 escolas, totalizando o atendimento de 18,7 mil alunos, incluindo os alunos das escolas agrícolas.
- Participação em ações educacionais e socioculturais na Educação Básica. Com isso, a SEDUC busca implementar ações que incentivem a participação da comunidade em diversas atividades, oportunizando a participação social e cidadã: 182 alunos com certificação de conclusão do Ensino Fundamental no ENCCEJA; 4.134 alunos com certificação de conclusão do Ensino Médio pelo ENEM; 121.959 alunos participantes dos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul — JERGS; 95 alunos participantes do Projeto Crianças e Jovens do Rio Grande Escrevendo Histórias;
- Ainda nos projetos para atendimento da educação básica com participação social e cidadã, ressaltam-se também: 467 escolas integrantes do Programa Mais Educação; 225 escolas participantes das atividades educativas e culturais e 86 escolas participantes do Programa Escola Aberta para a Cidadania.
- Entre os compromissos firmados pela atual gestão pública do Estado e presente no Acordo de Resultados, destaca-se o Programa de Formação Continuada dos Profissionais de Educação. Essa ação foi desenvolvida por meio de encontros, cursos, reuniões, fóruns, bem como por seminários regionais e estaduais, visando à qualificação profissional para melhor desempenho de suas funções que favoreçam a socialização de novas metodologias, troca de experiências, construção de novos conhecimentos, inclusive com a utilização de tecnologias no fazer pedagógico.
- As formações continuadas dos profissionais e dos gestores da educação, em 2017, envolveram 68.358 participantes. No período, ressaltaram-se as seguintes formações:
 - Cerca de 14.350 participantes das formações relacionadas às temáticas educacionais.
 - Realização de formações de incentivo ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) nos contextos escolares para 12.494 participantes.
 - Formações relacionadas ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, envolvendo 6.990 participantes.
 - Foram qualificados também em reuniões de trabalho e planejamento para discussão da política de gestão da SEDUC, profissionais das CREs e SEDUC.
- O Programa Escola Melhor, Sociedade Melhor contou com a adesão de 682 escolas e com 415 parcerias firmadas no período. Por meio do Programa, empresas e pessoas físicas puderam firmar parcerias com as escolas. Incluem-se nas doações: reformas e ampliações na estrutura física dos prédios escolares, doações de móveis, investimentos na área pedagógica com realização de formações continuadas para os professores, aquisição de

equipamentos tecnológicos, construções de áreas cobertas, aquisição e instalação de plataforma de acessibilidade, instalação de sistema fotovoltaico, projetos de paisagismo e jardinagem, equipamentos de informática e módulos de cursos nas mais diversas áreas. O valor estimado recebido pelas escolas através de doações de parcerias foi de R\$ 1,8 milhão.

- No ano de 2017, foram divulgados os resultados da avaliação de rendimento dos alunos da rede estadual (SAERS-RS). Ressalta-se que essa ação faz parte do Acordo de Resultados e, com base nos resultados do SAERS, a SEDUC promoveu: capacitação das Coordenadorias nos respectivos Polos, curso *on-line* para multiplicadores (CRE/SEDUC), curso *on-line* para professores, construção dos planos de intervenção com escolas, com objetivo de melhorar os índices de aprendizagem, monitoramento dos planos de intervenção das CREs pelo Departamento Pedagógico da SEDUC, avaliação dos resultados, encontro das escolas para apresentação dos resultados e apresentação de boas práticas dos planos de intervenção.
- Em 2017, as escolas tiveram seus regimentos homologados pelas Coordenadorias e foram orientadas a reelaborar seus Projetos Político Pedagógicos (PPP) em decorrência da Reestruturação Curricular proposta pela SEDUC, totalizando 2.159 escolas com os seus regimentos qualificados. Além disso, em 2017, cerca de 1.873 escolas de anos finais do ensino fundamental tiveram seus regimentos escolares reestruturados.
- No ano de 2017, foram entregues também 2.341 computadores novos para as CREs, SEDUC e escolas.
- Qualificação dos Espaços Escolares – Educação Básica. Assim como a Modernização Tecnológica, que colabora para a qualificação da educação, a SEDUC priorizou todo e qualquer espaço pedagógico no processo educacional. Essa ação significa a implementação desses espaços, através de equipamentos/materiais para bibliotecas, laboratórios de ciências, laboratórios de aprendizagem e outros.

No Programa Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica foram destaques as seguintes realizações no ano de 2017:

- Realização de atendimento de 902.555 alunos com alimentação escolarizada, através das modalidades do PNAE (tradicional, indígena e quilombola) e o complemento da alimentação escolar (escolas com até 100 e 200 alunos e ensino médio politécnico).
- Realização de transporte de 87.602 alunos das escolas estaduais, do meio rural. Destaca-se que, por meio de parcerias com os Municípios, de acordo com o PEATE/RS, ou pela contratação de empresas de transporte aos municípios que não aderiram ao Programa de Transporte Escolar, a SEDUC, com recursos do salário educação, ofereceu condições de acesso às crianças e jovens do meio rural, à Educação Básica e ao Ensino Médio no contraturno. Viabilizou-se, também, o transporte do meio urbano, onde o Estado não disponibiliza vagas próximas das residências dos alunos com o Projeto Vou à escola, transporte de alunos das Ilhas de Porto Alegre e demandas judiciais.
- Implantação da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE) em 479 escolas da rede estadual, uma iniciativa presente no Acordo

de Resultados do Governo. Com essas novas adesões, as CIPAVes já estão presentes em 2.383 escolas, de um total de 2.557, o que representa 93% da rede estadual de ensino. As Comissões articulam e qualificam as redes de proteção e atendimento às crianças e adolescentes, integradas aos Conselhos Tutelares, Órgãos e Ministério Público, Redes Municipais e Comunitárias, estimulando a participação da comunidade em ações de natureza socioeducativa, antidrogas, antiviolença, proibição do trabalho infanto-juvenil e de prevenção à gravidez precoce.

- Realização de 146 parcerias com entidades civis sem fins lucrativos e com órgãos Públicos visando à garantia ao acesso e à permanência.
- Em 2017, a SEDUC manteve 3 parcerias importantes com BIRD, FNDE/MEC e INEP. As ações firmadas com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, (PROREDES/BIRD), deram continuidade aos anos anteriores, para desenvolvimento dos Programas de Recuperação/Reformas das escolas e Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul, avaliação em larga escala — SAERS. Além disso, a SEDUC possui convênios com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE/MEC, acompanhados pelo SIMEC (Sistema de Monitoramento do MEC) e com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). São Convênios e/ou Termos de Compromisso que abrangem construção, reformas e ampliação de escolas, quadras escolares, formação de professores e Censo Escolar.
- Realização da Autonomia Financeira e Pedagógica das Escolas Estaduais, com todas as escolas da rede pública estadual recebendo recursos, o que totalizou um investimento de R\$ 92,2 milhões.
- Levantamento da demanda e do atendimento escolar por meio do Censo Escolar. A ação foi desenvolvida em parceria com o INEP/MEC para subsidiar as políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência dos alunos da rede pública estadual.
- Manutenção, qualificação e implantação/implementação de Sistemas Informatizados de Gestão, administrativo, pedagógico e de recursos humanos. A informatização da gestão qualifica as ações da SEDUC, Escolas e CREs, facilita as informações e dados mais precisos a respeito da Rede Estadual de Ensino. Essa ação proporcionou também a instalação de rede elétrica e lógica, visando à utilização dos sistemas e qualificação dos equipamentos e laboratórios de informática. No ano de 2017, a SEDUC manteve 2.557 escolas da rede, 30 Coordenadorias Regionais de Educação e a própria SEDUC com Gestão Informatizada.
- Aperfeiçoamento do ISE (Informatização da Secretaria da Educação), que é um programa de gerenciamento escolar, que possui dois módulos — Secretaria de Escola com ênfase ao aluno (matrículas, turmas, rendimento, documentação oficial, etc.) e Recursos Humanos, voltado para professores e demais servidores, utilizado por todas as escolas estaduais do RS. Em 2017, o sistema se tornou uma ferramenta com maior relevância, uma vez que o ISE apresenta os dados em tempo real sobre a demanda escolar, sempre atualizados.
- Manutenção das escolas de Educação Básica. A SEDUC visa atender, de forma centralizada, as despesas contínuas de manutenção e apoio às escolas de

Educação Básica, tais como água, energia, locações, encargos, entre outras. Desse modo, a eficiência na gestão com qualidade manteve-se como prioridade na Secretaria.

- O Programa Nota Fiscal Gaúcha visa repassar às escolas da rede estadual os valores da premiação, conforme disposto na Lei nº 14.020/2012. Os recursos repassados no ano de 2017 para entidades beneficiadas (escolas) pelo programa foram os seguintes: homologadas 4 etapas da Nota Fiscal Gaúcha (etapas 49 a 52), contemplando 623 escolas da rede estadual na 49ª etapa, 987 escolas na 50ª etapa, 976 escolas na 51ª etapa e 994 escolas na 52ª etapa.

No ano de 2017, foram realizadas as seguintes ações no programa Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional:

- Matrículas de 32.261 alunos em cursos técnicos e criação de 1.491 vagas em curso técnico de nível médio na rede pública estadual.
- Manutenção das escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. A SEDUC visa atender, de forma centralizada, as despesas contínuas de manutenção e apoio às escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, tais como água e energia.
- Reformas nos espaços escolares, procurando ofertar infraestrutura adequada aos alunos da rede pública estadual, bem como conservação do patrimônio público, nas escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, destacando-se a realização de obras emergenciais, em escolas que se encontram em situações críticas, que apresentam problemas estruturais, rachaduras, infiltrações, redes elétricas e hidráulicas danificadas, dentre outros, objetivando dar segurança à comunidade escolar e ao patrimônio público.
- Nesse período também foi implantado o sistema desenvolvido pela MSTech para informatizar o fluxo de mostras e feiras realizadas pela SUEPRO/SEDUC.
- Realização de capacitações, atualização e qualificação de gestores, professores e servidores da Rede Estadual de Educação Profissional.
- No período, foram firmados 3 Instrumentos jurídicos/convênios:
 - Termo de Cooperação — Parceria firmada com SENAI-RS e SEDUC que visa à formação gratuita dos alunos do ensino médio da rede pública estadual por meio de cursos a distância. Os cursos terão a vigência de 18 meses, podendo ser prorrogados pelo prazo de 60 meses. Em 2017, havia 1.213 alunos inscritos;
 - Termo de Cooperação — Parceria entre SENAC-RS e SEDUC, disponibilizando gratuitamente 2.000 vagas em cursos técnicos, sendo 200 vagas no segundo semestre de 2017 e o restante em 2018, na modalidade de educação a distância, para alunos do Ensino Médio de Rede Pública Estadual de Ensino das cidades de Canela e Guaíba. Os cursos terão vigência de 18 meses e poderão ser prorrogados pelo prazo de 60 meses.
 - Termo de Cooperação — Parceria formada entre SESI e SEDUC, visando formação gratuita dos profissionais da SEDUC, diretores de escolas, professores e servidores das escolas, CREs e sede, por meio do curso Gestão para Educação de Qualidade, modalidade a distância, com carga horária de 40 horas. Em 2017, 694 servidores concluíram o curso e 980

estavam matriculados. O curso terá vigência de 18 meses podendo ser prorrogado pelo prazo de 24 meses.

- Realização de mostras regionais de trabalhos das escolas da rede pública estadual e Feira Estadual das diferentes redes da Educação Profissional, bem como Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, com ações voltadas à pesquisa científica e tecnológica de Projetos, promovendo a participação de alunos e professores dessas escolas. Os destaques do período foram:
 - Em 2017, ocorreu a 14ª edição da Mostra das Escolas Estaduais de Educação Profissional (MEP), reunindo os melhores trabalhos de estudantes do setor nos eixos Ambiente e Saúde, Controle e Processos Industriais, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia, Produção Cultural e *Design*, Produção Industrial, Recursos Naturais, Segurança e Turismo, Hospitalidade e Lazer.
 - Em 2017, as escolas EEEM Ildefonso Simões Lopes, de Osório, CE Wolfran Metzler, de Novo Hamburgo, e CEEP Visconde de São Leopoldo, de São Leopoldo, participaram da 19ª Feira Internacional de Ciências e Tecnologia — CIENTEC, em Lima, no Peru, com a participação de 12 alunos/professores.

Por fim, as ações da SEDUC estão organizadas em articulação com a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, que desenvolve o programa Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato, destacando-se as seguintes realizações:

- Manutenção de 3.600 vagas de alunos provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul, entre eles: Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas, Estância Velha, Campo Bom, Portão, Sapiranga, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Feliz, Montenegro e Ivoti.
- Realização da 32ª Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC). A Feira promove integração entre as instituições de ensino, a pesquisa e o meio empresarial, possibilitando o desenvolvimento, a aplicação e a divulgação de novas tecnologias, sendo considerada a maior feira do gênero da América Latina. Em 2017, a MOSTRATEC reuniu 642 projetos de pesquisa de jovens cientistas do Estado, Brasil e de outros países nos pavilhões da FENAC, em Novo Hamburgo. Promoveu-se também, durante a mostra, eventos integrados como: SIET — Seminário Internacional de Educação Tecnológica, Robótica Educacional, atividades esportivas e culturais e MOSTRATEC Júnior. Quanto a esta última, estimulou-se, no ano de 2017, a mostra de trabalhos de iniciação científica da educação infantil e do ensino fundamental.
- Estabelecimento de 29 convênios e parcerias estratégicas, incluindo:
 - Convênios viabilizam premiações na 32ª MOSTRATEC. Foram firmados 18 convênios para apoio e reconhecimento a estudantes e professores partícipes da 31ª MOSTRATEC, resultando na distribuição de: 9 bolsas de estudo integrais para cursos de graduação para estudantes; 2 bolsas de estudos integrais para cursos de pós-graduação para professores; 11 bolsas de estudos para cursos de aperfeiçoamento profissional e de

língua inglesa; 7 prêmios de incentivo ao empreendedorismo, com incubação ou pré-incubação de projetos; um prêmio de registro de patente. Também foi firmado convênio para a participação de docentes de 5 instituições diferentes no processo de avaliação dos projetos dos estudantes.

- Convênios firmados entre a Fundação Liberato e duas universidades da região. Com a Universidade FEEVALE foi firmado convênio para Participação no Programa de Iniciação Científica Júnior FEEVALE, propiciando aos alunos a vivência da produção científica em seu aspecto metodológico e prático. Com a Universidade FEEVALE e com a Universidade La Salle foram firmados convênios que possibilitam a utilização dos equipamentos, máquinas e laboratórios dos cursos vinculados ao Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas situados em suas sedes, para fins educacionais, objetivando a pesquisa tecnológica.
- Realização de 8 parcerias com municípios da região para oferta de formação em projetos de pesquisa para professores do Ensino Fundamental.
- Realização de Seminários, tais como:
 - II Seminário de Pesquisa no Ensino Fundamental. O evento proporcionou a qualificação em pesquisa científica e tecnológica para 362 pessoas, contando com a representação de 14 Secretarias Municipais de Educação (59 profissionais), duas CREs e 95 professores de escolas municipais e estaduais.
 - VI Seminário de Acessibilidade Liberato Inclusiva e IV Seminário de Esporte Acessível. O Seminário contou com a participação total de 240 pessoas, incluindo gestores de prefeituras, entidades representantes da pessoa com deficiência, instituições, empresas da região e professores.
 - 24º Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET) e Congresso Internacional de Recursos Renováveis e Sustentabilidade (CIRReS). Os dois seminários ocorreram de forma integrada à 32ª MOSTRATEC.
- Por meio de dispensas para estudos acadêmicos e afastamentos sem ônus para eventos de formação, a instituição proporcionou capacitação de 112 servidores.
- A Fundação Liberato proporcionou também, por meio de sua Incubadora Tecnológica, possibilidades para novos negócios em diferentes áreas. No ano de 2017, 6 empresas foram incubadas, com destaque para: empresa voltada para desenvolvimento de *Software* de Automação Industrial para Refrigeração em indústrias frigoríficas alimentícias, empresa voltada para assessoria, projetos, montagens de quadros de comando e instalações elétricas industriais, empresa voltada para a expansão do mercado de energia fotovoltaica, empresa atuante em climatização de aviários e empresa de certificação da qualidade do azeite.
- Quanto à qualificação e ampliação da infraestrutura, foram realizados no ano de 2017:
 - Inauguração da Sala de Inovação na Fundação Liberato. A Sala de Inovação é uma parceria entre a Fundação Liberato e a Associação

- Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha (ACI);
- Reforma de infraestrutura — melhorias no Ginásio de Esportes (Carlos Armando Koch, da Fundação Liberato), com a instalação de novo piso na cancha de voleibol e a instalação de placares eletrônicos;
 - Reforma em nova área de convivência na Fundação Liberato: uma área de convivência, contemplando 317m² de área coberta, foi entregue à comunidade Liberato, qualificando os espaços para permanência dos estudantes em momentos de lazer, descanso e intervalos.
- Em 2017, entre aquisições e doações, o acervo bibliográfico da instituição foi ampliado em 290 obras, representando importante aporte nos recursos técnicos para a comunidade escolar.
 - Avaliação Institucional realizada com alunos ingressantes dos cursos diurnos de 2017, com o foco no processo seletivo, no perfil do aluno e nas condições de acolhimento pedagógico ao estudante por parte da escola.

Ações para 2018

- No programa **Acesso e Permanência com Qualidade na Educação Básica** estão planejadas as ações: Alimentação Escolar Qualificada para a Educação Básica; Articulação de Ações Transversais com Órgãos Públicos e Instituições da Sociedade Civil que Garantam o Acesso e a Permanência; Democratização e Eficiência da Gestão da Escola, CRE e SEDUC; Prevenção à Violência — CIPAVES — Comissões Internas de Prevenção a Acidentes e Violência nas Escolas; Transporte Escolar — Adesão ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar; Viabilização do Transporte Escolar.
- O programa **Ampliação do Acesso com Qualidade na Educação Profissional e Tecnológica da Fundação Liberato** prevê para 2018: Ampliação e manutenção de vagas nos cursos técnicos existentes e criação de novos cursos; Criação de cursos de ensino superior de graduação em áreas tecnológicas e licenciaturas em ciências e sua manutenção; Desenvolvimento de projetos de inserção institucional da Fundação Liberato na sociedade e no fomento à pesquisa; Modernização e qualificação dos recursos de apoio e dos equipamentos didático-pedagógicos; Qualificação da Gestão; Qualificação e ampliação da infraestrutura.
- No programa **Ampliação do Acesso e Qualificação Técnica de Nível Médio da Educação Profissional** serão executadas: Ações de mobilização e articulação, potencializando parcerias e convênios público-privados para investimentos na Educação Profissional pública estadual; Capacitação, atualização e qualificação de professores, servidores e gestores da Rede Estadual de Educação Profissional; Construção, ampliação e recuperação da rede física das escolas de Educação profissional; Criação e ampliação de vagas na Educação Profissional técnica de nível médio; Democratização e eficiência na gestão das Escolas de Educação Profissional e Superintendência de Educação Profissional — SUEPRO; Desenvolvimento e implementação do Sistema Tecnológico e Digital de Gestão Técnica, Pedagógica e Administrativa da Ed. Prof. na rede pública estadual; Implantação de proposta pedagógica específica da Educação Profissional em tempo integral nas escolas técnicas agrícolas; Modernização das escolas

técnicas, com ênfase às escolas agrícolas; Modernização e inovação dos equipamentos/mobiliários básicos dos cursos de Educação Profissional das Escolas da Rede Estadual; Promoção de ações voltadas à pesquisa científica e tecnológica, ao empreendedorismo e sustentabilidade nos cursos técnicos.

- No programa **Desenvolvimento do Processo Educacional e Qualificação da Aprendizagem**, estão planejadas: Ampliação da Oferta de Escolas em Tempo Integral; Apoio à Formação Inicial dos Profissionais da Educação; Atendimento da Educação Básica, Oportunizando a Participação Social e Cidadã; Formação Continuada dos Profissionais da Educação do Sistema Estadual de Ensino e Comunidade Escolar; Modernização Tecnológica — Escolas/SEDUC e CRE; Qualificação da Reestruturação Curricular, Projetos Políticos Pedagógicos e Regimentos Escolares; Qualificação dos Espaços Pedagógicos; Sistema de Avaliação da Educação Básica no Estado do Rio Grande do Sul — SAERS.
- Na **Melhoria da Infraestrutura Física e dos Espaços Escolares**: Qualificação da rede física através de construção, reconstrução, ampliação e recuperação; Qualificação dos espaços escolares, CREs e SEDUC com equipamentos e mobiliários básicos; Sustentabilidade Ambiental Escolas/SEDUC e CRE

OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

A Secretaria de Obras, Habitação e Saneamento – SOP vem executando, no PPA 2016-2019, os seguintes programas: Gestão de Obras Públicas, Programa Estadual de Saneamento e o Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento.

Em 2017, destacam-se as seguintes metas alcançadas na execução do programa Gestão de Obras Públicas:

- Convênios celebrados com municípios para cessão de uso de escavadeiras hidráulicas, que recuperaram aproximadamente 2.621 km de estradas vicinais e desassorearam cerca de 80 km de meios hídricos, beneficiando ao todo 55.885 famílias que habitam em áreas periurbanas e rurais.
- Prestação de serviços de arquitetura e engenharia, atendendo às demandas dos diversos órgãos da Administração estadual por projetos de edificações, de prédios novos, ampliações ou reformas em edificações públicas, resultou, em 2017, no gerenciamento 1.223 unidades de projetos. Os serviços somam aproximadamente 65 mil m² de projetos de arquitetura e 80 mil m² de projetos de engenharia, elaborados e, ou analisados e aprovados. Tais projetos atenderam, sobretudo, a demandas das Secretarias de Educação, de Saúde e da Segurança Pública.
- Implementação, em 2017, do Sistema de Gestão de Obras – SGO, com atendimento para as demandas de obras da Secretaria de Educação – SEDUC. Os módulos do SGO incluem desde a solicitação de uma obra, passando pela gestão da elaboração dos projetos, licitação e contratação da obra, até a

fiscalização e medição dos serviços executados em obra. O Sistema está apto e deverá ser implementado para atender aos demais órgãos da Administração do RS.

- Foram fiscalizadas e gerenciadas 559 obras em edificações públicas, localizadas em diferentes regiões do Estado, que somaram aproximadamente 310 mil m² de obras públicas.
- Entre os serviços prestados à Secretaria de Educação, se destacam a fiscalização das obras de reformas e ampliações em 76 escolas, em diferentes regiões do Estado, desse total, 55 obras foram concluídas ainda em 2017; e a fiscalização da construção de quadras poliesportivas cobertas, em 21 escolas de diferentes municípios do Estado, cujas obras estão em fase de conclusão. Foram elaborados projetos de arquitetura e engenharia e realizados serviços técnicos para obras em escolas indígenas, entre outras.
- Para a Secretaria de Segurança Pública, foram fiscalizadas as obras de reforma das Centrais de Polícia de Vacaria e de Viamão, concluídas em 2017. E, vêm sendo fiscalizadas, as obras da construção da Central de Polícia de Caxias do Sul, com área construída de 2.287,18m². Em Guaíba, estão sendo fiscalizadas as obras da Central de Polícia e Delegacia de Pronto Atendimento, com área construída de 697,81m², e também a obra da construção da Penitenciária Estadual, com capacidade de 672 vagas, com área de 14.411,30 m². Nos municípios de Santiago e Camaquã, estão sendo fiscalizadas as obras para ampliação dos Presídios Estaduais. Em Porto Alegre, destacam-se a fiscalização das obras do Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul, Instituto-Geral de Perícias– IGP, com sete pavimentos e área total de 11.734,44 m², e a obra de ampliação do Hospital da Brigada Militar – HBM para a construção do Centro Clínico, com área construída de 2.755,00 m².
- E, ainda, serviços de arquitetura e engenharia, realizados em 2017, contemplaram: projetos e obras de Cadeias Públicas, em Alegrete e em Rio Grande, a fiscalização da execução da obra do Complexo Prisional de Canoas e a construção da Penitenciária Estadual em Guaíba, além da execução da obra do Centro Regional de Excelência em Perícias Criminais do Sul, em Porto Alegre.
- Atendimento às solicitações da Central de Licitações da Secretaria de Administração – SMARH contemplou a elaboração de cerca de 200 pareceres técnicos, dentre relativos às análises de processos de licitação de obras, bem como processos de usucapião encaminhados pela Procuradoria-Geral do Estado, além de levantamentos topográficos e prediais, para futuros projetos a serem realizados para os órgãos do Estado.
- Execução e análise de orçamentos de obras resultaram na realização de mais de 80 planilhas orçamentárias de diferentes obras públicas, além de

pareceres técnicos em atendimento ao Tribunal de Contas do Estado – TCE e à Procuradoria-Geral do Estado – PGE.

- Serviços e projetos de arquitetura e engenharia foram realizados para o restauro do conjunto de edificações do Hospital Psiquiátrico São Pedro – HPSP e para a obra do museu arqueológico MARSUL em Taquara. Além do acompanhamento e análise técnica realizada pelo Departamento de Obras Públicas – DOP relativamente aos projetos de arquitetura e engenharia contratados para a restauração dos Museus Hipólito José da Costa, Júlio de Castilhos e Museu de Artes do Rio Grande do Sul.
- Foram executados Planos de Proteção Contra Incêndio – PPCI para o Instituto Psiquiátrico Forense e para as escolas indígenas: Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental – EEIEF Joaquim Gaten Casemiro e, Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental – EEIEF Gomercindo Jete Tenh Ribeiro.

Entre as metas alcançadas no Programa Estadual de Saneamento estão:

- Convênios celebrados para implantação de sistema de abastecimento de água potável e/ou sistemas de esgotamento sanitário, os quais beneficiaram mais de mil famílias, habitantes de distritos rurais e áreas periurbanas, em onze diferentes municípios.
- Poços perfurados em distritos e áreas rurais de 36 municípios, que suprirão o abastecimento de água de 3.836 famílias moradoras dessas localidades.
- Em atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, a ordem de início para a elaboração do Plano Estadual de Saneamento foi dada à empresa consultora, vencedora do certame licitatório, estando em elaboração o produto 1 previsto no Termo de Referência.
- Ainda, na gestão da política de saneamento, foi criado um Grupo Técnico – GT, composto por representantes das entidades e órgãos governamentais participantes do Conselho Estadual de Saneamento – CONESAN, para acompanhamento e aprovação dos produtos a serem entregues pela consultora, de acordo com as diretrizes definidas no Termo de Referência licitado para o Plano de Saneamento.
- Alcance de 95% do total esperado no indicador relacionado à regularidade dos contratos de prestação de serviços de saneamento pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.
- “Nível de Universalização de Água Urbano” atingido pela CORSAN, que correspondeu a 96,4% da meta. Contribuíram para o alcance desse indicador a ampliação do número de mais 48 mil economias atendidas por sistemas de abastecimento de água em 2017, em diferentes municípios do Estado. No mesmo período, o volume de reservação de água foi ampliado em mais de 14 mil m³, beneficiando 52 municípios e, em nove municípios, foram executadas

obras de reforma e ampliação de reservatórios, além de obras para implantação de redes de água, em onze municípios.

- Entre os esforços realizados para ampliar a capacidade instalada de tratamento de esgoto, se encontram em execução as obras de implantação de Estações de Tratamento de Esgoto – ETA em 14 municípios. Em outros 43 municípios, mais de quinze mil economias têm à disposição, atualmente, o serviço de tratamento de esgoto, em decorrência da conclusão da implantação de Sistemas de Tratamento de Esgoto em 2017.

As principais ações realizadas no Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento, em 2017, compreenderam:

- Execução de um diagnóstico com o objetivo de identificar, cadastrar e classificar as áreas do Estado próprias para regularização fundiária, a fim de avaliar quais etapas serão necessárias para a efetiva regularização e elaborar o Plano de Regularização Fundiária em áreas de propriedade do Estado. A compilação dos dados extraídos na pesquisa realizada no Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado, nos arquivos e banco de dados do DERER, resultou em 913 glebas e/ou lotes localizados em 51 municípios.
- Pavimentação de ruas e a drenagem pluvial no Loteamento João Goulart, obras realizadas por meio de convênio com o Município de Sapiranga, com o objetivo de apoiar o município na regularização fundiária de 420 famílias.
- Ações de regularização fundiária em áreas do Estado resultaram na emissão de Termos de Legitimação de Posse para 146 famílias, no Loteamento Morada Nobre, em Araricá, e para 122 famílias que habitam a Vila Juliano Moreira, em Porto Alegre.
- Regulamentação da área, por meio de processo judicial, do Loteamento Xará, para dar continuidade ao processo de regularização fundiária de 568 famílias, no município de Gravataí.
- Encaminhamento de processos para a execução de obras de infraestrutura: no Loteamento Santa Luzia, em Sapucaia do Sul, em processo de regularização fundiária de 438 famílias; no Loteamento Progresso, em Eldorado do Sul, onde tramita o processo de regularização fundiária de 436 famílias; e no Assentamento Liberdade, em Portão, em processo de regularização fundiária de 250 famílias.
- Produção de ações habitacionais de interesse social nos municípios, oportunizada por meio de doação pelo Estado de áreas da extinta COHAB/RS para o programa Minha Casa Minha Vida/FAR – Fundo de Arrendamento Residencial do Governo da União. As áreas doadas são destinadas à produção de empreendimentos habitacionais, totalizando 1.064 unidades conveniadas, para municípios localizados em sete diferentes Regiões Funcionais do Estado e,

para o reassentamento das famílias ocupantes da área destinada à construção da alça de acesso da nova ponte do Guaíba.

- Transferência para os moradores, por meio do repasse das escrituras, de mais de 800 moradias da extinta COHAB/RS, localizadas em 67 municípios do Estado.
- Monitoramento da produção de ações habitacionais, até a prestação de contas dos convênios, contratadas em parceria com municípios e agentes privados, mediante o repasse de recursos financeiros e/ou doação de áreas do Estado, inclusive complementando programas habitacionais da União. Tais convênios, anteriormente firmados junto aos municípios possibilitaram, desde 2015, a execução de mais de 4.960 unidades habitacionais destinadas a suprir a carência habitacional da população, com renda de até três salários mínimos, em 177 municípios do Estado.

Ações para 2018:

- No **Programa Gestão de Obras Públicas** serão executadas as seguintes ações: Elaboração, análise e orçamentação de projetos de arquitetura e engenharia de obras públicas; Gestão de ações para o desenvolvimento institucional; Apoio às obras públicas nos municípios do RS.
- No **Programa Estadual de Produção Habitacional, Regularização Fundiária e Reassentamento**, serão continuadas as ações: Aluguel Social; Apoio à Promoção da Política do Desenvolvimento Urbano nos Municípios do RS; Fomento às Ações de Regularização Fundiária nos Municípios; Produção de Ações Habitacionais; Transferência da Propriedade de Imóveis da COHAB-RS aos Moradores.
- No **Programa Estadual de Saneamento, a SOP, juntamente com sua vinculada CORSAN**, executarão as ações: Água; Promoção; Repasses de Convênios para Saneamento nos Municípios e Integralização de Capital – CORSAN; Saneamento Básico para Pequenas Comunidades.

SAÚDE

A Secretaria Estadual da Saúde (SES), conforme o planejamento do Plano Plurianual 2016-2019, possui ações distribuídas em quatro programas: Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde; Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; Gestão da Saúde e Infraestrutura; e Governança da Informação em Saúde. A seguir destacam-se os principais resultados da execução dos programas no ano de 2017.

- Redução da taxa de mortalidade infantil de 10,65 (em 2015) para 9,76 óbitos por 1.000 nascidos vivos em dezembro de 2017 (dados preliminares).

- No âmbito da ampliação e qualificação da assistência farmacêutica, 491 municípios foram beneficiados com recursos.
- No que se refere aos Centros de Especialidades, foram mantidos e implantados 34 centros de especialidade odontológica e 93 laboratórios regionais de próteses dentárias.
- Na ampliação da Rede de Urgência e Emergência foram construídas e equipadas duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24 Horas, e sete UPAs foram habilitadas pelo Ministério da Saúde (Pelotas, Viamão, Cachoeira do Sul, Sapucaia do Sul, Gravataí e Uruguaiana, Caxias do Sul).
- As ações de regulação do acesso aos leitos sob gestão estadual ou sob gestão municipal de municípios sem central de regulação são realizadas pela Central Estadual de Regulação Hospitalar (CRH/RS). Atualmente, a CRH/RS regula, sob demanda, acesso a leitos de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI), traumatologia, psiquiatria, contrarreferência e enfermarias adulto e pediátrica para situações especiais.
- No que diz respeito à ampliação e qualificação da regulação do acesso, um total de 285.321 chamados feitos para o serviço de Atendimento Móvel de Urgência Estadual foram regulados por médico, e 955.578 consultas especializadas e exames foram regulados, além de 9.530 solicitações de internação em UTI reguladas.
- Para 92% das transferências hospitalares para UTI, a unidade de destino estava a uma distância inferior a 300 km e, em relação ao tempo de conclusão, 17,9% foram concluídas em menos de 2 horas.
- Foram efetivados 300 doadores de órgãos, e 2.245 transplantes foram realizados ao longo de 2017, sendo que esses produtos fizeram parte do Acordo de Resultados.
- A Planificação da Atenção à Saúde, projeto proposto pelo Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), oferece apoio técnico a equipes gestoras municipais e trabalhadores da área para qualificar a organização da rede de acordo com os princípios do SUS. Em 2016, a Planificação foi concluída na 4ª Coordenadoria Regional de Saúde (CRS) e, em 2017, foram desenvolvidas quatro Oficinas de Planificação da Atenção Primária à Saúde na 18ª CRS, abrangendo 100% dos municípios pertencentes às regiões de saúde 4 e 5.
- No que diz respeito à saúde da pessoa com deficiência, foram concedidos 23.792.514 insumos de saúde, além de 64.445 órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.

- Buscando garantir atendimento ambulatorial e hospitalar na rede própria, foram realizados 225.000 atendimentos ambulatoriais, e foi realizado o matriciamento em 2 hospitais próprios.
- No contexto da Vigilância em Saúde, 59 Municípios do Estado implantaram a testagem rápida das hepatites virais B e C em Unidades de Saúde da Atenção Básica.
- No âmbito do Programa Estadual de Vigilância e Controle do *Aedes Aegypti*, projeto prioritário com monitoramento intensivo em 2017, foram realizadas supervisões, monitoramentos e avaliações das ações de vigilância entomológica nos municípios do Rio Grande do Sul, além de treinamentos de servidores da área da saúde.
- A Secretaria participou do Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO) através do monitoramento de resíduos de agrotóxicos na água, busca ativa de casos de intoxicação por agrotóxicos e elaboração de nota técnica sobre o fluxo das notificações da intoxicação por agrotóxicos.
- Ao longo do ano, a proporção média de análises realizadas em amostras de água para consumo humano foi de 86,2%, ficando acima da média estabelecida no acordo de resultados de 2017, que era de 85%.
- Entre as ações realizadas pela Vigilância Epidemiológica, destaca-se a 19ª Campanha Nacional de Vacinação contra a *Influenza*, ocorrida nos meses de abril e maio de 2017. Além dos grupos já tradicionalmente incluídos, em 2017, a vacinação se estendeu aos professores. O Rio Grande do Sul aplicou, durante o período, mais de 3.885.000 doses, com uma cobertura, entre os grupos prioritários, de 86,20%.
- Em relação à implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação das Linhas de Cuidado, foram mantidos e habilitados 12 Ambulatórios de Gestante de Alto Risco (AGAR), localizados em Caxias do Sul, Estrela, Ijuí, Pelotas, Porto Alegre (quatro ambulatórios), Santa Rosa, Santo Ângelo, Tramandaí e Uruguaiana. Também foram mantidos 15 Ambulatórios de seguimento de egressos de UTI Neonatal, localizados em Alegrete, Bagé, Canoas, Caixas do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre (cinco ambulatórios), Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Santo Ângelo.
- Em maio de 2017, foi publicada a Resolução CIB/RS nº 206/2017, que pactua a organização da Rede de Atenção ao Parto e Nascimento de forma regionalizada, bem como o cofinanciamento do parto no Estado do Rio Grande do Sul.

- Em julho de 2017, foi publicada a Portaria SES/RS nº 359/2017, que regulamenta a transferência de recursos financeiros estaduais para cofinanciamento das ações e serviços nas Unidades de Atenção Hospitalar, que compõem a Rede de Referência para Atenção ao Parto e Nascimento, do Sistema Único de Saúde, no Estado.
- Ao total, foram mantidos e ampliados 249 Dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial, além de 441 Dispositivos Estaduais desse tipo em 2017. Também foram mantidas e habilitadas 39 Equipes de Atenção Domiciliar, sendo 24 na RF 1; 4 na RF 2; 3 na RF 3; 2 na RF 4; 5 na RF 5; e 1 na RF 7.
- Em relação à saúde prisional, foram mantidas e habilitadas 28 equipes de saúde prisional do Estado.
- Foram habilitados seis Hospitais de Referência à Gestante de alto risco.
- Ainda, foram mantidos e implantados 104 Programas de Combate ao Racismo Institucional na Atenção Básica.
- Foram acompanhados 743.804 usuários, com avaliação do estado nutricional, pela Atenção Básica.
- Foram credenciadas 10 novas vagas em comunidade terapêutica.
- Buscando a Qualificação da Atenção Básica, foram mantidas e implantadas 972 Equipes de Saúde Bucal, 2.023 Equipes de Saúde da Família e 156 Núcleos de Apoio à Saúde da Família. Também foram beneficiados, com recursos, 238 hospitais prestadores de serviços ao SUS, distribuídos por todas as Regiões Funcionais do Estado.
- O Primeira Infância Melhor (PIM) atendeu 53.860 famílias, em 249 municípios com o PIM implantado, contando com 2.693 visitantes habilitados. Em função de sua importância, o PIM constou no Acordo de Resultados 2017.
- Buscando a qualificação dos serviços ambulatoriais e hospitalares, foram realizadas 5.023.578 consultas médicas especializadas eletivas, de janeiro a outubro de 2017. Também foram realizadas 226.973 internações cirúrgicas.
- Foram mantidos e habilitados 54 leitos de referência para atendimento da população prisional.
- Ao total, foram mantidos 1.978 leitos de saúde mental em Hospital Geral e Hospital Especializado.

- Mantidos e habilitados 48 leitos em hospital de referência à gestante de alto risco, e 185 Unidades de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional (UCINCO) foram cofinanciadas, mantidas e ampliadas.
- Além disso, 91 serviços integrados na atenção especializada ambulatorial/hospitalar foram contratualizados, os quais são serviços de caráter eletivo, implantados em unidades intra ou extra-hospitalares, em diversas áreas como: otorrinolaringologia, cardiologia, bucomaxilofacial, traumatologia, cirurgia geral, neurologia, urologia e oftalmologia.
- Em 2017, foi lançado o *Projeto Teleoftalmo* a serviço da saúde ocular, com a implantação de oito consultórios remotos. Duas unidades estão instaladas em Porto Alegre, no Hospital Restinga e Extremo-Sul, e uma nas cidades de Farroupilha, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Santa Rosa.
- Em relação à prestação de serviços e disponibilização de insumos estratégicos para o SUS, foram coletadas 6.121 amostras de medula.
- Realizada a coleta de 54.338 bolsas de sangue. Também foram produzidos 89.054 e disponibilizados 72.979 hemocomponentes.
- Realizadas 4.035 investigações genéticas, incluindo análises de Paternidade/Maternidade, Testes do Pezinho, além de Investigações genéticas de doenças raras realizadas para todo o Estado, e realizados 26.732 teleatendimentos toxicológicos e de diagnóstico por imagem.
- Realizadas 585 capacitações e eventos em diversas áreas, como gestão da informação (2), vigilância em saúde (267), planejamento em saúde (9), ouvidoria (14), assistência farmacêutica (6), urgência/emergência (12), além de outras direcionadas a servidores da SES (6), trabalhadores envolvidos no SUS (74) e para qualificação da atenção básica e linhas de cuidado (195).
- Foi ofertado um curso de pós-graduação *lato sensu* e implementados 19 cursos técnicos de saúde, além de terem sido estabelecidos 25 termos de cooperação técnica com instituições de ensino.
- Conclusão da Residência Integrada em Saúde por 55 profissionais.
- Um total de 119.885 pessoas da comunidade foram informadas nas ações de prevenção toxicológica promovidas pelo CIT, além de campanhas de orientação e esclarecimentos sobre a contaminação por pesticidas agrícolas ou domésticos, substâncias químicas de uso doméstico ou industrial, plantas tóxicas, animais peçonhentos, medicamentos de uso humano ou animal, drogas lícitas e ilícitas ou qualquer outro agente potencialmente tóxico.

- Desenvolvidos nove métodos de diagnóstico e realizadas duas parcerias com instituições de ensino e pesquisa.
- Em relação à definição de Prioridades em Pesquisa para o SUS no Rio Grande do Sul, a Política de Pesquisa da Secretaria de Estado da Saúde definiu cinco eixos prioritários para apoiar as atividades de pesquisa científica, tecnológica ou de inovação: 1. Redução de morbimortalidade; 2. Qualificação da organização da rede de atenção; 3. Ações de educação para o SUS; 4. Desenvolvimento e avaliação de tecnologias em saúde; e 5. Determinantes e condicionantes socioambientais do processo saúde/doença.
- Foram desenvolvidos 44 projetos de pesquisa e publicados 38 trabalhos científicos ao longo de 2017.
- A fim de aprimorar a relação entre a SES, os municípios e o Poder Judiciário no enfrentamento às demandas judiciais, desenvolvendo estratégias que busquem a redução das ações movidas contra a SES e a racionalização da utilização dos recursos, 100% das demandas judiciais existentes foram atendidas em 2017.
- Buscando ampliar e descentralizar a Ouvidoria do SUS, visando ao fortalecimento da escuta do cidadão enquanto instrumento de avaliação da qualidade da gestão do SUS, a ouvidoria do SUS municipal foi implantada em 26 municípios, e 17 ouvidorias regionais do SUS foram implementadas, representadas nas diferentes Regiões Funcionais do Estado.
- No que diz respeito à gestão do trabalho em saúde, foram realizados 30 eventos abordando temas relacionados à saúde do servidor.
- Em relação à construção de Plataformas de Gestão, Desenvolvimento de Arquitetura da Informação e Ferramentas Integradas em Saúde, em 2017 foram criados três painéis de BI (*Business Intelligence*) para a gestão da SES, sendo eles: Painel da Pactuação Interfederativa 2017-2021, Painel de Pagamentos do Fundo Estadual de Saúde e Painel de Regionalização do Parto, Violências e e-SUS.
- Também foram assinados dois contratos com a PROCERGS para o desenvolvimento de novos sistemas para a SES, são eles: o IntegraSUS, com execução iniciada em julho de 2017, que prevê a integração das bases Sistema de Cadastramento de Usuários do Sistema Único de Saúde (CADSUS), Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais do SUS (SIGTAP) e Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) para que o Estado possa contar com bancos de dados atualizados destas nas suas aplicações.

- O SIGAH, ainda em fase de projeto preliminar, irá apoiar tecnologicamente o processo de identificação de necessidades, planejamento, regulação, contratação, monitoramento, pagamento e avaliação dos serviços da atenção ambulatorial e hospitalar dos municípios do Rio Grande do Sul.
- O portal BI Gestão Municipal, que disponibiliza informações sobre os indicadores de saúde, permite o acompanhamento da mortalidade infantil semanal e traz informações sobre infecções sexualmente transmissíveis, atenção primária, de média e alta complexidade.
- Elaborado o Mapa de Agravos e Riscos em Saúde do Trabalhador.

Ações para 2018:

- No **Programa Qualificação e Financiamento da Rede de Atenção Consolidando a Regionalização da Saúde**, em 2018, serão executadas as ações: Ampliação de Leitos Hospitalares; Ampliação e Qualificação da Assistência Farmacêutica; Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Centros de Especialidades/Referências de Diagnósticos e Tratamento; Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Rede de Urgência e Emergência; Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Regulação do Acesso; Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Saúde da Pessoa com Deficiência; Ampliação e Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Próprios; Fortalecimento, Ampliação, Qualificação e Regionalização da Vigilância em Saúde; Gestão da Comunicação; Implantação das Redes de Atenção à Saúde Regionalizadas, com a Implementação de Linhas de Cuidado; Nota Fiscal Gaúcha/SES; Prestação de Serviços e Disponibilização de Insumos Estratégicos para o SUS; Programa de Saneamento (PROSAN); Qualificação da Atenção Básica; Qualificação da Atenção Secundária e Terciária: Estabelecimento das Referências; Qualificação e Ampliação da Atenção Secundária e Terciária: Serviços Ambulatoriais e Hospitalares.
- No **Programa Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação**, em 2018, serão executadas as ações: Educação em Saúde; Fortalecimento da Residência Integrada em Saúde; Implementação da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde; Realização de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde.
- No **Programa Gestão da Saúde e Infraestrutura**, em 2018, serão executadas as ações: Aprimoramento das Relações entre a SES, os Municípios e o Poder Judiciário no Enfrentamento às Demandas Judiciais; Aprimoramento das Relações entre Estado, Municípios, União e Organismos Nacionais e

Internacionais Mediante Cooperação e Gestão Compartilhada; Formulação da Política Estadual de Laboratórios de Vigilância em Saúde; Formulação da Política Estadual do Sangue e Hemoderivados; Fortalecimento da Auditoria do SUS; Fortalecimento da Infraestrutura do Nível Central e Regional da SES; Fortalecimento da Ouvidoria do SUS; Fortalecimento das Instâncias de Participação Social e Pactuação no SUS; Gestão do Trabalho em Saúde; Institucionalização do Planejamento, Monitoramento e Avaliação do SUS; Política de Enfrentamento aos Desastres Ambientais.

- No **Programa Governança da Informação em Saúde**, em 2018, serão executadas as ações: Construção de Plataformas de Gestão, Desenvolvimento de Arquitetura da Informação e Ferramentas Integradas em Saúde.

SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública – SSP atua conjuntamente com seus órgãos vinculados: Brigada Militar (BM); Corpo de Bombeiros Militar (CBM); Polícia Civil (PC); Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE); e Instituto-Geral de Perícias (IGP). No PPA 2016-2019, a SSP desenvolve três programas: Administração e Modernização do Sistema Prisional; Prevenção e Repressão à Criminalidade; e Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar. Em 2017, cabe destacar as seguintes realizações no âmbito dos programas citados:

- A SSP foi reestruturada, com a redução de divisões e o retorno de mais de 75 policiais civis e militares para a atividade-fim.
- Foi realizado concurso público para inclusão de 6.100 profissionais, sendo: 4.100 soldados e 200 oficiais para a Brigada Militar; 450 soldados e 50 oficiais para o Corpo de Bombeiros Militar; e 1.200 inspetores e 100 delegados para a Polícia Civil.
- Já foram chamados 1.488 soldados (1.018 formados e 470 em curso de formação) e 24 oficiais para a Brigada Militar; 436 soldados (260 formados e 176 em formação) para o Corpo de Bombeiros Militar; 557 inspetores e escrivães (442 formados e 115 em formação) para a Polícia Civil.
- Para a Superintendência de Serviços Penitenciários, foram chamados 480 servidores para o curso de formação. Estão aguardando chamamento outros 106 servidores (35 peritos criminais, 35 peritos médico-legistas e 36 técnicos em perícias para o Instituto-Geral de Perícias) e outros 240 para os serviços penitenciários.
- Houve um incremento do Orçamento da SSP em 20% em relação à 2016, com gastos em 2017 de cerca de R\$ 4 bilhões e 57 milhões.

- Foi criada uma força-tarefa para gestão de obras, desde a elaboração até a execução propriamente dita, com o objetivo de agilizá-las e, por conseguinte, proporcionar a utilização dos imóveis com a máxima celeridade possível.
- A construção do Centro Integrado de Excelência em Perícias Criminais do Sul ultrapassa os 30 % da obra concluídos e investimento de R\$ 30 milhões, verba do Governo Federal e contrapartida do Estado do RS.
- A Operação Desmanche combate a receptação e o desmanche de veículos roubados ao coibir o funcionamento de estabelecimentos irregulares. Desde fevereiro de 2016, foram realizadas 54 edições, resultando na prisão de mais de 60 pessoas, mais de três mil toneladas de sucata automotiva apreendidas, além de 90 locais interditados em 27 municípios.
- A Operação Desmanche já passou pelos municípios de: Santa Maria, Carlos Barbosa, Sapiranga, Eldorado do Sul, Erechim, Guaíba, Porto Alegre, Cachoeirinha, Portão, Gravataí, Viamão, Sapucaia do Sul, Canoas, Novo Hamburgo, Montenegro, Pelotas, São Sebastião do Caí, Estrela, Parobé, Esteio, Alvorada, Camaquã, Caxias do Sul, Arroio dos Ratos, Capão da Canoa e Torres. A operação é resultado da união de esforços entre Polícia Civil, Brigada Militar, Instituto-Geral de Perícias e DETRAN/RS.
- Destaca-se que a SSP e suas vinculadas estão realizando diversas ações que têm como objetivo a redução de homicídios, tais como o aumento das ações de visibilidade e operações de enfrentamento às organizações criminosas, especialmente as ações que envolveram a Operação Pulso Firme, a partir do mês de julho, com a desarticulação das lideranças das organizações criminosas.
- Observa-se que, no período de janeiro a outubro, no ano de 2017, o número de latrocínios foi cerca de 17,5% abaixo do número de ocorrências registradas no ano de 2016. Considera-se que o reforço nas atividades de polícia ostensiva, com reforço do efetivo nas cidades da Região Metropolitana, bem como, nos últimos meses, a atuação dos policiais militares formados, além da investigação qualificada e operações realizadas possibilitaram a redução.
- O Governo do Estado já investiu R\$ 12,6 milhões na compra de viaturas para a Segurança Pública. Foram R\$ 6,1 milhões para a BM e o Corpo de Bombeiros Militar; R\$ 4,4 milhões para a Polícia Civil; R\$ 328 mil para a Superintendência dos Serviços Penitenciários; e R\$ 1,7 milhão para o Instituto-Geral de Perícias.
- A parceria com o Governo Federal também gerou investimentos no reaparelhamento das instituições vinculadas à SSP. O Ministério da Justiça e Segurança Pública repassou 20 viaturas para o IGP; 14 para a SUSEPE; 12 para a BM; quatro para a PC; e duas para o CBMRS.
- O Sistema de Segurança Integrada com os Municípios (SIM) foi implantado em abril de 2017 visando unir esforços entre instituições federais, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada para o enfrentamento da violência e da criminalidade no Rio Grande do Sul. O SIM está calcado em cinco vetores de

integração: prevenção; operações; tecnologia; inteligência e informações; e ressocialização e sistema penitenciário.

- Atualmente, 77 municípios estão em processo de adesão ao SIM. O acesso ao programa pode ser feito *on-line*, sendo realizado de acordo com a estrutura disponível, sem a necessidade de criação de novos órgãos que gerem custos.
- Foram criadas delegacias especializadas na repressão e combate aos crimes rurais e abigeato, com sedes em Bagé, Camaquã e Santiago. Os municípios de Cruz Alta e Rosário do Sul terão as unidades complementares.
- Foi criada em Canoas a Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Entorpecentes e Capturas, na circunscrição da 2ª Delegacia de Polícia Regional Metropolitana.
- Foi concluída a construção de prédio para Central de Polícia de Caxias do Sul, e está em andamento a obra da Central de Polícia de Viamão.
- No âmbito do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD), em 2017, foram realizados 75 Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs), bem como a criação e monitoramento de 141 casos utilizando o Sistema Nacional de Investigação de Movimentação Financeira.
- A Secretaria da Segurança Pública, por meio de suas vinculadas, realiza ações específicas de combate ao tráfico de drogas. Em 2017, foram 296 operações desencadeadas pela Polícia Civil, com destaque para a Operação Pura, que ocorreu em dezembro de 2017 e resultou na apreensão de 45 quilos de cocaína em Novo Hamburgo, a maior quantidade apreendida no ano. Em junho, a Operação Rosa dos Ventos possibilitou o recolhimento de uma tonelada de maconha, em Eldorado do Sul e, em março, também foram recolhidos 300 pontos de LSD, em Gravataí.
- Foram apreendidas, em 2017, mais de 11,2 toneladas de drogas no Estado, maconha, cocaína, *crack* e haxixe. O montante é 7% maior que a quantidade recolhida em 2016. Além disso, mais de 18 mil comprimidos de *ecstasy* e oito mil pontos de LSD foram retirados das ruas, um aumento de 26% e 67%, respectivamente. Em 2017, foram apreendidos e sequestrados bens móveis e imóveis e dinheiro do crime organizado, cujo a soma ultrapassa R\$ 60 milhões.
- O Estado também promove atividades de prevenção ao uso de drogas, como o Papo de Responsa, desenvolvido pela Polícia Civil nas escolas do RS, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), da Brigada Militar, além da Comissão Interna de Prevenção a Acidentes e Violência Escolar (CIPAVE), programa desenvolvido pela Secretaria Estadual da Educação. O PROERD formou, em 2017, mais de 44 mil alunos.
- O Colégio Tiradentes contou com a matrícula, em suas 7 unidades, de 1.400 alunos de Ensino Médio.

- Em 2017, foram qualificados mais de 13 mil servidores da Brigada Militar; 2,2 mil servidores da Polícia Civil; 211 servidores do IGP; e 733 servidores da SUSEPE.
- O IGP emitiu, em 2017, cerca de 172 mil laudos de perícia oficial e cerca de 826 mil carteiras de identidade.
- De dezembro de 2016 a dezembro de 2017, houve um aumento de 3.446 pessoas privadas de liberdade, sendo que atualmente o Estado conta com mais de 37 mil presos.
- Também houve aumento no número de usuários da tornozeleira eletrônica. De 1.600 em 2016, subiu para 2.400 monitorados em 2017. Além disso, uma equipe técnica foi formada para trabalhar exclusivamente com os bloqueios do equipamento por meio de papel alumínio.
- O Grupo de Ações Especiais da SUSEPE (GAES), responsável pelas operações, revistas e escoltas de maior periculosidade, passou 142 dias em operações e 48 dias em escoltas de risco. Já o total de revistas realizadas por agentes penitenciários nos estabelecimentos prisionais do Estado foi de 370. As apreensões de materiais ilícitos advindos de arremessos e localizados no entorno dos presídios pelos agentes de plantão totalizaram em 4.163 celulares, 1.884 *chips*, 1.458 armas brancas/estoques, 108 serras/limas, 82.700 kg de maconha, 1.976 kg de cocaína, 1.670 kg de *crack*, 7.206 de drogas sintéticas e mais de 90 litros de bebidas alcoólicas.
- Em outubro de 2017, foi aberto o Complexo Penitenciário de Canoas 2, que tem capacidade para 905 vagas em regime fechado – destas, cerca de 350 já estão ocupadas. Já opera, também, o Complexo Penitenciário 1, de Canoas, com capacidade para 393 vagas.
- Em Lajeado, foi inaugurado um presídio feminino, com capacidade para 84 mulheres, construído em parceria com a comunidade local, Poder Judiciário e Prefeitura.
- Em Porto Alegre, três novos Centros de Triagem foram postos em operação, com cerca de 300 vagas para presos provisórios. O primeiro foi construído na Zona Leste e o dois outros ao lado da Cadeia Pública de Porto Alegre.
- Foi feita a permuta de áreas do Estado por obras, com a troca do terreno da Fundação de Recursos Humanos do Estado para construção de um presídio de 400 vagas, a ser construído na área da Cadeia Pública de Porto Alegre, e uma área do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem para construção do presídio de Bento Gonçalves.
- Está em andamento projeto para construção de um presídio federal de segurança máxima em Charqueadas, com capacidade para 208 detentos.
- As cidades de Viamão e Alegrete receberão presídios, que já foram orçados em R\$ 24 milhões, para 460 apenados do regime fechado, e o segundo na ordem de R\$ 16,5 milhões e capacidade para 286 apenados em regime fechado.

- Em 2017, foram viabilizadas 3.358 vagas de trabalho para presos. Os empregos são firmados por um Protocolo de Ação Conjunta (PAC), que possibilita entidades privadas ou públicas a oferecerem trabalho renumerado aos apenados. O ano fechou com 201 PACs.
- Atualmente, o total de presos trabalhando é de 11.174. O trabalho prisional neste caso inclui não só os PACs, mas também contratações via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), profissionais autônomos e as ligas laborais, que são atividades sem remuneração que ocorrem dentro das casas prisionais, como cozinha, artesanato e manutenção. As ligas laborais oferecem o direito à remição, em que, a cada três dias trabalhados, há diminuição da pena em um dia.
- O ano de 2017 também foi marcado pelo número de presos inscritos no Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (ENCCEJA 2017), que teve um total de 3.548 presos inscritos. O ENCCEJA é um exame gratuito e voluntário, que serve para oferecer o certificado de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A participação no ENCCEJA é destinada a jovens e adultos, inclusive a pessoas privadas de liberdade, que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos.
- Outra avaliação de que os presos das unidades prisionais do Estado participaram foi o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Elaboradas pelo Governo Federal/Ministério da Educação, as provas do ENEM servem para verificar o domínio de competências e habilidades dos estudantes, após concluírem o Ensino Médio.
- O objetivo da avaliação é oferecer aos detentos uma oportunidade de ingressarem no nível superior. Em 2017, 482 presos fizeram a prova do ENEM PPL. Atualmente, 2.540 presos seguem estudando nas casas prisionais do RS.
- A assistência e a promoção da saúde também são fatores importantes que auxiliam na inclusão social das pessoas privadas de liberdade. De abril a maio de 2017, a SUSEPE viabilizou a vacinação contra a gripe H1N1 em 100% dos estabelecimentos prisionais, além do órgão central. Servidores e presos foram imunizados. Além da imunização contra a gripe, ocorreram diversos mutirões para testes rápidos de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), como HIV/AIDs, hepatites e sífilis.
- A SUSEPE inaugurou três salas de videoaudiência na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC) para a realização de audiências judiciais mediante a utilização de tecnologia de videoconferência. Um dos objetivos da implantação é reduzir o número de não apresentações em audiências e agilizar os processos. A tecnologia de videoconferência permite a integração da PASC com 48 comarcas. Os espaços também contam com uma cabine à prova de som, que permite que o réu converse com seu advogado ou defensor público.

- Atualmente, existem outras sete salas de videoaudiência em reforma, com recursos do TJRS, sendo elas na Penitenciária Estadual de Caxias do Sul, Penitenciária Estadual de Montenegro e Cadeia Pública de Porto Alegre.
- Desde outubro de 2016, já foram realizadas cerca de 250 videoaudiências na Cadeia Pública de Porto Alegre, em sala já estabelecida como projeto-piloto. Para o projeto total, foram definidos 16 estabelecimentos prisionais. Os estabelecimentos que receberam as visitas técnicas e serão reformados em 2018 são: Penitenciárias Estaduais Moduladas de Charqueadas e Osório, Presídio Estadual de Santa Maria, Complexo Prisional de Canoas (Penitenciárias Estadual de Canoas I, II, III e IV) e Penitenciárias Estaduais de Arroio dos Ratos, Jacuí, Rio Grande e Pelotas. A previsão é de que, em 2018, todas as 167 comarcas já possuam o sistema de videoaudiência. As videoaudiências irão gerar economia para o Estado, uma vez que as apresentações convencionais de presos em audiências judiciais custam, em média, mais de R\$ 700, que se referem basicamente ao salário dos agentes penitenciários, combustível e manutenção das viaturas. Além disso, as videoaudiências aumentam a segurança para os servidores e sociedade em geral.
- O eixo principal da Operação Avante continua baseado na análise criminal, inteligência policial e integração entre as instituições, mudando a percepção de segurança da sociedade.
- A ação de Prevenção à Violência contra a mulher (Patrulha Maria da Penha) foi criada diante dos expressivos índices de violência contra mulheres, em especial os feminicídios, e com o advento da Lei Maria da Penha. A Brigada Militar articulou-se de forma programática para atender de modo qualificado e segmentado as demandas por proteção das mulheres e na repressão delitiva nas regiões cujos indicadores são elevados. A redução dos índices da violência doméstica e familiar nos Municípios de atuação das Patrulhas Maria da Penha demonstra que se trata de uma experiência bem sucedida, especialmente na redução dos feminicídios e dos outros indicadores de violência contra a mulher (ameaça, estupro, lesão corporal).
- No total de ocorrências acumuladas no período de janeiro a outubro de 2017, houve uma redução de 14,5% nos casos de feminicídios, em relação ao número de ocorrências de 2016. As ações de prevenção e repressão através da atuação das Delegacias Especializadas no Atendimento a Mulheres, das Patrulhas Maria da Penha, além de outras ações integradas envolvendo todas as vinculadas, têm realizado a prevenção e a redução desse crime de violência doméstica.
- O policiamento comunitário baseia-se na crença de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas, na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise e discussão. Como pressupostos básicos do policiamento comunitário, ressaltam-se: Ação pró-ativa; Ação preventiva; Integração dos sistemas de defesa pública e defesa social; Transparência;

Cidadania; Ação Educativa. Em 2017, foram implantadas 5 novas Bases de Policiamento Comunitário e capacitados para atuar 1.800 Policiais Militares.

- Na realização das funções de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública foram efetuadas mais de 73 mil Operações Barreira; cerca de 70 mil prisões; e foram abordados 1 milhão e 336 mil carros.
- Nas funções de Polícias Judiciária, foram remetidos cerca de 204 mil inquéritos policiais e 117 mil termos circunstanciados.
- O Corpo de Bombeiros foi efetivamente desvinculado da Brigada Militar. O Corpo de Bombeiros Militar possui uma estrutura enxuta, moderna e focada nas atividades operacionais.
- O Tempo Médio de Liberação de Alvará de PPCI no Interior do Estado foi reduzido para 42 dias. Em Porto Alegre, até novembro, foi de 95 dias.
- Em 2017 foram combatidos mais de 18,5 mil incêndios e realizadas cerca de 39 mil ações de prevenção de incêndio. Foram removidas 7,5 mil fontes de perigo e realizados mais de 12,5 mil salvamentos.
- Foram realizados 42 cursos de especialização para os servidores do Corpo de Bombeiros Militar; 1,2 mil servidores foram qualificados, e quase mil guardas-vidas foram treinados.

Ações para 2018:

- No programa **Administração e Modernização do Sistema Prisional**, o planejamento para o ano inclui as ações: Administração Prisional; Construção de Cadeias Públicas; Construção de Penitenciárias; Modernização do Sistema Prisional.
- No programa **Prevenção e Repressão à Criminalidade** estão planejadas as ações: Administração da Área de Saúde da Polícia Civil; Aparelhamento do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC); Construção do Centro Regional de Excelência em Perícias do Sul; Construção dos Prédios das Coordenadorias Regionais de Perícia; Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Brigada Militar; Construção, Ampliação e Reforma das Estruturas Físicas da Polícia Civil; Ensino – Colégio Tiradentes; Formulação e Acompanhamento das Políticas Públicas Voltadas à Segurança Pública do Estado; Modernização das Estruturas Físicas da Polícia Civil; Policial Militar com Saúde; Policiamento Comunitário; Qualificação dos Servidores da Brigada Militar; Qualificação dos Servidores da Polícia Civil; Qualificação dos Servidores do IGP; Realização da Perícia Oficial e Identificação Técnica; Realização das Funções de Polícia Judiciária para a Prevenção e Repressão Qualificada ao Crime; Realização das Funções de Polícia Ostensiva e de Preservação da Ordem Pública; Reaparelhamento da Brigada Militar; Reaparelhamento da Polícia Civil; Reaparelhamento do Instituto-Geral de Perícias; Servidor da Perícia com Saúde.

- Através do programa **Promoção das Atividades do Corpo de Bombeiros Militar** estão previstas as ações: Ampliação do serviço de suporte básico de vida; Aprimoramento dos serviços civis auxiliares de bombeiros; Consolidação da cultura prevencionista da sociedade gaúcha; Consolidação e efetivação de parcerias, convênios e intercâmbios; Consolidação e fortalecimento da imagem institucional; Desenvolvimento de ações para a qualificação das atividades de Bombeiro; Fomento à integração entre os atores envolvidos nos processos de segurança, prevenção e proteção; Fortalecimento das atividades de forças-tarefas; Otimização da aplicação da legislação de segurança contra incêndio; Otimização dos atendimentos de emergência das ocorrências; Planejamento e implementação das ações de proteção e defesa civil; Promoção da política de pessoal; Promoção de ações visando à qualidade de vida e à prevenção de acidentes aos integrantes do CBMRS.

4.3. EIXO INFRAESTRUTURA E AMBIENTE

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), criada em 1999, é o órgão central do Sistema Estadual de Proteção Ambiental (SISEPRA), responsável pela política ambiental do Rio Grande do Sul. A partir de dezembro de 2014, a pasta deixou de se chamar Secretaria do Meio Ambiente e passou a ser denominada como Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. A SEMA possui uma vinculada, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM).

No Plano Plurianual 2016-2019, a SEMA é responsável pelo Programa Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada, que teve como objetivo: coordenar e executar as ações de controle, fiscalização e monitoramento ambiental, com base na aplicação de normas regulatórias e no uso de sistemas de informação integrados. Em 2017, podem ser destacadas as seguintes realizações no Programa:

- Repovoamento de 66.000 araucárias ou árvores nobres de espécies folhosas.
- 78 municípios capacitados a operar na gestão e no licenciamento de atividades de impacto local.
- Implementação do projeto de conservação da biodiversidade como fator de contribuição ao desenvolvimento do Estado (RS Biodiversidade).
- Elaboração do Plano de manejo de unidade de conservação para a Região Funcional 1.
- Início do desenvolvimento do Sistema Informatizado para Gestão da Fauna.
- Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico, já tendo o plano de trabalho e os inventários (ambiental, socioeconômico e legal) concluídos. A implementação do Zoneamento constitui-se em um importante instrumento de organização do território, estabelecendo medidas e estratégias para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico.
- Avanço na implementação da primeira etapa do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.
- Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) implantado.

Com relação às atividades de Gestão Ambiental da SEMA, pode-se destacar a realização de:

- 43 ações de fiscalização de combate à pesca predatória e ao tráfico de animais silvestres;
- 2.005 outorgas e 33 vistorias para atividades antrópicas de intervenção em recursos hídricos;
- 3 monitoramentos (quantitativos) das águas;
- Redução para 4.826 no estoque de processos de outorga em procedimento de análise de dados.

Cabe destacar também que, em 2017, a SEMA apoiou ações com foco no desenvolvimento rural sustentável, na preservação e conservação ecológica com inclusão social, na segurança e soberania alimentar e na diversidade agrícola, biológica e territorial, por meio de participação no Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), conforme abaixo:

- Elaboração de 16 indicadores de monitoramento da biodiversidade que já foram repassados à empresa que elabora o ZEE e encontram-se em análise.
- Envio ao Ministério do Meio Ambiente do Projeto GEF-Terrestre: “Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e ampliação da proteção da fauna e flora”, que visa melhorar a efetividade de conservação de ecossistemas globalmente significantes e de espécies da flora e da fauna.
- Realização de reunião junto ao Conselho Consultivo da Reserva Biológica da Mata Paludosa, sendo apresentados os procedimentos e a importância da regularização por meio das modalidades de certificação agroflorestal, viveirista artesanal e extrativista de frutos e produtos florestais não madeireiros.
- Incentivo à transição agroecológica nas Unidades de Conservação Biológica Mata Paludosa, APA Rota do Sol, Refúgio de Vida Silvestre Banhado dos Pachecos e APA do Banhado Grande: realizada reunião para a elaboração do Programa de Incentivo à Agricultura Ecológica do Plano de Manejo da Reserva Biológica Mata Paludosa, estabelecido grupo de trabalho que acompanha a revisão do Plano de Manejo, em reunião do Conselho Deliberativo da APARS, e realizada Oficina Técnica para o estabelecimento dos alvos de conservação das Unidades.

- Realização de eventos para sensibilização para a regularização ambiental junto aos agricultores familiares e comunidades tradicionais, como uma reunião técnica do Acordo de Cooperação Técnica SEMA/EMBRAPA Rota dos Butiazais, além de duas visitas às áreas de butiazais em Tapes e uma palestra de sensibilização e visita a propriedades agroflorestais certificadas em Itati.

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (FEPAM) é a instituição responsável pela gestão ambiental no Rio Grande do Sul, vinculada à SEMA. Tem atribuições de planejamento ambiental, licenciamento, fiscalização e monitoramento, englobando atividades de monitoramento da qualidade do ar e da água, análise de balneabilidade e serviço de emergência ambiental 24h.

Além do apoio às ações desenvolvidas pela SEMA, em 2017, as ações desenvolvidas pela FEPAM para redução dos estoques de processos de licenciamento foram bastante bem sucedidas. Seguem abaixo os resultados, relacionados às atividades de gestão, controle e licenciamento ambiental da FEPAM em 2017:

- Redução de 63% nos processos no estoque pendentes de análise técnica para obtenção do licenciamento ambiental;
- Implementação do Sistema *On-line* de Licenciamento Ambiental (SOL), o qual contribuiu para a redução do prazo médio de atendimento da solicitação de licenciamento, passando de 944 para 40 dias;
- 75 amostras de efluentes líquidos das fontes antrópicas analisadas;
- 90% das demandas do Ministério Público, Polícia e/ou Judiciário atendidas;
- 50% das denúncias de dano ambiental atendidas;
- 315 pontos de coleta das condições de balneabilidade das praias e balneários do Estado monitorados;
- 74 pontos de coleta de água monitorados;
- Iniciado o trabalho para a determinação de Valores de Referência de Qualidade (VRQ) para os solos do Estado.

Ainda em 2017, assim como a SEMA, a FEPAM apoiou ações relacionadas ao Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO), tendo a seguinte atuação¹⁹:

¹⁹ Valores atualizados até novembro de 2017.

- Licença de Depósitos de Agrotóxicos: 349 licenças emitidas;
- Licença de Embalagens Vazias: 17 licenças emitidas;
- Licença de Aviação Agrícola: 49 licenças emitidas;
- Cadastro de Agrotóxicos: 180 autorizações para o uso emitidas.

Ações para 2018:

- No Programa **Sustentabilidade e Gestão Ambiental Integrada** serão executadas as ações: Elaboração e Implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE-RS; Elaboração, Implementação e Manutenção do Sistema de Gestão de Riscos; Gestão Ambiental – Atividade SEMA; Gestão, Controle e Licenciamento Ambiental; Implementação/Elaboração de Programas, Planos e Projetos Ambientais; Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos; Participação na elaboração de instrumentos de planejamento ambiental e implementação de planos, programas e projetos ambientais.

MINAS E ENERGIA

No PPA 2016-2019, a Secretaria de Minas e Energia (SME) implementa o programa Energia pelo Rio Grande, cabendo destacar, em 2017, as seguintes realizações:

- PLANO ENERGÉTICO DO RS 2016-2025 — Elaboração do mais completo e profundo Plano Energético do RS, o qual apresenta, de forma regionalizada, um conjunto de diretrizes e propostas para o setor de energia do RS. O Plano explicita o potencial para a geração de energia e elege as fontes que podem ser mais bem exploradas no Estado. Além disso, projeta a demanda futura de energia e identifica gargalos a serem enfrentados para que se possa garantir a qualidade do abastecimento continuado de energia a ser ofertada ao longo da próxima década, condição essencial para o desenvolvimento econômico do Estado e para o bem-estar das famílias gaúchas.
- INCENTIVO FISCAL À GERAÇÃO DE ENERGIA — Isenção de ICMS para projetos de mini e microgeração de energias limpas e renováveis. A medida visa estimular a ampliação da geração e do uso de energia produzida através de placas solares, de unidades eólicas e de biomassa.
- APOIO ÀS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS — O Programa Gaúcho de Incentivo às Pequenas Centrais Hidrelétricas destaca 91 projetos viáveis de licenciamento ambiental para geração de energia hídrica no RS. Com potencial de investimentos de R\$ 30 bilhões, o programa viabilizará a criação de 12 mil postos de trabalho e geração de 480 Megawatts de energia elétrica.

- **POLO CARBOQUÍMICO** — Foi criada a Política Estadual de Carvão Mineral visando conferir segurança jurídica e respeito ao meio ambiente para a atividade carbonífera. No bojo dessa política, foi instituído o Polo Carboquímico do RS que, com um potencial de investimentos estimado em R\$ 4,4 bilhões, deverá atrair investimentos para o setor. O Polo está estruturado em dois agrupamentos, o do Baixo Jacuí e o da Campanha. O primeiro envolve 9 municípios: Arroio dos Ratos, Barão do Triunfo, Butiá, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo. O segundo, outros 9: Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Pedras Altas. A proposta do Polo inclui ainda o incentivo ao aproveitamento das cinzas do carvão para utilização na área da indústria da construção civil e da engenharia rodoviária. Fabricação de tijolos, blocos de concreto e sub-base de pavimentação de estradas são algumas das aplicações possíveis.

Ao longo do ano de 2017, a Secretaria de Minas e Energia atuou em diversas frentes para fomentar políticas públicas destinadas a garantir um abastecimento de energia com mais qualidade a todos os gaúchos.

- **COMPLEXO EÓLICO DO PONTAL** — Entre os avanços alcançados no setor energético, destaca-se o Complexo Eólico Pontal, em Viamão. Com geração de energia suficiente para abastecer 140 mil residências, tem capacidade de suprir o consumo de cerca de 320 mil pessoas. Foram investidos R\$ 330 milhões para a viabilização do parque eólico, cujo potencial poderá atingir os R\$ 600 milhões, trazendo benefícios sociais na geração de emprego, renda e distribuição de energia limpa. Conta, atualmente, com 25 aerogeradores, totalizando 59,8 MW de capacidade.
- **COMPLEXO EÓLICO EM SANTA VITÓRIA** — Em Santa Vitória do Palmar, foram investidos R\$ 1,3 bilhão para implantação de doze parques eólicos com capacidade instalada total de 207 MW, suficiente para abastecer uma cidade de 400 mil habitantes. Com o empreendimento, Santa Vitória do Palmar ganha em desenvolvimento social, ambiental e econômico.
- **GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA** — Viabilização de 12 empreendimentos de geração, transmissão e distribuição de energia beneficiando 4 municípios: Santa Vitória do Palmar, com 9 empreendimentos; Inhacorá, Monte Alegre dos Campos e Viamão, com 1 empreendimento cada.
- **ENERGIA FORTE NO CAMPO** — Cinco projetos-piloto de extensão de rede trifásica, em estágio de desenvolvimento de projetos de engenharia pela concessionária de energia, serão executados através da Consulta Popular. Os produtores rurais beneficiados têm suas propriedades localizadas nos seguintes municípios: Canela, Caxias do Sul, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e São Marcos.

- **ENERGIAS RENOVÁVEIS** — O Programa RS Energias Renováveis foi instituído através do Decreto Estadual nº 53.160. É um programa de incentivo às fontes limpas de energia, destinado ao fomento do setor elétrico estadual por meio das fontes renováveis (hídrica, eólica, solar, biomassa). Atualmente existem 33 PCHs/CGHs inscritas e uma Usina Termoelétrica a partir de Resíduos Sólidos Urbanos, totalizando 34 empreendimentos inscritos, sendo acompanhados pelo Comitê Gestor do Programa. Esses empreendimentos estão distribuídos nos seguintes municípios: Arroio do Tigre, Barracão, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Boa Vista do Cadeado, Bom Progresso, Braga, Campestre da Serra, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Esmeralda, Estrela, Estrela Velha, Eugênio de Castro, Ijuí, Ipê, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Miraguaí, Muitos Capões, Nova Prata, Panambi, Pinhal da Serra, Protásio Alves, Quevedos, Santa Cecília do Sul, Santo Augusto, São Matinho da Serra, Soledade, Três Passos, Uruguaiana, Vacaria e Vista Alegre do Prata. A construção dessas pequenas centrais elétricas gerará cerca de 4.500 novos empregos diretos e indiretos e necessitará de investimentos no montante de R\$ 1,4 bilhão. O conjunto dos empreendimentos, quando totalmente implantado e em operação, permitirá atingir a potência de geração elétrica de 223,60 MW.

Inseridas no programa de incentivo às fontes limpas de energia, merecem ser destacadas as atividades referentes ao Atlas Solarimétrico e ao Programa Estadual de Biometano:

- **ATLAS SOLARIMÉTRICO** — Termo de Referência concluído. Licitação em tramitação na CELIC aguardando lançamento do Edital.
- **PROGRAMA ESTADUAL DE BIOMETANO** — Projeto de Lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa/RS, resultando na Lei Estadual nº 14.864, sancionada em 11 de maio de 2016. Decreto nº 53.172/2016 regulamentou o Comitê Gestor do Programa RS-GÁS. Atualmente está em elaboração Edital de Licitação para aquisição de gás biometano pela SULGÁS. O Plano tem por escopo o incentivo à produção de Biometano no Estado, visando aumentar a participação do combustível de origem não fóssil na matriz energética gaúcha.
- **GERAÇÃO FOTOVOLTAICA NO CAFF** — Desenvolvimento de estudos para implantação da Central de Geração Fotovoltaica no CAFF, em parceria com a CEEE-D, proporcionando a geração de energia limpa com redução do custeio. Aguardando o resultado da Concorrência CEEE nº 6000000537. O Prazo de execução estimado é de 8 meses.
- **PLANO ESTADUAL DE MINRAÇÃO** — O Plano tem como objetivo conhecer e informar o potencial mineral gaúcho, a fim de fortalecer as diretrizes políticas no âmbito estadual e incentivar as atividades minerais, atraindo novos

investimentos. O Plano terá capítulo especial sobre o uso de resíduos e tem previsão de lançamento para julho de 2018.

Para o ano de 2018, a SME planeja executar as seguintes ações:

- Ampliação da Disponibilidade Energética; Elaboração do Plano Energético do Rio Grande do Sul 2016-2025; Energia Forte no Campo; Política Estadual de Conservação de Energia e Política para a Mineração. Todas ações vinculadas ao Programa Energia Pelo Rio Grande.

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE e é concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica na região sul-sudeste do Estado. Sua área de concessão compreende as regiões Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha Gaúcha. Atende 72 municípios e, por meio de seus 72.138 km de redes urbanas e rurais, leva energia elétrica a 1,6 milhões de unidades consumidoras, o que equivale a cerca de 4,8 milhões de pessoas. A CEEE-D participa do Programa Energia Elétrica Pelo Rio Grande. Em 2017, cabe destacar as seguintes realizações:

- SUBTRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA — Expansão de 25 MVA (Megavolt-Ampere) da capacidade de subtransmissão.
- SUBESTAÇÕES — Realização de obras e serviços de implantação, construção ou ampliação de Subestações (SE) com instalação de novos transformadores para atender o crescimento da demanda. Beneficiadas 6 Subestações: SE Alvorada 2; SE Pelotas 1; Porto Alegre 7; Porto Alegre 15; SE Aeroporto; e SE Rio Grande 2.
- LINHAS DE TRANSMISSÃO — Implantados mais de 2 km de linhas e encaminhada a realização de obras e serviços de construção, conexão, reisolamento ou ainda recondução em mais de 76,5 km em 6 Linhas de Subtransmissão (LT), beneficiando diretamente: LT Alvorada 2; LT Quinta x Pelotas 1; LT Porto Alegre 12 x Porto Alegre 5; Porto Alegre 14 x Porto Alegre 15; LT Viamão 1 x Águas Claras; e LT 69 kV Atlântida 2 x Atlântida Sul.
- DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA — A capacidade das redes de distribuição foi expandida em 90.839 kVA (Kilovolt-Ampere). O objetivo perseguido foi o de melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema e suportar o incremento de carga motivado pelo aumento de demanda de consumidores existentes e pela ligação de novos consumidores. Foram realizados investimentos que permitiram a execução de obras em redes de distribuição de Baixa e Média Tensão em cinco Regiões Funcionais: RF 1; RF 2; RF 4; RF 5; e RF 6. Melhorias nos níveis de tensão, na confiabilidade do sistema e na qualidade do fornecimento de energia elétrica. Os benefícios incluíram novos alimentadores em redes rurais e urbanas.
- REGULARIZAÇÃO DE UNIDADES CONSUMIDORAS – Foram regularizadas 293 unidades consumidoras. Foram beneficiadas comunidades através da

realização de obras e serviços de extensão de rede de baixa tensão que permitiram a regularização de ligações clandestinas e a inclusão social através da implementação do Programa Energia Legal.

Para o ano de 2018, a CEEE-D planeja executar as seguintes ações:

- Eficientização energética; Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Redes de Distribuição; Expansão, Renovação e Melhoria das Instalações de Subtransmissão e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) — D. Todas ações vinculadas ao Programa Energia Elétrica Pelo Rio Grande.

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE. Atua na geração e na transmissão de energia. A Companhia participa do Programa Energia Elétrica Pelo Rio Grande, executando ações no campo da Expansão da Geração, da Manutenção e Operação da Geração, da Expansão da Transmissão e ainda da Manutenção e Operação da Transmissão. Em 2017, cabe destacar as seguintes realizações:

- EXPANSÃO DA TRANSMISSÃO — Foi alcançada uma expansão da ordem de 333,00 MVA.
- LINHAS DE TRANSMISSÃO — A capacidade de transmissão foi expandida mediante a realização de obras de recapacitação, implantação de seccionamento de Linhas de Transmissão (LTs) da CEEE-GT ou ainda instalação de cabo de fibra óptica do tipo OPGW (*Optical Ground Wirecon*). A instalação de cabos de fibra óptica em linhas de transmissão da CEEE-GT visa atender a transmissão de dados do sistema da CEEE para o Sistema Interligado Nacional e para fazer a automação de suas instalações. A instalação de fibra óptica, ao final dos serviços, irá totalizar mais de 294 km de cabos, beneficiando diretamente 5 COREDEs, envolvendo as seguintes Linhas de Transmissão: LT 138 kV Jacuí x Passo Real; LT 230 kV Itaúba x Passo Real; LT 230 kV Itaúba x Nova Santa Rita; LT 230 kV Gravataí 2 x Gravataí 3; Santa Cruz 1 x Charqueadas.
- SUBESTAÇÕES — Foram realizadas obras de ampliação das Subestações da CEEE-GT na área de transmissão que beneficiaram diretamente 12 Subestações: SE Bagé 2; SE Canoas 1; SE Eldorado do Sul; SE Garibaldi 1; SE Guaíba 2; SE Santa Marta; SE Porto Alegre 13; SE Passo Real; SE Santa Rosa; SE São Vicente; SE Taquara; e SE Uruguaiana.
- MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA TRANSMISSÃO — A manutenção e a operação da transmissão através da conservação das subestações e linhas de transmissão foi realizada, garantindo a disponibilidade do sistema, tendo sido alcançada uma taxa de manutenção preventiva e preditiva de 98,25 %.
- MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA GERAÇÃO — A CEEE-GT realizou investimentos em manutenção e modernização das usinas de geração de energia elétrica em operação com o objetivo de manter e automatizar as instalações em produção,

ampliando sua vida útil com qualidade, confiabilidade e redução de custos. Foi alcançada uma taxa de disponibilização de energia de 94,07 %.

Para o ano de 2018, a CEEE-GT planeja executar as seguintes ações:

- Expansão da Geração, Expansão da Transmissão, Manutenção e Operação da Geração, Manutenção e Operação da Transmissão e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) — GT. Todas ações vinculadas ao Programa Energia Elétrica Pelo Rio Grande.

A Companhia Riograndense de Mineração (CRM) é uma empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul e tem como missão pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento do Estado. A CRM participa do Programa Carvão Mineral Pelo Rio Grande, cabendo destacar os seguintes pontos da execução de suas ações nesse programa:

- Produção de mais de 1,54 milhões de toneladas de carvão mineral CE 3.300 com poder calorífico de 3.300 kcal/kg na Mina de Candiota para abastecimento da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fase C da CGTEE e outros mercados regionais de menor porte, principalmente na secagem de grãos.

Para o ano de 2018, a CRM planeja executar as seguintes ações:

- Expansão da Mineração do Carvão; Produção de Carvão CE 3.300 na Mina de Candiota e Produção de Carvão CE 4.700 na Mina do Leão. Todas ações vinculadas ao Programa Carvão Mineral Pelo Rio Grande.

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS) é a empresa responsável pela comercialização e distribuição de gás natural canalizado no Estado. Criada em 1993, atua como sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a PETROBRAS GÁS S/A-GASPETRO. A SULGÁS investiu mais de R\$ 21,60 milhões, no ano de 2017, em ações que integraram o Programa Gás Pelo Rio Grande, cabendo destacar os seguintes pontos da execução das ações desse programa:

- CLIENTES ATENDIDOS — No ano de 2017 foram abastecidos 43.010 clientes, em 16 COREDES e 38 municípios sendo: 129 industriais, 818 comerciais, 84 postos de combustíveis, 41.958 residenciais, 2 cogerações, 18 gerações em horário de ponta e 1 termelétrico.
- VOLUME DE GÁS COMERCIALIZADO — O volume de gás natural boliviano comercializado, no ano de 2017, atingiu a marca de mais 1,85 milhões de m³/dia.

- REDES DE GASODUTOS EXPANDIDAS — Foram construídos 47,78 km de redes de gasodutos. Os incrementos de rede beneficiaram 10 municípios em 4 diferentes COREDES: COREDE Metropolitano-Delta do Jacuí com 25,31 km de redes distribuídas nos municípios de Alvorada, Gravataí e Porto Alegre; COREDE Paranhana-Encosta da Serra com 0,039 km no município de Igrejinha; COREDE Serra com 3,41 km distribuídas nos municípios de Caxias do sul e Farroupilha; COREDE Vale do Rio dos Sinos com 18,99 km nos municípios de Campo Bom, Canoas, Novo Hamburgo e Sapucaia do Sul.
- Estudos, pesquisas e projetos relacionados à utilização do Biometano e Biogás. Análises Físico-Químicas Mensais do Biometano (GNVerde) com o objetivo de validar a produção de Biometano, bem como acompanhar sua qualidade e utilização como alternativa ao gás natural.
- Estudos e pesquisas para a Geração de Energia Elétrica (GEE) e Geração de Energia Térmica (GET) com a utilização de Biogás e Biometano como combustíveis através de Gerador com motor a gás.
- Elaboração de projetos executivos para ampliação de redes de distribuição de gás nas seguintes Macrocélulas: Interligação Charqueadas-Triunfo, Gasoduto Rio Grande, Caxias do Sul (Fase I e II), Ramal São Leopoldo e Ramal Gramado beneficiando os municípios de Caxias do sul, Charqueadas, Gramado, Porto Alegre, Rio Grande e São Leopoldo.

Para o ano de 2018, a SULGÁS planeja executar as seguintes ações:

- Ampliação da Distribuição de Gás Natural e Melhorias Operacionais dos Sistemas de Distribuição de Gás Natural; Desenvolvimento do Mercado de Biometano no Estado e Planejamento, Estudos e Desenvolvimento Tecnológico de Sistemas de Distribuição de Gás Natural. Todas ações vinculadas ao Programa Gás Pelo Rio Grande.

TRANSPORTES

A Secretaria dos Transportes (ST) participa, no PPA 2016-2019, do Programa Planejamento Logístico — Pró-Transporte Multimodal. Cabe destacar os seguintes pontos da execução das ações desse programa:

- RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS — O Estado, através da coordenação da ST e da atuação direta do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) e da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR), implementou, ao longo dos últimos três anos, a recuperação de mais de 1.564 km de rodovias. O DAER, com o CREMA e o Programa Restauro, recuperou mais de 900 km de rodovias pavimentadas. Por sua vez, a EGR, dos mais de 890 km que compõem a malha rodoviária

pedagiada, logrou recuperar 664 km, melhorando significativamente as condições de tráfego e de segurança nas rodovias do RS.

- CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE ARTE — Foram investidos R\$ 26 milhões na construção de viaduto e duplicação de aproximadamente 4 km da RSC-287 em Santa Cruz do Sul, tendo sido construída a ponte na RSC-287, no km 153 em Candelária.
- AVANÇA A RS 118 — Encaminhada a licitação do último lote da duplicação da RS-118, considerada a obra rodoviária mais importante da Região Metropolitana de POA.
- AVIAÇÃO REGIONAL — A aviação regional, fundamental para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, foi objeto de investimentos estratégicos em aeroportos existentes no interior do Estado. Foram investidos mais de R\$ 1 milhão em melhorias nos aeroportos de Caxias do Sul, Santo Ângelo e Passo Fundo. Foi assinada a autorização para a contratação das obras do Aeroporto de Passo Fundo. Os serviços estão avaliados em R\$ 45 milhões e serão realizados em parceria com o Governo Federal.
- PORTO DO RIO GRANDE — Aumento do volume de movimentação de cargas no Porto do Rio Grande – PRG. O Porto atingiu o recorde histórico de 38 milhões de toneladas de cargas movimentadas em 2016. Já o Porto de Pelotas aumentou o volume transportado pela hidrovia, e foi reativado o terminal de contêineres Santa Clara. Foram recuperadas as dragas Santo Amaro e Engenheiro Serrano e realizada a dragagem da foz do Rio Caí.
- TRANSPORTE DE PASSAGEIROS — Lançamento do edital para licitação dos 14 mercados marca a fase de finalização do Plano Diretor do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso (PDSTC-RS).
- PELT RS — O desenvolvimento de estudos para efetiva implementação marca o início da fase final de conclusão do Plano Estadual de Logística de Transportes (PELT-RS).

A ST, por meio de seu Departamento Aeroportuário — DAP, desenvolveu atividades junto aos aeroportos sob jurisdição estadual com destaque para os seguintes pontos:

- Manutenção dos aeroportos de Caxias, Passo Fundo e Santo Ângelo.
- Modernização do aeroporto de Vacaria.

O DAP, objetivando qualificar os serviços e a infraestrutura disponibilizada aos usuários, realizou investimentos que cabem ser destacados:

- AEROPORTO DE CAXIAS DO SUL — Aquisição de equipamentos de segurança e conforto aos usuários, entre eles: luminárias de emergência, secadores de mão, carrinhos de bagagem, bomba de recalque de água, *kit* mala trauma, um

desencarcerador e carro escalador de escadas conforme Resolução ANAC 280/2013.

- Execução da medição de Atrito e de Macrotextura na pista de pouso e aquisição de tintas para renovação da pintura de sinalização do pátio de aeronaves.
- Elaboração do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio — PPCI do terminal de passageiros. LC nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações.
- AEROPORTO de VACARIA — Estão em andamento as obras de construção do terminal de passageiros visando ao conforto dos usuários.
- AEROPORTO de CAPÃO DA CANOA — Elaboração do Plano Básico de Zona de Proteção do aeroporto em atendimento à Portaria nº 957/CG3, do Comando da Aeronáutica.
- AEROPORTO de TORRES — Desenvolvimento do Plano Básico de Zona de Proteção do aeroporto em atendimento à Portaria nº 957/CG3, do Comando da Aeronáutica.
- AEROPORTO de SANTO ÂNGELO — Concluída a obtenção da Certificação Operacional para aeroporto com linha regular.
 - Elaboração do Plano Básico de Zona de Proteção do aeroporto em atendimento à Portaria nº 957/CG3, do Comando da Aeronáutica.
 - Aquisição de equipamentos de segurança e conforto aos usuários, entre eles: *no-break* para o equipamento *Scanner* raio-x de inspeção; roteadores internet *wireless*; bomba de recalque de água; carrinhos de bagagem para uso no terminal de passageiros; carro escalador de escadas e *kit* mala trauma, equipamento de apoio às operações de resgate para uso pelos bombeiros da Seção Contra-Incêndio.
 - Alargamento da faixa de pista visando viabilizar a operação da aeronave ATR 72 e implantação de voos comerciais.
 - Execução da medição de Atrito e de Macrotextura na pista de pouso/decolagem e aquisição de tintas para renovação da pintura de sinalização horizontal do pátio de aeronaves atendendo a legislação da ANAC.
- AEROPORTO de PASSO FUNDO — Aquisição de equipamentos de segurança e conforto aos usuários, entre eles: aparelho de ar-condicionado; carrinhos de bagagem; carro escalador de escadas; *kit* mala trauma e também um desencarcerador, equipamentos de apoio às operações de resgate para uso pelos bombeiros da Seção Contra-Incêndio.
 - Elaboração do Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio — PPCI do terminal de passageiros. LC nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações.
 - Execução da medição de Atrito e de Macrotextura na pista de pouso.

- Aquisição de gravador digital de vídeo e HDs para implantação do sistema de monitoramento por câmeras.

Para o ano de 2018, a ST planeja executar as seguintes ações:

- Ampliação da Eficiência Operacional do Modal Ferroviário; Implementação do Plano Estadual de Logística de Transportes — PELT RS; Elaboração e Implementação do Plano Diretor do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros de Longo Curso — PDSTC RS; Modernização, Manutenção e Ampliação do Sistema Aeroportuário. Ações vinculadas ao Programa Planejamento Logístico — Pró-Transporte Multimodal.

O Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes (ST), é responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul. O Departamento participa do programa Planejamento Logístico – Pró-Transporte Multimodal. Cabe destacar os seguintes pontos da execução de suas ações dentro do programa:

- A Conservação e a Manutenção da malha rodoviária estadual foi realizada em uma extensão de mais 10.354 km de rodovias, pavimentadas e não pavimentadas.
 - Através da Ação Construção de Acessos Municipais, foram pavimentados 72,28 km de acessos municipais, beneficiando os seguintes municípios: Boqueirão do Leão, Capão Bonito do Sul, Carlos Gomes, Cerro Grande do Sul, Eugênio de Castro, Jaboticaba, Porto Vera Cruz, Rolador, Santo Antônio do Palma, São José do Inhacorá, Sério e Sertão Santana.
 - Através da Ação Construção de Rodovias, foram construídos 10,78 km em trechos das seguintes rodovias: VRS-826. Trecho: Alto Feliz-Entroncamento com a ERS-122 e na ERS-403. Trecho: Cachoeira-Rio Pardo.
 - Através de convênios firmados entre o DAER e municípios, foi possível executar um total de mais de 31,50 km de obras viárias da rede municipal ou segmentos de rodovia estadual em um total de 6 municípios: Almirante Tamandaré do Sul, Marcelino Ramos, Rolante, Santiago, Tapejara e Taquari.
1. A Rodovia ERS-509 recebeu obras e serviços de ampliação de capacidade no trecho Camobi-Santa Maria. Foram realizados serviços de pavimentação em uma extensão equivalente a 1,40 km de pista duplicada. Realizados outros serviços de pavimentação tais como: base e sub-base com brita graduada e serviços de imprimação de base, serviços de drenagem. Iniciados os serviços de terraplenagem nos aterros dos encontros do viaduto do km 1,00.
 2. A Rodovia ERS-118, no trecho que vai do entroncamento com a BRS-116, no município de Sapucaia do Sul, até o entroncamento com a BRS-290, no município de Gravataí, recebeu serviços de drenagem, terraplenagem e

serviços de pavimentação, tais como: base com brita graduada e revestimento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente — CBUQ.

- RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS — Através da ação Restauração de Rodovias, o DAER tem desenvolvido esforços destinados à recuperação da malha rodoviária do RS. O Departamento realizou a restauração de mais de 355 km de rodovias pavimentadas. As atividades estão adiante detalhadas segundo 6 grupamentos: CREMA Erechim, CREMA Serra, CREMA Passo Fundo-Cruz Alta, CREMA Passo Fundo-Palmeira, CREMA Santa Maria-Cachoeira e o Programa Restauro:
 - CREMA ERECHIM — Executados serviços de manutenção. Os serviços de restauração do pavimento foram concluídos. Sinalização horizontal concluída. Estão em andamento serviços de sinalização vertical em diferentes trechos das seguintes rodovias: ERS-343; ERS-467; ERS-126; ERS-208; e ERS-478.
 - CREMA SERRA — Executados serviços de conserva rotineira constantes no contrato, tais como roçada, limpeza de dispositivos de drenagem, recuperações pontuais de sinalização vertical, recuperações superficiais e pontuais de camada asfáltica para diferentes trechos das seguintes rodovias: RSC-470; RSC-453; ERS-324; e ERS-122.
 - CREMA PASSO FUNDO-CRUZ ALTA — Realizados serviços de restauração, manutenção especial, fresagem e recomposição, roçada manual e mecânica, limpeza de dispositivos de drenagem, reparos localizados e sinalização horizontal provisória para as seguintes rodovias: ERS-142; ERS-153; ERS-223; ERS-332; e ERS-386.
 - CREMA PASSO FUNDO-PALMEIRA — Realizada a manutenção especial prevista para o 1º ano. Execução de serviços de roçada mecânica ou manual, limpeza de dispositivos de drenagem, reparos localizados e sinalização horizontal provisória para as seguintes rodovias: ERS-129; ERS-153; ERS-324; ERS-404; ERS-406; ERS-463; e ERS-569.
 - CREMA SANTA MARIA-CACHOEIRA — Realizada a manutenção especial prevista no 1º ano do contrato. Realizada a manutenção especial prevista no 1º ano do contrato. Execução de serviços de roçada manual e mecânica, limpeza de elementos de drenagem como valetas, canaletas e bueiros, bem como serviços de restauração do pavimento nas seguintes rodovias: ERS-149; RSC-287; ERS-348; ERS-511; ERS-400; RSC-481; e VRS-804.
 - PROGRAMA RESTAURO — Executados, conforme o caso, serviços de reparos localizados superficiais e profundos, recuperação da drenagem, fresagem, reperfilagem, recomposição, base de brita graduada e camada final de pavimento em CBUQ nas seguintes rodovias: ERS-155; ERS-168; ERS-223; ERS-324; ERS-332; ERS-342; ERS-344; ERS-377; RSC-392; ERS-404; ERS-406; ERS-452; RSC-453; ERS-481; ERS-561; e ERS-717.

- Através da Ação Planejamento e Gerenciamento da Malha Rodoviária, foi promovida a continuidade do processo de elaboração do Mapa Interativo da Malha Rodoviária Estadual seguindo o padrão de projetos de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Está em desenvolvimento a etapa de aquisição e validação de dados geoespaciais.

Para o ano de 2018, o DAER planeja executar as seguintes ações:

- Ampliação de Capacidade de Rodovias; Conservação e Manutenção de Rodovias; Construção de Acessos Municipais com Integração à Malha Rodoviária; Construção de Rodovias; Convênios Municipais; Operação do Sistema Rodoviário Estadual; Planejamento, Desenvolvimento e Gerenciamento da Malha Rodoviária do Estado; Restauração de Pavimento. Todas ações vinculadas ao Programa Planejamento Logístico — Pró-Transporte Multimodal.

A Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR) é uma empresa pública, vinculada à Secretaria dos Transportes, criada em 29 de junho de 2012 (Lei nº 14.033/2012), com o objetivo de administrar as estradas pedagiadas do Estado. A EGR participa do Programa Planejamento Logístico — Pró-Transporte Multimodal, cabendo destacar os seguintes pontos:

- CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS PEDAGIADAS — A conservação de rodovias em uma extensão total de 892,78 km de malha pedagiada, que se estende por 6 Regiões Funcionais (RFs) e 12 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES). A conservação e a manutenção da malha beneficiaram diretamente 62 municípios. Os serviços, conforme o caso, envolveram roçadas, limpeza, remoções, sinalização, reposição de defensas e operação tapa buracos.
- RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS PEDAGIADAS — A restauração de pavimento, executada em uma extensão total de 339,00 km de rodovias pedagiadas, beneficiou diretamente 44 municípios.
- MANUTENÇÃO DE PRAÇAS — A EGR, através de empresa especializada, realizou a manutenção eletroeletrônica em todas as 14 praças de pedágio que integram sua malha rodoviária, tendo realizado a operação e administração do sistema de arrecadação.
- SERVIÇOS AOS USUÁRIOS — A EGR disponibilizou, em todas as suas 14 praças de pedágio, serviço de atendimento de ambulâncias e, através de convênio com o DETRAN, disponibilizou, também, serviços de guincho aos usuários da malha rodoviária pedagiada.
- PROJETOS DE ENGENHARIA — A EGR, no ano de 2017, envidou esforços de planejamento destinados a identificar projetos de engenharia destinados a ampliar a capacidade das rodovias pedagiadas. São projetos, já concluídos, em elaboração ou em fase de contratação, que objetivam readequar o acesso a

municípios, construção de vias laterais em trechos urbanos, duplicação de trechos de rodovias, qualificar interseções rodoviárias, construção de terceira faixa e, ainda, contornos em rodovias. Constam também projetos de obras de arte de engenharia destinados à construção de viadutos e pontilhões. As rodovias beneficiadas pelos projetos são: ERS-020; ERS-040; ERS-115; ERS-122; ERS-129; ERS-130; ERS-235; ERS-239; ERS-240; ERS- 287; e ERS-453.

- AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DE RODOVIAS — A EGR, no ano de 2017, encaminhou a realização de obras destinadas a ampliar a capacidade das rodovias pedagiadas. São obras já concluídas ou ainda em andamento e entre elas podemos destacar aquelas programadas para as seguintes rodovias:
 - ERS-122 — Reconstrução de taludes no km 7,60.
 - ERS-239 — Retorno de saída da ERS-115 no km 49,20 em Taquara.
 - ERS-239 — Implantação de rua lateral do km 15,54 ao km 16,85 em Novo Hamburgo.
 - ERS-240 — Obra de Intersecção em Capela de Santana.
 - ERS-287 — Obra de duplicação em Santa Cruz do Sul com 3,1 km.
 - ERS-287 — Obra de intersecção de acesso a Santa Cruz do Sul.
 - ERS-287 — Obra de Pontilhão no km 153,60 em Candelária.
 - ERS-287 — Obra de viaduto no km 100 em Santa Cruz do Sul.

Para o ano de 2018, a EGR planeja executar as seguintes ações:

- Ampliação da Malha Rodoviária Pedagiada; Ampliação de Capacidade de Rodovia Pedagiada; Conservação e Manutenção de Rodovia Pedagiada; Manutenção de Praças de Pedágio; Operação e Administração do Sistema de Arrecadação das Rodovias Pedagiadas; Prestação de Serviços de Atendimento aos Usuários; e Restauração de Rodovia Pedagiada. Todas ações vinculadas ao Programa Planejamento Logístico — Pró-Transporte Multimodal.

A Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), autarquia estadual vinculada à Secretaria dos Transportes, tem como sua principal atribuição administrar o Porto do Rio Grande (PRG), na qualidade de executor da concessão da União ao Estado. Constitui-se como autoridade portuária executiva, coordenando a exploração do PRG e fiscalizando as diversas entidades atuantes no Porto Organizado²⁰. A SUPRG, por força da Lei nº 14.983, de 17 de janeiro de 2017, que extinguiu a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), recebeu bens, patrimônio, receitas, dotações orçamentárias, atribuições e competências da SPH, ampliando o escopo de sua participação no PPA 2016 2019 e no programa Planejamento Logístico — Pró-Transporte Multimodal, estendendo a sua jurisdição sobre a malha hidroviária

²⁰Considera-se, na forma da legislação vigente, porto organizado aquele que – concedido ou explorado pela União – foi construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação e da armazenagem de mercadorias.

estadual e também sobre os portos interiores. No tocante à implementação das ações contidas no Plano, cabe destacar, no ano de 2017, o que segue:

- **MOVIMENTAÇÃO POR SEGMENTO DE CARGA** — No ano de 2017, o Porto do Rio Grande movimentou mais de 38 milhões de toneladas, com destaque para o segmento de granéis sólidos, que alcançou, no mesmo período, a expressiva marca dos 23,50 milhões de toneladas.
- **CONTEINERES** — O Porto do Rio Grande, no setor contêineres, movimentou mais de 700.000 TEUS. Destaque-se ainda que o volume de cargas transportado pelo modal hidroviário foi aumentado em função das movimentações do Porto de Pelotas e também da reativação do terminal de contêineres Santa Clara.
- **MODERNIZAÇÃO do PORTO NOVO** — Conclusão das obras em 1.125 m do cais acostável. Essa é a maior obra já realizada no cais do Porto Novo desde sua inauguração em 1915. A modernização inclui o aumento da área operacional em mais de 11 mil m², ampliando em mais de 11 metros a faixa de utilização útil.
- **CONTROLE DA NAVEGAÇÃO** — Atividade permanente do monitoramento e controle de acesso ao Porto do Rio Grande, da malha hidroviária e dos portos interiores.
- **RECUPERAÇÃO DE DRAGAS** — A SUPRG viabilizou a recuperação das dragas Santo Amaro e Engenheiro Serrano, instrumentos operacionais fundamentais para os serviços de manutenção do calado da malha hidroviária.
- **DRAGAGEM** — Manutenção da malha hidroviária, com sinalização náutica e realização de operações de remoção de mais de 135.700 m³ de sedimentos, as quais permitiram a dragagem da foz do Rio Caí.
- **INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA** — Manutenção da operacionalidade dos sistemas de pesagem dos portos de Porto Alegre, Estrela e Pelotas.

Para o ano de 2018, a SUPRG planeja executar as seguintes ações:

- Expansão de Área Portuária; Gestão do Acesso Aquaviário; Instalação do Fórum Hidroportuário; Manutenção e Desenvolvimento Operacional dos Portos Interiores; Manutenção da Navegabilidade da Malha Hidroviária; Modernização e Adaptação da Infraestrutura do Porto do Rio Grande; e Segurança no Porto do Rio Grande. Todas ações vinculadas ao Programa Planejamento Logístico — Pró-Transporte Multimodal.

4.4. EIXO GOVERNANÇA E GESTÃO

ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

A Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (SEFAZ) conta com duas empresas vinculadas, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS).

Com relação ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, a SEFAZ-RS organiza suas ações no programa Sustentabilidade Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social, que tem como objetivo prover o Estado de recursos econômico-financeiros suficientes para o atendimento de sua função social. Em 2017²¹ destacaram-se as seguintes iniciativas da Secretaria¹:

- Ampliação de 2% na receita arrecadada.
- Sistema CUSTOS/RS implantado em 10 órgãos da Administração Pública Estadual, totalizando 54 órgãos com o sistema pronto para utilização.
- Mais de 8.000 participantes da sociedade e de outros órgãos públicos em eventos de cidadania e educação fiscal.
- Economia de R\$ 180.826.167,03 por meio do programa da qualidade do gasto.
- Combate à sonegação de impostos superando a marca de R\$ 2 bilhões. Quando corrigido pelo IGPD, o valor é 31,7% superior ao registrado no mesmo período em 2016. É a melhor marca nos últimos cinco anos, considerando os 10 primeiros meses do ano.
- Lançamento do *site Receita Dados*, onde a sociedade pode acompanhar como se comporta diariamente a arrecadação de ICMS, a participação dos municípios ou regiões no bolo tributário e conferir uma listagem das empresas que receberam algum tipo de incentivo fiscal por parte do Estado.
- *Programa Nota Fiscal Gaúcha* com mais de 1,4 milhão de gaúchos cadastrados.
- Portal da Transparência reformulado.

Tendo sua gestão alinhada aos projetos do Governo do Estado, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) alocou recursos nos segmentos de micro, pequenos e médios empreendedores, no crédito imobiliário, no segmento agropecuário, necessidades de giro para pagamento do ICMS, linhas de crédito

²¹ Valores atualizados até novembro de 2017.

destinadas à exportação, promoção do desenvolvimento regional, apoio à modernização da infraestrutura social e apoio a programas de natureza voluntária.

No PPA, o Banco conta com dois programas, o programa BANRISUL de Crédito e Fomento e o programa BANRISUL de Controladas. O primeiro programa tem como objetivo suprir, por meio da intermediação financeira, as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado, enquanto o segundo visa ampliar os serviços e atendimentos oferecidos, pela melhoria e qualificação dos espaços de armazenagem, do desenvolvimento de soluções de meios de pagamento, da alocação de recursos através de consórcios e atuação no mercado de capitais.

Nesse sentido, no que tange ao crédito e ao fomento, destacam-se os seguintes valores concedidos no ano de 2017²²:

- Cartão BNDES: R\$ 49.847.589,01
- Financiamento à comercialização agropecuária: R\$ 573.006.088,51
- Financiamento ao custeio agropecuário: R\$ 714.225.075,21
- Financiamento ao desenvolvimento econômico e social: R\$ 27.985.335,09
- Financiamento ao investimento agropecuário: R\$ 85.585.967,69
- Financiamento ao Microcrédito: R\$ 5.357.258,52
- Financiamento para a Educação: R\$ 107.706.209,31
- Financiamento para a Saúde: R\$ 654.555.947,6
- Financiamento para capital de giro: R\$ 2.751.778.991,88
- Financiamento para construção e aquisição de casa própria: R\$ 525.724.741,14
- Financiamento para exportações: R\$ 539.814.623,95
- Financiamento para pagamento de ICMS: R\$ 21.233.786,5

Cabe destaque também, dentro das linhas de crédito e fomento, às ações do Banco relacionadas ao Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO) onde apresentaram, de janeiro a novembro de 2017, as seguintes realizações:

- 45 projetos atendidos com o objetivo de ampliar o acesso dos agricultores a sementes, mudas e propágulos crioulos e nativos, que beneficiaram 1.676 famílias do Estado do Rio Grande do Sul com variedades de sementes agroecológicas distribuídas gratuitamente;
- Treinamento de 120 funcionários, operadores de crédito rural, da rede de agências do Rio Grande do Sul;

²² Valores atualizados até novembro de 2017.

- 06 operações contratadas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (**PRONAF**) Agroindústria;
- 09 operações contratadas com taxas especiais para produtores orgânicos e agroecológicos.

Em relação ao programa BANRISUL de Controladas, foram atingidos os seguintes resultados:

- R\$ 1.348.510.282,23 em cartas de consórcios vendidas;
- 230.318,00 novos estabelecimentos comerciais credenciados à rede Vero;
- Ampliação em 31.320,26 m³ do espaço disponibilizado para armazenagem em Armazéns Gerais e Entrepostos Aduaneiros;
- R\$ 3.703.164,45 com obtenção de receita de corretagem (títulos e valores mobiliários intermediados no mercado).

A Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS) é uma empresa de economia mista, que iniciou suas atividades em 28 de dezembro de 1972 como órgão executor da política de informática do Estado. Tem como negócio a construção de soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para a Administração Pública e, como Missão, prover soluções em TIC para aumentar a eficiência e a transparência da gestão pública, dar agilidade aos processos e melhorar os serviços prestados ao cidadão. A PROCERGS atua de forma transversal, por meio do desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas de informação e da rede de telecomunicações em diversos processos de órgãos do Governo do Rio Grande do Sul.

Para o cumprimento de sua Missão, o programa do PPA Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS tem o objetivo de prover soluções em TIC para aumentar a eficiência e transparência do serviço público e aproximar Governo e Cidadão, apresentando em 2017 os seguintes resultados:

- Modernização do *Data Center*, com ampliação de 2.462 *terabytes* de capacidade;
- Modernização da Rede de Telecomunicações (Infovia-RS), com aquisições para atualização tecnológica e também substituição de equipamentos obsoletos nas áreas de Infraestrutura óptica, de *Pops* e para *Data Center*;
- Implementação de soluções de Governo Digital para o Serviço Público, realizando 85.000 transações de serviços de TIC para o Setor Público. Cabe ressaltar que, a partir de novembro, a PROCERGS passou a ser a responsável pela emissão do Diário Oficial Eletrônico do Estado.

Ações para 2018:

- No Programa **Sustentabilidade Fiscal Para o Desenvolvimento Econômico e Social** serão executadas as ações: Ampliação e qualificação da interação da SEFAZ com a sociedade e com os Órgãos Públicos; Aperfeiçoamento e inovação da gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público; Implementação de medidas de capacitação continuada e de melhoria das relações humanas; Otimização das Receitas e Despesas públicas, com justiça fiscal, controle e transparência; Racionalização das Despesas públicas, com controle e transparência.
- No **Programa BANRISUL de Crédito e Fomento** serão realizadas as ações: Cartão BNDES; Financiamento à Comercialização Agropecuária; Financiamento ao Custeio Agropecuário; Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social; Financiamento ao Investimento Agropecuário; Financiamento ao Microcrédito; Financiamento para a Educação; Financiamento para a Saúde; Financiamento para Capital de Giro; Financiamento para construção e aquisição de casa própria; Financiamento para Exportações; Financiamento para pagamento de ICMS.
- Através do **Programa BANRISUL de Controladas**, serão executadas as ações: Administração de Consórcio; Credenciamento à Vero de novos estabelecimentos comerciais; Disponibilização dos Armazéns Gerais e Entrepasto Aduaneiro; Obtenção de Receita de Corretagem.
- E, no **Programa Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Setor Público do RS**, serão executadas as ações: Ampliação e Modernização Infraestrutura (INS); *Data Center* – Ampliação da Capacidade de Armazenamento; Info ViaRS – Modernização da Infraestrutura de Rede RS (RRS); Prestação de Serviços de TIC para o Setor Público (TIC).

CASA CIVIL

A Casa Civil tem no PPA 2016-2019 dois programas: Apoio às Famílias em Situação de Extrema Pobreza e Fortalecimento Institucional da Governadoria. Em 2017, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

- Inauguração do 2º Posto de Atendimento Presencial dos Canais do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC (atendimento da Lei de Acesso à Informação: Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Estadual nº 49.111/2012) e Denúncia (visa apurar irregularidades e/ou condutas contrárias à ética e/ou à lei: Decreto nº 52.526/2015) no Tudo Fácil – Centro. O outro Posto de Atendimento Presencial encontra-se no Centro Administrativo Fernando Ferrari – CAFF.

- Lançamento de uma nova versão do Portal Central de Informação do Estado, mais moderna e amigável (além de responsiva). No referido Portal são disponibilizados à sociedade: acesso *online* ao Serviço de Informação ao Cidadão, Canal Denúncia e Ouvidoria-Geral do Estado, além de informações a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI/RS (Colegiado que julga os recursos relacionados aos pedidos de acesso à informação), pela Comissão de Ética Pública – CEP (art. 4º do Decreto Estadual nº 45.746/2008), e o Mapa da Transparência, entre outros.
- Fomento da transparência ativa junto aos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, a fim de que esses, proativamente, disponibilizem informações a respeito do registro de competências, estrutura organizacional, registro de repasses, transferências, despesas, além de dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras, etc. (art. 6º do Decreto Estadual nº 49.111/2012).
- Regulação da política de abertura de dados governamentais no Executivo Estadual através do Decreto nº 53.523/2017. Um importante e inovador aspecto trazido pelo Decreto é a possibilidade de interatividade da sociedade com o Governo do Estado em relação à temática dados abertos: o cidadão, ao acessar o Portal Dados do RS (<http://dados.rs.gov.br/>) e não localizar algum dado governamental que julgue importante, poderá requerer ao órgão responsável a abertura do mesmo através do formulário do SIC (nesse caso, o órgão que detém o dado avaliará a possibilidade de sua abertura ou justificará a razão pela qual não possa realizá-la). A ideia para 2018 é a de aumentar o conjunto de dados disponíveis no Portal Dados RS.
- Reformulação e modernização do Portal Dados RS, cuja nova versão já foi ao ar com mais de 1.086 conjuntos de dados e com a disponibilização, para a consulta de qualquer interessado, de um manual e uma cartilha do gestor público (*link*: <http://dados.rs.gov.br/about>).
- O Governo do Estado do Rio Grande do Sul alcançou nota 10, na Escala Brasil Transparente, publicada no mês de maio/2017. Essa Escala é disponibilizada pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e avalia o cumprimento da Lei de Acesso à Informação nos Poderes Executivos Estaduais. Na avaliação anterior, ocorrida em agosto de 2015, o Estado do Rio Grande do Sul pontuou 8,89 e ocupou o 11º lugar.
- Até a primeira quinzena do mês de dezembro/2017, foram mais de 2.828 pedidos de acesso à informação atendidos pelo Serviço de Informação ao Cidadão (não há no Governo do Estado pedido de acesso à informação que tenha deixado de ser atendido, seja para fornecer o dado ou justificar legalmente a impossibilidade do seu fornecimento, que é o caso, por exemplo, de dados sigilosos).

- Também utilizando como referência a primeira quinzena do mês de dezembro/2017, foram gerenciadas mais de 156 demandas no Canal Denúncia.
- Foram analisadas, pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações – CMRI/RS, diversas questões relacionadas à temática da transparência e julgados mais de 28 recursos oriundos de pedidos de acesso à informação.
- Em outubro de 2017, foi aprovado o Projeto de Lei nº 148/2017, que originou a Lei nº 15.042/2017. A referida Lei introduziu alterações à Lei nº 9.073/1990, que regula a dispensa de servidores da Administração Pública Direta e Indireta para o exercício de mandato eletivo em confederação, federação, sindicato, entidade ou associação de classe. A elaboração do PL baseou-se em estudo desenvolvido pela Casa Civil no ano de 2016.
- A Casa Civil participou das Ações 01 e 06 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCCLA. A ENCCLA, criada em 2003, é vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, sendo, no Brasil, a principal rede de articulação para o arranjo e discussões conjuntas de uma diversidade de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal e estadual e, em alguns casos, municipal, bem como do Ministério Público de diferentes esferas, e para a formulação de políticas públicas voltadas ao combate à corrupção e à lavagem de dinheiro. No Portal Central de Informação do Estado e no *site* da Casa Civil poderá ser encontrada a divulgação da Campanha #todosjuntoscontra corrupcao, que faz parte do Programa Nacional de Prevenção Primária da Corrupção (Ação 6 da ENCCLA).
- Foram realizados três seminários visando à capacitação de agentes públicos a respeito das matérias e canais gerenciados pela Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência.
- Participação da Ouvidoria-Geral do Estado em Ação Global promovida pela Ouvidoria-Geral da União (OGU), em parceria com o SESI e Rede Globo no mês de maio de 2017.
- Elaboração de regimento relacionado à ampliação da transparência pública quanto à divulgação, na íntegra, dos contratos celebrados pelo Governo do Estado. A elaboração está na fase final, sendo que a efetivação da medida está prevista para implantação ainda nos primeiros meses de 2018. A iniciativa conta com a colaboração direta da SEFAZ/CAGE.
- No último dia 13 de dezembro foi aperfeiçoada a ferramenta utilizada pelo cidadão para acompanhamento dos andamentos relacionados aos seus pedidos de acesso à informação (Acompanhe o seu pedido – SIC). Antes, o demandante tinha acesso a uma espécie de “linha do tempo” onde, resumidamente, estavam registrados os principais eventos das demandas encaminhadas ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Hoje, ao ser efetuado o Login Cidadão, o mesmo terá acesso ao histórico de demandas que encaminhou para o Canal, incluindo respostas e arquivos eventualmente relacionados às mesmas.

No Acordo de Resultados, a Casa Civil foi responsável pelo alcance das seguintes metas:

- Projeto de Reestruturação da Ouvidoria-Geral do Estado – OGE/RS: Projeto de Resgate da Memória da Ouvidoria-Geral do Estado, Manual de atendimento do Sistema Estadual de Ouvidoria – SEO/RS, Regimento Interno de Ouvidorias, Cursos de capacitação do Sistema Estadual de Ouvidoria – SEO/RS, Projeto de Integração entre Ouvidorias do Poder Executivo Estadual.
- Dados Abertos: Publicação do Decreto, Relançamento do *Site*, Publicização dos Manuais, Adesão dos Órgãos, Sensibilização de 100% dos Órgãos.
- Transparência Ativa: Panorama Atual, Expedição de Ofícios, Reuniões com os Órgãos, Seminário dos Órgãos da Administração Pública para sensibilização e adequações dos respectivos *sites*, Diagnóstico Final.

CASA MILITAR

A Casa Militar tem no PPA 2016-2019 o programa denominado Defesa Civil. Em 2017, cabe destacar os seguintes pontos da execução desse programa:

- Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários:
 - ✓ Curso em Jaguarão, em 15 de março de 2017: 65 alunos, 24 municípios.
 - ✓ Curso em Frederico Westphalen, em 12 de abril de 2017: 102 alunos, 54 municípios.
 - ✓ Curso em Passo Fundo, em 09 de maio de 2017: 131 alunos, 65 municípios.
 - ✓ Curso em Santana do Livramento, em 22 de junho de 2017: 120 alunos, 24 municípios.
 - ✓ Curso em Caxias do Sul, em 12 de julho de 2017: 100 alunos, 52 municípios.
 - ✓ Curso em Porto Alegre, em 13 de setembro de 2017: 123 alunos, 57 municípios.
 - ✓ Curso em Santa Maria, em 26 de setembro de 2017: 97 alunos, 45 municípios.
 - ✓ Curso em Lajeado, em 26 de outubro de 2017: 68 alunos, 37 municípios.
 - ✓ Curso em Santa Rosa, em 07 de novembro de 2017: 102 alunos, 56 municípios.
- Seminário de Validação do Anteprojeto de Lei da Política Estadual de Gestão de Riscos de Desastres para o Estado do Rio Grande do Sul. Realizado em Porto Alegre no dia 13 de setembro de 2016. Participaram 50 pessoas.

- Foram adquiridos oito equipamentos eletrônicos e de informática e sete veículos adaptados para atividade.
- 100% da população atingida por desastres foi atendida pela Defesa Civil.

No Acordo de Resultados, a Casa Militar foi responsável pelo alcance das seguintes metas:

- Recursos Federais para os Municípios Atingidos por Eventos Meteorológicos: Agudo, Alegrete, Arroio do Sal, Áurea, Barão do Cotegipe, Barra do Guarita, Barra do Rio Azul, Barra Funda, Barros Cassal, Boa Vista das Missões, Bom Progresso, Boqueirão do Leão, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Cacique Doble, Camargo, Cambará do Sul, Campina das Missões, Campinas do Sul, Campo Novo, Candelária, Cândido Godoi, Canguçu, Canoas, Casca, Catuípe, Cerro Largo, Chiapeta, Constantina, Crissiumal, Cristal do Sul, Cruzaltense, Derrubadas, Dom Pedrito, Dom Pedro de Alcântara, Engenho Velho, Ernestina, Fontoura Xavier, Garibaldi, Gentil, Getúlio Vargas, Guaporé, Imbé, Imigrante, Iraí, Itapuca, Itaqui, Ivoti, Jacutinga, Jaguari, Liberato Salzano, Maratá, Maximiliano de Almeida, Minas do Leão, Miraguaí, Montenegro, Não Me Toque, Nova Alvorada, Paim Filho, Pantano Grande, Pareci Novo, Pedras Altas, Pelotas, Quinze de Novembro, Rio dos Índios, Riozinho, Rolante, Rosário do Sul, Santa Rosa, Santana do Livramento, Santo Ângelo, Santo Antônio do Palma, Santo Augusto, São Borja, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São José das Missões, São Jose do Ouro, São José do Sul, São Lourenço do Sul, São Pedro das Missões, Seberi, Silveira Martins, Sinimbu, Tenente Portela, Tiradentes, Tiradentes do Sul, Três Arroios, Trindade do Sul, Uruguaiana, Viadutos, Vila Maria, Vista Alegre.

Ações para 2018:

- No **Programa Defesa Civil** serão executadas as seguintes ações: Aparelhamento da Defesa Civil do Estado; Atendimento à comunidade em casos de calamidade pública e/ou situações de emergência; Capacitação de gestores estaduais e municipais de Defesa Civil e corpo de voluntários; e Implementação do sistema de prevenção e atendimento em acidentes envolvendo cargas com produtos perigosos.

COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Comunicação (SECOM) possui dois programas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, a saber: Inovação e Modernização em Comunicação Social e Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura. Em 2017, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

Inovação e Modernização em Comunicação Social

- Nas ações digitais foram realizadas 1.303 publicações e os projetos digitais: CIPAVE, RS Solidário, *Site* Governo do Estado, *Site* Secretarias, Avise-me, Campanha "Não deixe para lá".
- Efetuados 319 anúncios *on-line* para impulsionar as publicações e campanhas digitais.
- Criados dois aplicativos para plataformas digitais, são eles: Avise-me e RS Solidário.
- Em operação ferramenta de Ouvidoria para as Redes Sociais, cuja implantação foi concluída em 2017.
- Realizadas 2 pesquisas de comportamento dos usuários das plataformas digitais do Estado.
- Com foco em serviços *on-line*, foram modernizados 12 *sites* de órgãos do Governo em 2017, perfazendo um total de 52 nos últimos dois anos.
- Promoção do 4º Fórum Nacional de Secretários de Comunicação, em parceria com a Associação Latino-Americana de Publicidade (ALAP), durante o encerramento do 21º Festival Mundial de Publicidade, em Gramado.
- Comunicação governamental regionalizada nas 9 Regiões Funcionais do Estado do RS.
- Contratadas 2 empresas de monitoramento de notícias.
- Produção de *newsletter* diária e semanal para divulgação das ações do Governo. A partir de setembro 2017, está sendo utilizada ferramenta digital para distribuição do material.
- Capacitação de 40 profissionais da Secretaria de Comunicação e de áreas de comunicação das demais secretarias, através dos eventos "Oficina de processos de publicidade"; "Treinamento assessores de comunicação" e "Seminário de governo para integração das assessorias de comunicação".
- Concluída a qualificação/ampliação, com foco nos serviços ao cidadão, do *site* do Estado.
- *Site* do Governo do Estado transformado em agência de notícias.
- Contratado *software* para hospedagem, distribuição e monitoramento de conteúdo em áudio.
- Veiculadas 60 campanhas publicitárias.

Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura

- Instalada 1 estação retransmissora digital.
- Adquirido 1 sistema de *downlink* para melhoria da recepção do sinal digital nas estações de RTV.
- Montados 4 novos cenários.

- Realização de 20% da convergência digital dos programas da FM Cultura, perfazendo um total de 48% nos últimos dois anos.
- Realização de 20% da convergência digital dos programas da TVE, perfazendo um total de 50% nos últimos dois anos.
- Reestruturação de 20% da programação da FM Cultura, perfazendo um total de 65% nos últimos dois anos.
- Reestruturação de 20% da programação da TVE, perfazendo um total de 95% nos últimos dois anos.
- Capacitados 22 servidores.

Ações para 2018:

- No **Programa Inovação e Modernização em Comunicação Social**, serão executadas as ações: Ampliação da Comunicação Digital; Assessoramento e Orientação aos Eventos Institucionais do Estado; Democratização e Qualificação da Comunicação Governamental; Elaboração de um Plano de Inovação em Comunicação; Estruturação Física e Tecnológica; Gestão da Publicidade Institucional do Estado; e Transparência e Modernização da Publicidade.
- No **Programa Modernização, Ampliação e Qualificação da TVE e da Rádio FM Cultura**, serão executadas as ações: Ampliação da rede de parceiros da TVE e da Rádio FM Cultura; Modernização dos parques técnicos, ampliação da área de cobertura e digitalização da rede da TVE e FM Cultura; e Reestruturação da Programação da TVE e Rádio FM Cultura.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

A Secretaria da Modernização e dos Recursos Humanos (SMARH) possui sete programas no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, a saber: Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual; Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual; Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a); Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual; Excelência em Gestão Pública; Década de Ação pela Segurança no Trânsito; e Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito. Em 2017, cabe destacar os seguintes pontos da execução dos programas:

Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual

- 650 servidores inscritos na Academia do Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF).
- Ginástica laboral implantada em todos os departamentos da SMARH.

- Realizadas 2 palestras de conscientização sobre: “Saúde no Trabalho” para os servidores da Brigada Militar e da Secretaria de Segurança Pública e “Diante de tanta informação sobre alimentação e nutrição, o que é de fato saudável?” para os servidores do CAFF. Os Integrantes do Programa de Valorização e Atenção à Saúde Física e Saúde do Trabalhador (PROSER) participaram de estudos e pesquisas sobre clínicas do trabalho com alunos da graduação e pós da UFRGS tratando de temas de Psicossociologia.
- Inseridos os servidores do IPE e DAER no Cadastro do Sistema de Recursos Humanos do Estado do RS (RHE).
- Concluído o recadastramento dos servidores ativos do Executivo Estadual.
- Publicado o Decreto nº 53.677, que dispõe sobre a reorganização da estrutura dos órgãos integrantes da Administração Pública Estadual Direta.
- A unidade de Gestão e Fiscalização de Contratos da SMARH está em funcionamento desde fevereiro/2017.

Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual

- Digitalizadas certidões de casamento e óbito do acervo Fundo Cartório de Registro Civil de Porto Alegre — Cartório da 2ª Zona e certidões de nascimento e casamento do acervo Fundo Cartório de Registro Civil de Porto Alegre — 3ª Zona.
- Ministrados 2 cursos de “Gestão Documental” abertos a todas as secretarias e demais órgãos do Estado.
- Realizadas as Palestras: “Gestão Documental: aplicações no serviço público estadual” de que participaram 111 servidores, oriundos de 20 órgãos estaduais; e “Importância da Gestão Documental, das Normativas Estaduais e do Uso dos Instrumentos de Gestão do Sistema de Arquivos do Estado do RS (SIARQ/RS)” para os servidores da SMARH.
- Publicados documentos contemplando os instrumentos técnicos de pesquisa e difusão do Departamento de Arquivo Público do RS, são eles: Catálogo do Acervo da Comissão Estadual da Verdade; Instrução Normativa 01/2017, que dispõe de Plano de Classificação de Documentos (PCD) e Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) e Orientações de como proceder com sinistros em acervos documentais; Cartilha “Assinatura Eletrônica” e Cartilha “Documento Natodigital” publicadas no *site* do PROA: www.proa.rs.gov.br; Catálogo Secretaria da Justiça: processos administrativos de utilidade pública.
- Atualização do Sistema RHE, por meio do módulo Medicina e Segurança do Trabalho, identificando as rotinas administrativas que impactam no uso e adequação da digitalização do Prontuário Médico.
- 1.686 imóveis do Estado foram vistoriados e atualizados no Sistema Gestão de Patrimônio Imobiliário do Estado (GPE).

- Sistema de Gestão de Compras do Estado (GCE) implantado e com previsão de utilização por todos os órgãos e entidades da Administração Estadual para aquisição de bens em janeiro de 2018.
- Concluídas a implementação do Sistema de Administração do Patrimônio do Estado (APE) e a migração de dados dos sistemas de controle de patrimônio antigos, em 15 órgãos da Administração Estadual.
- Aprovada a lei que estabelece a Política e o Sistema de Gestão de Ativos do Estado do RS na Assembleia Legislativa do RS. A expectativa é de que a lei seja um marco na gestão de ativos públicos do Estado.
- Concluído projeto para obras de acessibilidade no CAFF.
- Realizado treinamento de Prevenção e Combate a Incêndio para os servidores do CAFF, através de parceria com o Primeiro Batalhão de Bombeiros Militar. 241 servidores concluíram o curso com êxito recebendo certificado ao final.

Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Pública(a) — IPESAÚDE

- De janeiro a novembro de 2017, foram prestados 15.604.255 atendimentos de assistência à saúde dos servidores públicos e seus dependentes.

Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual — IPEPREV

- De janeiro a novembro de 2017, foram pagos 209.383 benefícios entre pensões e aposentadorias.
- Foi realizada a triagem, organização e digitalização da documentação relativa a pensões concedidas pelo IPEPRVI.

Excelência em Gestão Pública — Desenvolvimento de Recursos Humanos

- A Escola de Governo ofereceu 11 cursos de extensão na modalidade EAD, a saber: Libre Office, Gestão e Fiscalização de Contratos (2 turmas), Modelagem de Processos (2 turmas), Atendimento ao Público (2 turmas), Gestão de Projetos no Setor Público, Oficina de Produção Textual I, Oficina de Produção Textual II e Português e Redação Administrativa.
- A Escola de Governo lançou 29 editais de abertura de cursos de extensão presenciais e EAD para servidores públicos de todas as esferas e também estagiários. Dentre alguns dos temas de cursos oferecidos, estão: Gestão Documental, Gestão de Pessoas, Gerenciamento de Projetos, Modelagem de Processos, Liderança e Mediação de Conflitos, Sindicância e PAD, Gestão e Fiscalização de Contratos e Desenvolvimento de Equipes.
- Certificados 288 servidores em formação de até 20 hora/aula e 1.615 servidores em formação de 21 a 80 hora/aula, totalizando ao todo 1.903 alunos certificados.

Década de Ação pela Segurança no Trânsito

- Abordados 41.190 condutores de veículos em ações de fiscalização e educação da Operação Balada Segura. Esse número é reflexo de novas ações no combate à alcoolemia ao volante, com a expansão das ações para o interior do Estado, onde equipes de agentes do DETRAN/RS apoiaram nas *blitze* com sua experiência e técnica de abordagem. Apesar do aumento no número de abordagens na Capital, a Balada Segura vem registrando gradual redução do percentual de autuações por embriaguez. Em 2015, mais de 10% dos condutores abordados eram autuados, em 2017 esse número ficou ao redor de 5%. Concomitantemente às ações de abordagem, foram realizadas campanhas educativas (internet e TV), impressão e distribuição de *flyers*, matérias em jornais, produção de conteúdo para mídias sociais e disseminação de conteúdo na intranet do DETRAN/RS para o público interno.
- Realizados e/ou apoiados 77 eventos de educação para o trânsito. Alguns dos eventos realizados incluem, de forma presencial: Formação Inicial e Continuada Recursos Didáticos – Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas e Logística do RS (SETCERGS); Repensando; Atualização de examinadores de Trânsito; Capacitação de Indígenas; Formação Inicial e Continuada de Instrutores; Pacto; Curso Diretores de Ensino; e, em EAD: Curso de Qualificação para Multiplicadores em Educação para o Trânsito; Capacitação para o Desenvolvimento de Cursos em EAD; Curso Educação para Pedestre — 12ª Edição.
- Efetuadas 33 ações de comunicação, em que se pode elencar: Campanha Histórias de Pai; Dia do Pedestre; Dia do Motociclista; Campanha “Do DETRAN pra Vida”; Estande do DETRAN/RS na TRANSPOSUL; Novo *site* da Balada Segura; Peças com dados estatísticos — Exposição Brinquedos Órfão; *Videocase* — ação do respeitômetro; Álbum do Facebook: Onde posso pagar multas?; *Detrantube*: Vídeo Em Busca da Folha Ponto Perfeita; Relatório de Gestão 2016; Ação de aniversário da Balada Segura (*cupcakes*); *Detrantube*: Vídeo Novo Regime de Previdência; *Detrantube*: Vídeo Avanços e Adicionais.

Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito

- O DETRAN/RS finaliza em dezembro de 2017 a mudança para o prédio do complexo da Secretaria de Segurança Pública (SSP), onde permanecerá por até 20 anos, conforme Termo de Cessão de Uso firmado pela SMARH com a SSP.
- Todos os Centros de Formação de Condutores (CFCs) contam com o controle biométrico em alguma etapa do serviço de habilitação (todo novo credenciado inicia os trabalhos apto). Atualmente, além da abertura dos processos e nos exames teóricos eletrônicos, está sendo implantado o uso da verificação biométrica nos simuladores de trânsito e aulas teóricas. A implantação nas

demais etapas dos serviços de habilitação segue, sendo a verificação biométrica em exames médicos e psicológicos as próximas (fevereiro/2018).

- Todos os CFCs contam com a filmagem de aulas e de exames nos veículos dos CFCs (todo novo credenciado inicia os trabalhos apto).
- Todos os Centros de Registros de Veículos Automotores (CRVAs) possuem a estrutura necessária e virtualizaram processos de serviços relacionados a veículos.
- 100% de emissão das Carteiras Nacionais de Habilitação e dos Certificados de Registro e Licenciamentos de Veículos emitidos.
- 100% das infrações processadas e de veículos removidos.

No Acordo de Resultados 2017, a SMARH e suas vinculadas foram responsáveis pelo alcance dos seguintes entregáveis:

- Para a política de qualificação dos servidores e gestão do conhecimento foi realizada pesquisa de demanda por capacitação nos órgãos do Poder Executivo Estadual – Administração Direta.
- No que tange à saúde do servidor, foram adquiridos equipamentos médicos para posto de atendimento do CAFF, e foi concluído o diagnóstico referente aos afastamentos de licenças de saúde 2012-2016.
- Para o Complexo do CAFF foram feitos dois Termos de Referência. Um para o Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio — PPCI e outro para aquisição de nove elevadores.
- Na Modernização de Compras Governamentais foram recebidos os três módulos restantes do sistema de Gestão.
- Quanto à Mobilidade e Educação para o Trânsito, foi realizado o Diagnóstico da Acidentalidade por Modal e a Análise da Mobilidade nos Modais.
- Disponibilização de consulta aos processos de Suspensão do Direito de Dirigir (PSDD) e de Cassação do Direito de Dirigir (CDD) na Central de Serviços no *site* do DETRAN/RS.

Ações para 2018:

- No Programa **Política de Gestão para os Servidores do Poder Executivo Estadual** serão executadas as ações: Política de Qualificação dos Servidores do Poder Executivo Estadual; Promoção à Saúde dos Servidores; Recadastramento de Servidores Ativos e Reestruturação Organizacional.
- No Programa **Renovação e Otimização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo Estadual** serão executadas as ações: Aperfeiçoamento da Gestão da Frota de Veículos do Poder Executivo Estadual; Atualização do Cadastro de Imóveis do Estado; Avaliação e Disponibilização de Imóveis Sem Utilidade Pública para Alienação; Gestão Documental; Implementação da Rede Estadual

de Monitoramento e Fiscalização de Bens Imóveis; Implementação de Gestão e Virtualização de Processos no Poder Executivo Estadual; Modernização de Compras Governamentais; Modernização do Sistema de Controle e Gestão do Patrimônio Móvel e Imóvel; Reestruturação Física do Complexo do CAFF e seus Anexos; Regulamentação da Gestão dos Bens Móveis e Imóveis do Estado; e Renovação Tecnológica da SMARH.

- No Programa **Gestão da Saúde do(a) Servidor(a) Público(a)** serão executadas as ações: Censo Biométrico — IPE-Saúde; Gestão de Ativo Imobiliário; Gestão dos Serviços de Saúde; e Modernização do Sistema de TI e de Gerenciamento de dados do IPE-Saúde na capital e no interior.
- No Programa **Gestão de Previdência do(a) Servidor(a) Estadual** serão executadas as ações: Censo Biométrico – IPEPREVI; Gestão de Aposentadorias e Pensões; e Modernização do Sistema de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Dados do IPEPREVI na Capital e no Interior.
- No Programa **Década de Ação pela Segurança no Trânsito** serão executadas as ações: Conscientização sobre os Perigos do Álcool no Trânsito – Balada Segura; Educação para segurança no trânsito; Implantação da Inspeção Veicular; e Publicidade DETRAN.
- No programa **Serviços Técnicos e de Modernização de Trânsito** serão executadas as ações: Modernização dos Serviços de Trânsito; e Serviços Técnicos de Trânsito.

PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

A Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) tem sete programas no PPA 2016-2019: Governo Digital; Governo para Resultados; Pesquisas Socioeconômicas e Informações Estatísticas; Planejamento e Fortalecimento das Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerações Urbanas; Planejamento para o Desenvolvimento Regional; Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais; e Regulação dos Serviços Delegados. Em 2017, cabe destacar os seguintes pontos da execução desses programas:

- Coordenação das Políticas de TIC: Assessoria à Central de Licitações (CELIC) para aquisição e contratação de ativos TIC realizada; Catalogação de padrão descritivo de novo ativo de TIC realizada; Padrão Técnico e de Governança de TIC elaborado e publicado; Política da TIC do RS atualizada; Política de implantação do processo eletrônico elaborada; Processo de aquisição e contratação de ativo de TIC analisado; Projeto de TIC alinhado aos projetos estratégicos do Governo; e Solução Cellfix implantada em cinco órgãos do Executivo Estadual.

- Acordos de resultados celebrados com 60 organizações da Administração Direta e Indireta, acompanhados em cinco ciclos de monitoramento e avaliação, com periodicidade bimestral. Foram priorizados 56 projetos para o monitoramento intensivo em 2017. O módulo para acompanhamento do Acordo de Resultados no sistema de monitoramento estratégico (SME) passou por mudanças no início de 2017 para melhorar a navegação e o entendimento conceitual dos servidores responsáveis por metas e projetos e para qualificar o processo de gestão das ações necessárias para solução de problemas identificados na execução do planejamento.
- Coordenação e monitoramento de convênios firmados entre Estado, União, municípios e organizações da sociedade civil: 84,63% de desempenho na execução dos convênios federais atingido; 100% de acompanhamento e monitoramento da execução de convênios e contratos de repasse em que o Estado é conveniente; 76,28% da execução de convênios; termos de fomento e termos de colaboração em que o Estado do RS é concedente acompanhados e monitorados; ferramenta de monitoramento de convênios, termos de fomento e termos de colaboração em fase de implantação.
- Foram realizados 2.322.446 acessos ao *site* da Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2.356 *downloads* de suas publicações e 45.526 acessos a publicações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED).
- Estudos de implantação do Estatuto da MetrÓpole: elaborado um plano de ação preliminar.
- Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana da Serra Gaúcha elaborado.
- Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de Porto Alegre concluído.
- 135 Projetos de parcelamento do solo analisados.
- Controle de sistema de gestão de transporte metropolitano coletivo de passageiros aperfeiçoado.
- Plano Hidroviário Metropolitano do RS – Diretrizes para o transporte de passageiros na RMPA implementado.
- Rota Jacuí Implantada.
- Estudo de Concepção e anteprojetos de engenharia para proteção contra Cheias do Rio Gravataí e afluentes em Alvorada e Porto Alegre elaborados.
- Estudos de alternativas e projetos para minimização do efeito das cheias nas Bacia do Rio dos Sinos e do Rio Gravataí elaborados.
- Estudos e Projeto conceitual de proteção contra cheias do Delta do Jacuí em Eldorado do Sul elaborado.
- 10.355 adesões ao Passe Livre Estudantil nas Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Municípios

- Promoção das Ações Integradas da Infraestrutura Urbana: Realizadas Obras de Pavimentação nos municípios de Capela de Santana, Faxinal do Soturno, Nova Prata, Arroio do Tigre e Candelária.
- Publicação do Estudos DEPLAN nº 7 – Dinâmicas Territoriais e Políticas Públicas na Faixa de Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul.
- Iniciados planos de avaliação de políticas públicas em diferentes áreas: Programa Gaúcho de Microcrédito, TECNOVA-RS, RS Incubadoras, Projeto Extensão Produtiva e Inovação, AGREGAR–RS CARNES, FUNTERRA, POD RS Socioeducativo, Primeira Infância Melhor para a população prisional e Telemonitoramento e terceirização da frota veicular, Plano Decenal dos Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes do RS, Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (APLs).
- Realizado *Workshop* Avaliação de Impacto de Políticas Públicas.
- Elaborados dez relatórios de execução de programas financiados: 2 IFR, 2 Monitoramento BIRD, 3 RED BNDES, 2 relatório documentação de gastos AT, 1 relatório de documentação de gastos EEP-revisão prévia.
- Consulta popular realizada de 01 a 03 de agosto de 2017. Total de 705.835 votantes.
- 28 cadernos de realizações das ações do Governo Estadual, por COREDE, publicados.
- Realizadas três oficinas do Projeto Futuro RS – Agenda de Desenvolvimento: Ampliação da produtividade da lavoura de grãos e da qualidade e produtividade de leite; Perspectivas para o desenvolvimento regional e equilíbrio territorial; Alternativas para as finanças públicas do Estado – Previdência Social.
- Planejamento Estratégico do Corpo de Bombeiros Militar do RS realizado.
- Curso EAD para Elaboração de PPA's Municipais. Realizadas duas edições do Curso na modalidade EAD, em parceria com a UERGS, nos meses de maio e junho de 2017.
- Realizada oficina para elaboração do Plano de Ação do Plano Estratégico de Avanço da Condição Sanitária em Febre Aftosa – SEAPI e SPGG.
- Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs elaborados.
- Lançado Boletim Geográfico do Rio grande do Sul, Edição nº 29.
- Trabalhos referentes a limites municipais realizados nos seguintes municípios: Gravataí, Portão, São Leopoldo, Taquara, Parobé, Cruzeiro do Sul, Gravataí, Inhacorá, Redentora, Chiapeta, Portão, Taquara.
- Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais: elaboração e adequação do termo de referência ao modelo do agente financiador e adesão às regras de financiamento do PROREDES BIRD, e documentos acessórios, enviados para análise de não-objeção; análise das SDP concluída, licitação homologada, contrato assinado e ordem de início já emitida; elaboração do Caderno de

Encargos e Lista de Feições Cartográficas referentes ao Termo de Convênio; elaboração da minuta de Plano de Ação para a Implantação da IEDE; contratação de consultor individual para apoiar o desenvolvimento e implantação de Banco de Dados Geoespaciais, do Diretório Estadual de Dados Geoespaciais (DEDG) e do Geoportal RS; adesão à INDE em fase de estabelecimento do *link* de nó central.

- 34 Fiscalizações (relatório e termo de notificação) de execução convênios para regulação de serviços de competências da União e dos municípios realizadas.
- 5 audiências públicas realizadas e 2.022 usuários voluntários cadastrados na AGERGS.
- 24 fiscalizações regulatórias e 14 revisões de reajuste tarifário realizadas.
- Banco de dados para monitoramento e fiscalização da qualidade dos serviços públicos delegados nas áreas reguladas pela AGERGS implantado.
- 99 fiscalizações (relatório e termo de notificação) para monitoramento e fiscalização da qualidade dos serviços públicos delegados nas áreas reguladas pela AGERGS.

No Acordo de Resultados, a SPGG foi responsável pelo alcance das seguintes metas:

- Estruturação de Portfólio de Projetos Públicos: Portfólio de Projetos para captação de recursos OGU 2018, Banco de dados de projetos públicos desenvolvido.
- Orçamento 2018: Elaboração do Manual Técnico do Orçamento 2018, Elaboração do PLOA 2018, Racionalização dos programas de trabalho setoriais na Proposta Orçamentária 2018, Elaboração do PLOA 2018 com redução do déficit orçamentário.
- Divulgação do Modelo de Governança e Gestão do Estado do RS: 1ª onda - Disseminação dos Conceitos.
- Projeto de Fortalecimento Institucional da SPGG elaborado e entregue ao BIRD.
- Plano Político Pedagógico da Escola de Planejamento, Governança e Gestão elaborado.
- Qualificação Infraestrutura Urbanística: Pavimentação – Municípios de Faxinal do Soturno e Nova Prata.
- Divulgação dos resultados da Pesquisa Opinião da Qualidade dos Serviços Delegados.
- Análise e Informação técnica concluídas: Reajuste tarifário do TIP Região Metropolitana da Serra Gaúcha; Revisão tarifária Triunfo e São Jerônimo, Reajuste tarifário Rio Grande e São José do Norte – veículos; Reajuste tarifário entre Taquari e General Câmara; Revisão tarifária da AUSUL (Aglomerado Urbana do Sul); Reajuste tarifário do Longo Curso – DAER; Reajuste tarifário do

AULINOR (Aglomeraco Urbana do Litoral Norte); Reajuste tarifário do RMPA; Reajuste tarifário da CORSAN; Reajuste tarifário Odebrecht; Reajuste Tarifário entre Rio Grande e São José do Norte – passageiros; Reajuste tarifário da CATSUL – Guaíba e Porto Alegre; Revisão tarifária da Aglomerao Urbana da Região Nordeste; Monitoramento e fiscalizao contábil.

- Fiscalizaes no Saneamento: Revisão técnica do Regulamento dos Serviços de água e Esgoto da CORSAN; Elaborao técnica da norma de compensao financeira; Elaborao de relatório de fiscalizao comercial da CORSAN; Elaborao de relatório de fiscalizao técnica da CORSAN.
- Fiscalizaes no serviço de Transporte de Passageiros: Participao nos estudos do Plano Diretor do Transporte; Fiscalizao de travessias hidrovirias; Elaborao de relatórios sobre a qualidade no serviço de transporte de passageiros na RMPA e aglomeraes urbanas; Elaborao de relatórios sobre a qualidade no serviço de transporte de passageiros no Sistema Longo Curso – DAER.
- Fiscalizaes nos serviços de Estaes Rodoviárias: Elaborao de relatórios de fiscalizaes de 20 rodoviárias do Estado.
- Elaborao da agenda regulatória para o setor de distribuio de gás canalizado: levantamento de dados da SULGÁS e clientes; Levantamento das melhores práticas regulatórias realizadas pelas agências brasileiras.
- A partir de estudos de modelagem de negócios, com participao das Secretarias de Estado, foi elaborado material contendo informaes sobre as áreas de infraestrutura, transportes, energia, mercado financeiro, saneamento e meio ambiente, abordando as vantagens competitivas do Rio Grande do Sul. Esse portfólio possibilita uma melhor apresentao a potenciais investidores, brasileiros e estrangeiros.
- Conduo do projeto Estrutura do Estado, que visou  reestruturao das Secretarias que sofreram alteraes por fusão ou extino de vinculadas – SPGG, SDSTJDH, SEDACTEL e SEMA. Foram realizadas reuniões para a revisão da visão estratégica, proposta de nova estrutura (com elaborao de minuta de decreto) e desenho do plano de integrao e colaborao, para suporte  implementao das mudanças.
- Desenvolvidos estudos para a Reestruturao do IPERGS, com o desenho da nova proposta, assessoria jurídica na elaborao das minutas.
- Realizada análise do Sistema de Transportes, visando  integrao e ao fortalecimento dos modais.
- Estudo básico de modelagem de negócio para viabilizao do Plano Diretor do CAFF.
- Estrutura do Estado: elaborao do decreto de organizao administrativa do Estado; desenvolvimento de Modelo conceitual de banco de dados das informaes do RS; estruturao das secretarias do Desenvolvimento Social,

Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do Planejamento, Governança e Gestão, e da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; desenvolvimento de um modelo de avaliação dos órgãos do Estado; desenvolvimento de relatório sobre a padronização da regionalização do Estado.

Ações para 2018:

- No programa **Governo para Resultados** serão executadas as ações: Articulação, monitoramento e avaliação das ações estratégicas de Governo; Coordenação e monitoramento de convênios firmados entre Estado, União, municípios e organizações da sociedade civil; Formulação de projetos; e Modelagem de negócios.
- No programa **Regulação dos Serviços Delegados** serão executadas as ações: Execução de Convênios para Regulação de Serviços de Competência da União e dos Municípios, Fomento à Participação, Monitoramento da Modicidade Tarifária, Equilíbrio Econômico-Financeiro e Justa Remuneração Abrangendo as Áreas Reguladas pela AGERGS e Monitoramento e Fiscalização da Qualidade dos Serviços Públicos Delegados nas Áreas Reguladas pela AGERGS.
- No programa **Planejamento para o Desenvolvimento Regional** serão executadas as seguintes ações: Análise de Viabilidade Econômica de Projetos, Análises Socioeconômicas para o Planejamento, Avaliação de Programas e Políticas Públicas, Captação de Recursos, Consulta Popular e Outras Consultas à População, Escritório de PPPs, Planejamento Governamental e Regional, Planejamento, Monitoramento e Apoio ao Gerenciamento de Programas e Projetos Prioritários, Planos Estratégicos de Desenvolvimento dos COREDEs, Qualificação do Orçamento Estadual.
- No programa **Produção, Gestão e Análise de Dados Espaciais** serão executadas as seguintes ações: Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, Gerenciamento dos Limites Municipais, Implantação da Infraestrutura Estadual de Dados Espaciais.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), integrante da Governadoria do Estado, tem, no PPA 2016-2019, o programa Representação Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado.

Dentre as principais ações realizadas em 2017, podem ser destacadas:

- A PGE-RS celebrou acordo com o Município de Bagé, em relação ao pagamento de multas da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), no valor aproximado de R\$ 550.000,00.
- O Centro de Conciliação e Mediação do Estado realizou, até o mês de novembro, três acordos com Prefeituras Municipais de Parobé, Turuçu e São Sepé, todos relativos a prestações de contas de repasses de verbas estaduais.
- Acordo firmado entre a PGE-RS e o Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, de Santa Maria, em novembro de 2016, resultou em economia de mais de R\$ 9 milhões ao Estado até o início de agosto de 2017. Ficou acordado que, na apuração da conta, a Casa de Saúde deve usar a Tabela IPERGS, do Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, nos casos de internação por ordem judicial. Os valores correspondem, em média, de 50% a 60% do modelo particular. A ação faz parte do Projeto Estratégico ResOLVE + Saúde, da PGE-RS, inserido no Acordo de Resultados 2016 e 2017. O ResOLVE + Saúde busca entender as causas da judicialização e auxiliar no enfrentamento do problema, permitindo o aumento da eficiência do gasto público e a retomada do controle da gestão da política pública pela Secretaria Estadual da Saúde.
- A PGE-RS assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com Rede de Comunicação para veiculação de campanha institucional abordando temas relacionados a Direitos Humanos e, em especial, contra o racismo, pela TV, em reunião no Centro de Conciliação e Mediação da PGE-RS. Pelo TAC, a Rede irá produzir e divulgar os vídeos da campanha institucional durante 12 meses.
- A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, proposta pela Procuradoria-Geral do Estado, para ensejar a adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal, realizou a primeira reunião em novembro.
- O primeiro semestre de 2017 alcançou 223 acordos junto à Câmara de Conciliação de Precatórios da PGE, oriundos do 3º Ato Convocatório. Os acordos reduzem em R\$ 42 milhões o estoque da dívida de precatórios, mediante o pagamento de R\$ 23 milhões aos credores. Apenas nos meses de junho e julho, período em que houve a reestruturação da Câmara de Conciliação, com a designação de Procuradores do Estado e Servidores para atuação exclusiva na Câmara, os resultados somam R\$ 10 milhões em valores acordados.

- A Câmara de Conciliação de Precatórios da PGE-RS recebeu 1.330 manifestações de interesse no 4º Ato Convocatório, referente a precatórios com ingresso até o orçamento de 2001.
- A Procuradoria conseguiu, na Justiça Estadual de 1º Grau, a indisponibilidade dos bens de empresas de uma rede de lojas do ramo do vestuário e de seus administradores, até o pagamento integral de tributos devidos ao Estado, que somam mais de R\$ 3 milhões.
- A Procuradoria conseguiu importante decisão junto ao Tribunal de Justiça ao pacificar a jurisprudência referente ao Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis (ITCD). Restou acolhida a tese defendida pela PGE para estabelecer que, em relação ao ITCD, no caso de extinção por morte, o prazo para a Fazenda Pública constituir o crédito deve ser contado, nos termos do art. 173, I, do CTN, a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao registro do cancelamento do usufruto no ofício imobiliário.
- A atuação da PGE-RS evitou bloqueio judicial milionário ao Estado em uma questão envolvendo repasse de verba a Hospital em Júlio de Castilhos. O Tribunal de Justiça deu provimento a Agravo de Instrumento em que a PGE demonstrou que não havia dívida e nem mesmo contrato vigente em parte do período alegado.
- A PGE assinou Termo de Acordo em ação coletiva referente ao reajuste do vale-refeição dos servidores da área penitenciária, representados pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários, Monitores e Auxiliares Penitenciários (AMAPERGS), em ato juntamente com o Tribunal de Justiça do Estado e com a Secretaria Estadual da Fazenda. O acordo com a AMAPERGS envolve cerca de 4.700 servidores e resolve definitivamente o conflito.
- A PGE-RS conseguiu, junto ao Tribunal de Justiça do Estado, impedir a suspensão da Lei Kiss (Lei Complementar nº 14.376/2013), que estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndios nas edificações e áreas de risco de incêndio no Estado.
- A Procuradoria obteve decisão favorável em ação cautelar fiscal contra grupo econômico do ramo de alimentação. O grupo, devedor de tributos estaduais, teve seus bens colocados em indisponibilidade, conforme pedido formulado pela PGE. A ação dá continuidade a uma série de operações de combate à sonegação fiscal. Tais questões foram fundamentais para o deferimento dos pedidos cautelares de indisponibilidade de bens. Foram penhorados veículos de alto padrão, numerários em contas correntes e imóveis das pessoas jurídicas e físicas, essas últimas gestoras do grupo econômico.
- A PGE obteve vitória em ação em que empresa de serviços de telefonia questionava a cobrança de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a tarifa de assinatura básica mensal em decisão unânime, proferida pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça. A empresa

buscou desconstituir crédito tributário estadual de R\$ 54 milhões, em valores atualizados, mediante a oposição de embargos à execução fiscal, alegando não incidir ICMS na assinatura básica mensal cobrada dos usuários do serviço de telefonia fixa.

- A PGE-RS obteve importante vitória junto ao Tribunal de Justiça, que confirmou o reembolso, por operadora de planos de saúde, de valor gasto pelo Estado no fornecimento de medicamento para tratamento de câncer que deveria ser coberto pelo plano de saúde. Trata-se da primeira ação buscando ressarcimento contra uma operadora em função de atendimento por ordem judicial.
- Acolhendo pedido da PGE-RS em mandado de segurança, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado determinou liminarmente a suspensão do ato que havia interditado parcialmente o prédio 2 da Penitenciária Estadual de Canoas (Pecan 2). A decisão foi exarada na noite de terça-feira (21/11).
- A PGE-RS obteve, no Tribunal de Justiça, suspensão da decisão que imputava multa de aproximadamente R\$ 23 milhões à CEEE por suposto descumprimento de ordem judicial que, em 2011, determinara a adoção de providências para a recuperação de passivo ambiental, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10 mil. A Ação Civil Pública foi ajuizada pelo Ministério Público em 2008 em função da contaminação na Unidade de Preservação de Madeira, em Barreto, no Município de Triunfo, onde foi constatado o vazamento de produtos tóxicos que estavam acondicionados em galões e enterrados no solo. No Agravo, a PGE demonstrou a atuação voluntária e colaborativa da CEEE ao longo de todo o processo, tendo investido mais de R\$ 40 milhões na contratação de empresa especializada no manejo de passivos ambientais.
- A PGE obteve a confirmação, em segunda instância, da decretação da prescrição em ação de execução movida contra o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado (DAER). Assim, fica extinta a execução, cujo valor era de aproximadamente R\$ 1,5 milhões.
- A PGE-RS conseguiu decisão favorável para determinar a imediata devolução de valores gastos em uma cirurgia realizada em caráter particular que poderia ter sido feita na rede pública de saúde. A parte autora ajuizou ação pedindo ao Estado que fornecesse procedimento cirúrgico para implante de gerador de neuro-estimulador e implante de eletrodos para neuro-estimulação, visando ao tratamento de doença de artrose primária de outras articulações.
- A PGE-RS conseguiu a suspensão, em primeiro grau, de decisão da Justiça Gaúcha que proibia que a agência da Receita Estadual de Torres cobrasse ICMS, ou mesmo praticasse qualquer ato tendente à cobrança, de empresa envolvida em fraudes no ramo de pescados. A organização tentava impedir, por via

judicial, a cobrança de ICMS em operações de transferência de mercadorias entre suas filiais em Rio Grande (RS) e Laguna (SC).

- A PGE obteve vitória no Supremo Tribunal Federal (STF) em recurso contra uma empresa transportadora que buscava creditamento do ICMS. O entendimento da Primeira Turma do STF resultará na pacificação de questão tributária que dividiu os Ministros da Suprema Corte ao longo de uma década. A decisão, por maioria de votos, deu provimento a recurso interposto pela PGE firmando entendimento de que a empresa transportadora, que optou pelo regime de base de cálculo reduzida, não tem a possibilidade de creditamento, mesmo que proporcional, no ICMS.
- Firmado Protocolo de Colaboração entre PGE e Sec. da Fazenda para atuação conjunta em ações contra devedores relevantes. O Protocolo prevê a criação de um Grupo de Trabalho para articular esforços com vistas ao aumento da eficácia nas ações judiciais contra devedores relevantes com probabilidade de confusão patrimonial, formação de grupos econômicos e/ou ocultação de patrimônio. As ações incluem a priorização de estudos e medidas em casos de devedores renitentes e com potencial de pagamento.
- A PGE-RS conseguiu evitar o bloqueio nas contas do Estado de aproximadamente R\$ 19 milhões referente à ação do Hospital de Caridade de Ijuí, em que foi pedido o restabelecimento de repasses e o pagamento imediato de valores pretéritos calculados unilateralmente.
- A Procuradoria-Geral do Estado obteve deferimento de medida cautelar junto ao Supremo Tribunal Federal para suspender as decisões judiciais que determinavam negociação coletiva prévia para concluir o processo de extinção de seis fundações públicas, da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) e da Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG). Com o deferimento da liminar para suspender as referidas decisões judiciais, o Estado pode dar seguimento à transferência de atividades e ao desligamento de empregados não estáveis.
- A PGE-RS obteve vitória junto ao Superior Tribunal de Justiça, em julgamento de Recurso Especial em matéria sobre a incidência de ICMS no fornecimento de energia elétrica, com repercussão bilionária para o Estado e as demais unidades da federação. A discussão judicial se dá em torno da incidência de ICMS sobre as tarifas correspondentes ao custo da transmissão (TUST) e da distribuição (TUSD) da energia elétrica, tarifas discriminadas na conta de luz. Diversos consumidores passaram a alegar que essas tarifas não integrariam a base de cálculo do ICMS, o que representaria a perda, na arrecadação do Imposto, de R\$1,5 bilhão ao ano somente para o Estado; e, segundo cálculos da Secretaria da Fazenda, se fosse acolhida a tese dos contribuintes, o Estado poderia ser obrigado a restituir a quantia de R\$ 7,5 bilhões, referente aos últimos cinco anos de recolhimento do ICMS.

- A PGE-RS obteve vitória na Justiça estadual em ação ajuizada por preso que pedia indenização devido às más condições carcerárias.
- PGE assegurou continuidade do processo de extinção das fundações estaduais, decorrente da Lei Estadual nº 14.982/2017. Após a PGE apresentar os esclarecimentos, o Tribunal de Contas do Estado entendeu que não estavam presentes os elementos necessários à concessão do pedido de medida cautelar, formulado pelo Ministério Público de Contas, para suspender o processo de extinção das fundações.
- A PGE-RS obteve vitória junto ao Tribunal de Justiça em julgamento de agravo de instrumento, no qual sustentava o descabimento do arbitramento de honorários nos casos em que o ente público apresenta os cálculos do montante devido, mediante o procedimento do Pagamento Espontâneo.
- A PGE-RS obteve a cassação da decisão que interditou parcialmente o Presídio Estadual de Agudo, perante o Tribunal de Justiça do Estado. Conforme decisão de 1º grau havia sido vedado o ingresso de novos presos nos regimes fechado e semiaberto, até a diminuição da população prisional, e no aberto, enquanto não houvesse celas próprias.

Ações para 2018:

- No **Programa Judicial, Conciliação e Consultoria ao Estado** serão executadas as ações: Câmaras de Conciliação e Mediação; Manutenção da Representação Judicial, da Conciliação, do Processo Administrativo Disciplinar, da Consultoria à Administração Pública e do Incremento da Cobrança Judicial da Dívida Ativa; Modernização Institucional; Publicidade Institucional e de Orientação para a Prevenção e Composição de Litígios e Pagamentos dos Tributos em Cobrança Judicial.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL